



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - AFYA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E SAÚDE
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIAS E SAÚDE

EDUCAÇÃO SEXUAL E GAMIFICAÇÃO: PROMOVENDO A AUTOPROTEÇÃO E A SAÚDE NO PROCESSO EDUCATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANA CLÁUDIA VILELA MENDES



Duque de Caxias

Abril /2025

EDUCAÇÃO SEXUAL E GAMIFICAÇÃO: PROMOVENDO A AUTOPROTEÇÃO E A SAÚDE NO PROCESSO EDUCATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANA CLÁUDIA VILELA MENDES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências e Saúde da Universidade do Grande Rio para o Exame de Qualificação.

Área de Concentração: Ensino de Ciências e Saúde
Linha de Pesquisa: Relações Sociais e a Cidadania

Orientadora: *Dra. Beatriz Brandão dos Santos*

Profa. do Programa de Pós-Graduação em
Ensino das Ciências Universidade do Grande Rio



PPGEC
Programa de Pós-Graduação
em Ensino das Ciências

Duque de Caxias
Abril /2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

M538e Mendes, Ana Cláudia Vilela.

Educação sexual e gamificação: promovendo a autoproteção e a saúde no processo educativo do ensino fundamental / Ana Cláudia Vilela Mendes. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2025.
134 f.

Orientadora: Dra. Beatriz Brandão dos Santos

Dissertação (mestrado) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde, Rio de Janeiro, 2025.

1. Ambiente escolar. 2. Educação sexual. 3. Gamificação. 4. Violência sexual. I. Santos, Beatriz Brandão dos. II. Título. III. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”.

CDD: 370

Rodrigo de Oliveira Brainer CRB-7: 6814

MENDES, ANA CLÁUDIA VILELA. Educação Sexual e Gamificação: promovendo autoproteção e saúde no processo educativo do Ensino Fundamental.
Dissertação, PPGECC-UNIGRANRIO, 2025

EDUCAÇÃO SEXUAL E GAMIFICAÇÃO: PROMOVENDO AUTOPROTEÇÃO E SAÚDE NO PROCESSO EDUCATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANA CLÁUDIA VILELA MENDES

Dissertação submetida à Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de mestre

Aprovada em 07 de maio de 2025, por:



Documento assinado digitalmente
BEATRIZ BRANDÃO DOS SANTOS
Data: 18/07/2025 17:44:28-8300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Prof. Dra. Beatriz Brandão dos Santos (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências - PPGECS
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



Documento assinado digitalmente
HAYDEA MARIA MARINO DE SANT'ANNA REIS
Data: 18/07/2025 15:35:39-8300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Profa. Dra. Haydéa Maria Marino de Sant'anna Reis
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências - PPGECS
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



Documento assinado digitalmente
MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRO
Data: 21/07/2025 12:42:31-9300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Profa. Dra. Mary Neide Damico Figueiró
Universidade Estadual de Londrina (UEL)



Documento assinado digitalmente
GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA
Data: 18/07/2025 09:31:18-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Profa. Dra. Grazielle Rodrigues Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Duque de Caxias
Abril/2025

Ao meu amado João Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família pelo apoio incondicional em toda a minha jornada acadêmica, que sempre me encorajou a seguir em frente, mesmo diante dos desafios.

À minha orientadora, professora Beatriz Brandão, expresso minha profunda gratidão pela orientação dedicada, paciência e pelas valiosas contribuições ao longo deste percurso.

Agradeço aos colegas do PPGECS que estiveram ao meu lado com palavras de incentivo e parceria, tornando essa caminhada mais leve e significativa.

Ao meu grupo da Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional (CSOE), que sempre me apoiou e comemorou comigo esta conquista.

Estendo meus agradecimentos aos professores do curso de Mestrado, que ampliaram minha visão acadêmica e profissional.

Sou grata ao Programa de Mestrado Profissional da UNIGRANRIO-AFYA por proporcionar esse espaço de crescimento e aprendizado.

Por fim, agradeço à banca examinadora, que gentilmente se dispôs a compartilhar seus conhecimentos e contribuir para o aprimoramento deste trabalho de qualificação.

MENDES, Ana Cláudia Vilela. **Educação Sexual e Gamificação**: promovendo a autoproteção e a saúde no processo educativo do Ensino Fundamental. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ensino das Ciências – Universidade do Grande Rio, UNIGRANRIO, Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2025.

RESUMO

Dados alarmantes sobre a violência sexual contra menores no Brasil reforçam a necessidade de se abordar o tema de Educação Sexual com responsabilidade e sensibilidade, por meio de práticas pedagógicas seguras, acolhedoras e adequadas à faixa etária. Assim sendo, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em desenvolver um produto educacional que aborde o referido tema de forma lúdica com uma linguagem acessível, visando contribuir para o desenvolvimento da autoproteção e das relações saudáveis. Nesse contexto, como produto educacional, foi desenvolvido o jogo pedagógico "Trilha da Proteção", construído em conjunto com os próprios estudantes, a partir das dúvidas levantadas durante os encontros. O público-alvo da proposta são estudantes do 5º ano de escolaridade, em uma escola pública localizada na Baixada Fluminense. A metodologia envolveu uma abordagem qualitativa-descritiva com realização de rodas de conversa, momentos de escuta ativa, registro das falas e observação direta. O processo de validação do produto ocorreu por meio da experimentação do jogo com os alunos. O ambiente escolar é um espaço propício para essas discussões, desde que conduzidas por profissionais preparados. Dessa forma, os principais resultados indicaram que os alunos demonstraram interesse pelo tema e conseguiram identificar situações que exigem cuidado e autoproteção. Conclui-se, portanto, que a *gamificação* se apresenta como uma estratégia para o ensino da Educação Sexual no Ensino Fundamental, pois contribui para a formação dos alunos. Assim sendo, espera-se que esta proposta motive outras práticas pedagógicas voltadas à construção de um ambiente escolar mais seguro, reflexivo e acolhedor.

Palavras-chave: Educação Sexual. Violência sexual. *Gamificação*. Ambiente escolar.

MENDES, Ana Cláudia Vilela. **Sexual Education and Gamification: promoting self-protection and health in the educational process of Elementary School.** Dissertation. Postgraduate Program in Science Education – Universidade do Grande Rio, UNIGRANRIO, Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2025.

ABSTRACT

Alarming figures for sexual violence against minors in Brazil reinforce the need to approach the subject of Sex Education responsibly and sensitively, through safe, welcoming and age-appropriate teaching practices. As such, the general aim of this research is to develop an educational product that addresses this topic in a playful way with accessible language, with the aim of contributing to the development of self-protection and healthy relationships. In this context, as an educational product, the educational game “Trail of Protection” was developed, built together with the students themselves, based on the doubts raised during the meetings. The proposal's target audience is 5th grade students at a public school located in the Baixada Fluminense. The methodology involved a qualitative-descriptive approach, with conversation circles, moments of active listening, conversation circles, speech recording and direct observation. The process of validating the product took place by trying out the game with the students. The school environment is an ideal place for these discussions, provided they are led by trained professionals. The main results indicate that the students showed interest in the subject and were able to identify situations that require caution and self-protection. We therefore conclude that gamification is a strategy for teaching sex education in elementary school, as it contributes to students' education. It is therefore hoped that this proposal will motivate other teaching practices aimed at building a safer, more reflective and welcoming school environment.

Keywords: Sex education. Sexual violence. Gamification. School environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fotografia da caixa de perguntas.....	71
Figura 2	Experimentação do jogo com guia.....	84
Figura 3	Experimentação do jogo sem guia.....	85
Figura 4	Experimentação do jogo.....	86
Figura 5	Experimentação do jogo.....	87
Figura 6	<i>Storyboard</i> do jogo Trilha da Proteção 1.....	92
Figura 7	<i>Storyboard</i> do jogo Trilha da Proteção 2.....	93
Figura 8	<i>Storyboard</i> do jogo Trilha da Proteção 3.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conteúdos específicos de Educação Sexual na BNCC – 8º. ano.....	24
Quadro 2	Brechas na BNCC.....	26
Quadro 3	Leis e documentos analisados e contextos políticos da data de sua publicação.....	33
Quadro 4	Diretrizes para implementação do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência.....	37
Quadro 5	Definições de Educação Sexual.....	48
Quadro 6	Planejamento dos encontros.....	60
Quadro 7	Perguntas abertas do encontro com as mães e avós.....	62
Quadro 8	Cálculo coletivo.....	69
Quadro 9	Regras originais e modificadas pelos aluno.....	83

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Ana Cláudia Vilela Mendes, professora de áreas integradas da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias e empossada no ano de 2002. Desde então, venho realizando cursos de extensão oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, visando ao meu aprimoramento profissional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido em sala de aula.

Sou graduada em Educação Física, no ano de 2006, pela Sociedade Unificada Augusto Motta - UNISUAM. Além disso, possuo pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Física Escolar pela instituição supracitada e em Gestão Escolar Integrada, realizada pelo INE – Instituto Nacional de Ensino e certificada pela Faculdade FAMART/ Minas Gerais.

Com relação à minha experiência nas redes privada e pública, atuei como professora regente por dezessete anos, lecionando em classes de Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, vivenciando inúmeras experiências no âmbito educacional. Além do ensino regular, tive a oportunidade de atuar na Educação Especial, desenvolver projetos na Sala de Leitura e exercer a função de dirigente de turno, onde tive o meu primeiro contato com o trabalho de gestão escolar.

Atualmente, encontro-me no setor de Supervisão Educacional, na sede da Secretaria Municipal de Educação, local onde tenho diversas possibilidades de atuação. Nesse ambiente, adquiri uma ampla visão sobre o funcionamento da Rede de Ensino e aprendo, todos os dias, na prática, o contexto escolar como um todo.

Uma das minhas atribuições no órgão central consiste em receber toda natureza de solicitações advindas da comunidade escolar e dar breve encaminhamento, de modo que sejam resolvidas com celeridade. Dentre os assuntos abordados, percebi, ao longo dos anos, um crescimento exponencial de denúncias de supostos casos de assédio sexual, identificados por profissionais das Unidades Escolares ou relatados pelas próprias vítimas. Tais casos despertaram minha curiosidade em compreender a razão do aumento das queixas, bem como buscar meios de abordar o assunto com a comunidade escolar.

Sumário

1	Introdução	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
	2.1 Violência sexual: causas e consequências.....	15
	2.2 Violência sexual: do que se trata?.....	17
	2.3 Educação sexual: Informação como subsídio para prevenção.....	23
	2.4 Meninas ou Meninos: de quem seria a responsabilidade?.....	39
	2.5 Educação sexual: definições, possibilidades e desafios.....	44
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	53
	3.1 Contexto da Pesquisa.....	53
	3.2 Participantes da Pesquisa.....	54
	3.3 Coleta de Dados.....	55
	3.4 Análise de dados.....	57
	3.5 Ética na Pesquisa.....	58
	3.6 Riscos e benefícios.....	59
	3.7 Planejamento.....	60
4	RESULTADOS.....	64
	4.1 Entrevistas.....	64
	4.2 Caixa de perguntas.....	71
	4.3 Rodas de conversa.....	81
	4.4 Apresentação do produto educacional.....	82
	4.5 Análise dos encontros.....	88
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	91
	5.1 Estratégias de Gamificação: jogos de tabuleiro.....	97

6	VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	100
	6.1 Metodologia da Validação do Produto Educacional.....	100
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
	ANEXOS.....	115
	APÊNDICES.....	131

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da construção de sua sociedade, o Brasil apresenta características que evidenciam um elevado grau de permissividade em relação ao acesso do corpo alheio. Por muitos anos, esse tipo de comportamento foi considerado, senão aceitável, ao menos “explicável”, sobretudo através da culpabilização das vítimas. Contudo, nos últimos anos, diversos movimentos contra esse tipo de crime têm sido promovidos, gerando debates e a criação de leis, não só contra os atos em si, mas em prol de um currículo educacional que verse sobre Educação Sexual (Machado, 2013; Campos *et al.*, 2024).

O Código Penal Brasileiro, em seu Capítulo II, estabelece como crimes diversos atos contra a dignidade sexual, como a sedução (Art. 217), o estupro de vulnerável (Art. 217-A), a corrupção de menores (Art. 218), a satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (Art. 218-A), o favorecimento da prostituição, ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou de vulnerável (Art. 218-B), a divulgação de cena de estupro, de estupro de vulnerável, de sexo ou de pornografia (Art. 218-C). Dessa forma, esses crimes podem apresentar penas que variam de 1 a 30 anos de reclusão (Brasil, 1940)¹.

Apesar de todas as leis vigentes para coibir tais práticas, em 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um estudo apontando que, somente no período entre 2017 e 2020, “foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos” (UNICEF, 2021).

Identificar situações como as descritas, não é uma tarefa simples. Embora apresente indícios, nem sempre as menores vítimas de algum tipo de violência sexual convivem com adultos dispostos a ouvi-lo. Nesse contexto, Lisboa *et al.* (2002) ressaltam que, para lidar com o problema pelo qual está passando, o aluno pode

¹ Os artigos mencionados (217-A, 218, 218-A, 218-B e 218-C) foram reformulados pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, que alterou o Título VI do Código Penal Brasileiro, trazendo novas tipificações e penalidades relacionadas aos crimes contra a dignidade sexual, especialmente no que se refere à proteção de crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.

desenvolver um tipo de comportamento conhecido como *coping*². Nesse contexto, diversas características podem ser manifestadas, especialmente, quando o problema é identificado pela escola ou pela família, devido às diferentes relações de poder existentes nestes dois núcleos.

A escola, por ser um espaço no qual o indivíduo permanece durante grande parte de sua vida, torna-se responsável não só por promover sua formação educacional, mas também em auxiliá-lo na construção de sua autoestima e eficácia. Por isso, deve-se oportunizar situações que favoreçam o desenvolvimento das habilidades sociais e momentos em que valores, normas e regras sejam trabalhados através das relações dialógicas (Lisboa *et al.*, 2002).

Nesse sentido, Viodres Inoue e Ristum (2008, p. 16) ressaltam a contribuição da escola “como espaço de proteção, socialização e formação infanto-juvenil e, especificadamente, na identificação e notificação da violência sexual”. Entretanto, por estar atravessando um momento difícil, muitas vezes, o aluno acaba por desenvolver um comportamento agressivo que, associado a outros fatores, dificulta a percepção atenta e afetuosa do professor.

Embora alguns profissionais não consigam perceber, de imediato, os sinais apresentados pelos alunos, muitos outros são capazes de identificá-los, dando início, assim, a um processo de acolhimento. Nesse contexto, visando encontrar estratégias³ que contribuam para a identificação de situações de risco, abordagens impróprias e/ou denúncia de possíveis crimes, a escola tem buscado meios de trabalhar a Educação Sexual (Unesco, 2019).

Entretanto, uma gama de dificuldades se apresenta ao longo desse percurso, sob a forma de argumentos que buscavam legitimar situações irreais. Entre eles, pode-se citar frases como: “nosso alunado seria estimulado a iniciar precocemente sua vida sexual”, “poderia acabar com a ‘inocência das crianças’” ou “não caberia à escola e sim à família ensinar sobre sexualidade” (Unesco, 2019).

² “As estratégias de coping consistem em mudanças cognitivas e esforços comportamentais conscientes, que gerenciam demandas internas e externas, percebidas pela criança como estressantes e avaliadas como sobrecarga aos recursos pessoais” (Lisboa *et al.*, 2002 *apud* Lazarus; Folkman, 1984; Zeidner; Endler, 1996).

³ As estratégias de identificação de situações de risco pelas escolas envolvem principalmente a observação nas mudanças de comportamento, denúncias da própria vítima, de algum colega próximo ou da própria família.

A temática foi escolhida devido à necessidade de esclarecer a importância da Educação Sexual nas escolas, bem como auxiliar os educandos a compreender uma vasta possibilidade de assuntos por ela abarcados. Dentre eles, destacamos a identificação de sinais relacionados a abusos, como mudanças de comportamento, sonolência diurna, distúrbios alimentares, problemas de aprendizagem, masturbação descontrolada, depressão, entre tantos outros problemas físicos e psicológicos (Pfeiffer; Salvagni, 2005; Florentino, 2015;). Assim sendo, pretende-se que este seja o assunto inicial para a abordagem de outras questões que envolvam comportamento, saúde, interações sociais e relações interpessoais.

A intenção é compreender suas maiores dúvidas a respeito do tema e oferecer subsídios para não só saná-las, mas também adotar comportamentos seguros, respondendo a seguinte pergunta: **Como a gamificação na Educação Sexual pode auxiliar no desenvolvimento da autoproteção, das relações saudáveis e no processo educativo das turmas de quinto ano de escolaridade?**

Para tal, **objetiva-se desenvolver um produto educacional que aborde o referido tema de forma lúdica com uma linguagem acessível, visando contribuir para o desenvolvimento da autoproteção e das relações saudáveis.**

Com o propósito de atingir o objetivo geral da presente pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos: i. Esclarecer a função da educação sexual nas escolas através de encontros com os alunos do quinto ano do Ensino Fundamental; ii. Identificar suas maiores dúvidas a respeito do tema *Educação Sexual*; iii. Promover rodas de conversa e debates sobre o tema; iv. Construir coletivamente o jogo pedagógico *Trilha da Proteção* a partir das dúvidas observadas nos encontros com os educandos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Violência sexual: causas e consequências

Na sociedade, cada vez mais, crianças e adolescentes vêm sendo colocados diante de situações difíceis e constrangedoras. Entre esses casos, menores são acometidos por infecções sexualmente transmissíveis e/ou meninas precisam enfrentar uma gravidez precoce proveniente de abusos sofridos.

O Ministério da Saúde aponta que, no Brasil, anualmente, ocorrem cerca de 400 mil casos de gravidezes na adolescência, o que é considerado uma taxa muito alta. Deste quantitativo, apenas em 2014, quase 29.000 crianças nasceram de mães entre 10 e 14 anos. Dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos - SINASC apontam redução de 55% nestes números nas duas primeiras décadas do ano 2000. Contudo, mesmo com essa redução estatística, o país ainda possui a mais alta taxa de natalidade entre mães adolescentes na América Latina (Brasil, 2014).

Apresentando dados mais atuais, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (2023) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC (2024) sinalizam uma redução do número de partos em mães até 19 anos, porém, ainda não o suficiente para não serem considerados altos. O MDHC ressalta que “de acordo com um estudo do Ministério da Saúde, divulgado em 2020, naquele ano, cerca de 380 mil partos foram de mães com até 19 anos, o que correspondeu a 14% de todos os nascimentos no Brasil” (Brasil, 2024).

Nem todos os casos de gravidez na adolescência e ISTs estão relacionados à violência sexual, mas ela ainda é considerada uma das consequências físicas mais comuns em casos de abuso infantil. De acordo com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Direitos da Família - IBDFAM (2024), que cita a pesquisa realizada pelo Centro Internacional de Equidade em Saúde, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel com apoio da organização Umame, “no Brasil, mais de 11 mil dos partos realizados de 2020 a 2022 foram consequência de violência sexual praticada contra meninas menores de 14 anos de idade” (IBDFAM, 2024).

A presença de “irritações na boca, vagina ou ânus” (Camões, 2005) também é apontada como consequência muito observada em situações de abusos sexuais. Contudo, em seus estudos, Pfeiffer e Salvagni (2005) apontam outras sequelas advindas deste tipo de crime cometido com crianças e adolescentes, que podem se apresentar não só no aspecto físico, mas também na parte psicológica do indivíduo, através de sintomas como:

Tristeza constante, prostração aparentemente desmotivada, sonolência diurna, medo exagerado de adultos, habitualmente aquele do sexo do abusador, história de fugas, comportamento sexual adiantado para idade, masturbação frequente e descontrolada, tiques ou manias, enurese ou encoprese e baixo amor-próprio (Pfeiffer; Salvagni, 2005, p. S201).

Tal afirmação é corroborada por Cogo *et al.* (2012), ao constatarem que o abuso sexual pode interferir negativamente não só no desenvolvimento cognitivo, mas prejudicar, de diversas formas, os aspectos afetivo e social da vítima. Dessa forma, os autores explicam que essa experiência gera “consequências psicológicas severas para a criança, que se não tratadas podem se perpetuar por toda a vida” (p. 130). Ademais, conforme apontam Júnior e Neto (2004) e Monteiro e Pereira (2022), esses problemas podem estar relacionados a diversas causas, como: vulnerabilidade social, desinformação, não utilização e/ou utilização errada de métodos contraceptivos, baixa escolaridade, falta de diálogo com a família (principalmente, os pais).

Além das causas já apontadas, De Souza, Santos e da Silva (2019) acenam ainda outras três possíveis origens do problema: a violência estrutural e doméstica, a hipersexualização infantil e o alto consumo de álcool. Este último, segundo as autoras, por ser uma droga barata, lícita, de fácil absorção e lenta metabolização (no que se refere ao organismo feminino), que leva as jovens a serem expostas a diversas situações de risco.

Visando melhorar este cenário, os Ministérios da Saúde e da Educação desenvolveram o Programa Saúde na Escola⁴, que consiste em estratégias “para

⁴ O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia intersetorial da Saúde e da Educação para promoção da saúde e educação integral, envolvendo a escola e a APS, com vistas ao desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Entre as temáticas abordadas que envolvem a saúde de adolescentes e jovens, a prevenção da gravidez na adolescência é pauta prioritária. O programa foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

promoção da saúde e educação integral” (Brasil, 2021). No entanto, dados do próprio Ministério da Saúde apontam retrocesso destes números, sem apontar os possíveis motivos. De acordo com o órgão, “somente em 2020, o total de nascimentos de crianças de mães adolescentes foi de 380.778, representando 14% do total de nascidos vivos” (Brasil, 2023), número muito próximo ao observado no ano de 2014.

Apesar dos avanços observados, dados como estes não podem ser ignorados, ao contrário: eles evidenciam a enorme necessidade da ampliação dos debates acerca do tema dentro de espaços diversificados, sendo um deles e, possivelmente o mais importante, a escola.

2.2 Violência sexual: do que se trata?

À primeira vista, o termo “violência sexual” parece autoexplicativo, mas se trata de um fenômeno amplo, que, embora possa se apresentar de diferentes formas, sempre envolve a presença da sexualidade, a falta de consentimento e/ou o uso da coerção (D’Abreu, 2013; Brasil, 2016). Logo, esse tipo de violência, presente em diversas esferas da sociedade, não se limita apenas à agressão física, mas também compreende âmbitos psicológicos e institucionais, refletindo as desigualdades de gênero e as dinâmicas de poder vigentes (Faleiros, 2002; D’Abreu, 2013; Brasil, 2016).

Entre as manifestações mais evidentes de violência sexual, pode-se citar o estupro, definido, pelo Art. 213 do Código Penal Brasileiro, como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Brasil, 2009, p. 89). Trata-se de um crime que ocorre quando há qualquer ato sexual não consentido pela vítima, podendo envolver coerção física, psicológica ou situações em que a pessoa não possa oferecer resistência. Tal ato gera grandes impactos físicos e emocionais, deixando sequelas que podem durar a vida inteira (Brasil, 2016; Batista; Paiva, 2024).

Desde os tempos do Brasil Império, o estupro figurou com relevância na legislação brasileira, porém, pouco abrangente, tendo em vista a necessidade de conjunção carnal com penetração forçada para se configurar. Ao longo dos anos, as

leis passaram por mudanças significativas, de modo a se adaptar às transformações sociais.

Em 2009, com a reformulação do artigo 213 do Código Penal, o estupro passou a englobar qualquer ato sexual não consentido, incluindo penetração anal e outros tipos de violência sexual, o que ampliou a proteção às vítimas. Além disso, punições mais severas passaram a figurar casos que envolvam violência extrema, resultando em lesão grave ou morte da vítima (Fígaro, 2017).

Muitos desafios ainda persistem, apesar dos avanços na legislação, como a dificuldade das vítimas em denunciar e o alto índice de impunidade. Muitas vezes, no próprio sistema de justiça, mulheres e crianças vítimas de estupro enfrentam julgamentos morais e desconfiança. Por isso, é essencial continuar o aprimoramento das políticas públicas, a fim de fortalecer a educação acerca do consentimento e garantir que as vítimas tenham acesso a um atendimento digno e eficaz (MDHC, 2024).

Outra forma recorrente de violência sexual é o assédio, caracterizado pela imposição de investidas de natureza sexual sem o consentimento da vítima, gerando um ambiente constrangedor e intimidador. Esse comportamento pode se manifestar por meio de toques indesejados, propostas indecorosas, mensagens ofensivas ou qualquer outra ação que cause desconforto. Diferentemente do estupro, o assédio não envolve necessariamente contato físico, mas compromete a dignidade e o bem-estar da pessoa afetada (Dias, 2008; Fukuda, 2012).

No Brasil, o assédio sexual foi reconhecido como crime pelo artigo 216-A do Código Penal em 2001. Assim sendo, esse reconhecimento se tornou relevante, especialmente, em contextos de relações hierárquicas ou de influência, como no ambiente de trabalho. Esse dispositivo legal possibilitou a responsabilização dos superiores que utilizam sua posição para coagir subordinados a aceitarem investidas de cunho sexual (Fukuda, 2012).

Em 2018, a Lei nº 13.718 ampliou o propósito da legislação ao criminalizar a importunação sexual, que envolve a prática de atos libidinosos sem consentimento, como toques inapropriados ou exposição indecente. Essa modificação representou um avanço para garantir a proteção das condutas anteriormente enquadradas, como contravenções penais (Brasil, 2023).

Contudo, na legislação brasileira, ainda existe, o que Fukuda (2012, p. 125) chama de “embaraço jurídico”, ao considerar a dificuldade em diferenciar assédio de paquera. A autora considera que:

Pela definição proposta, nem toda conduta, como as populares cantadas, é entendida juridicamente como assédio. O assédio caracteriza-se por um constrangimento realizado por uma pessoa em posição de superioridade em relação à vítima. Além disso, ao expressar o termo exercício do emprego, não só o assédio se apresenta enquanto crime, relacionado e limitado apenas ao espaço das relações de trabalho, e desta forma, excluindo juridicamente sua possibilidade em outros ambientes onde hierarquia e poder também se apresentam, como levanta dificuldades na interpretação e, conseqüentemente, na aplicação da lei (Fukuda, 2012, p. 125).

Apesar dos avanços legislativos, o assédio sexual permanece como um problema recorrente, sobretudo no ambiente de trabalho e em espaços públicos. A ocorrência de represálias e a descrença na efetividade das denúncias apresentadas contribuem para a subnotificação dos casos. Assim, além do aprimoramento da aplicação das leis, é necessário promover mudanças culturais que desencorajem condutas abusivas e fomentem a criação de ambientes seguros e respeitosos.

Paralelamente, a exploração sexual representa outro tipo grave de violência, caracterizada pela utilização de uma pessoa, principalmente crianças ou adolescentes, para obter lucro ou benefício sexual. Trata-se de um comércio humano, em que a mercadoria é adquirida e oferecida de forma totalmente ilícita, além de se apresentar como um grave crime contra a humanidade (Faleiros, 2004).

Dentro desse conceito, Faleiros (2004) aponta quatro diferentes modalidades de violações aos direitos humanos: prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais. A autora (2004, p. 77) ressalta que essas “quatro modalidades (...) comportam ainda discussões e não aprofundam formas de agir específicas que o mercado vem criando e explorando, como a pornografia na Internet”.

Cabe destacar que, apenas em 2016, com a inclusão da Lei nº 13.344, o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2848/1940), por meio do Art. 149-A, passou a prevê as devidas punições para o crime de tráfico de pessoas. A partir dessa alteração, a exploração sexual passou a figurar, na legislação brasileira, como uma das possíveis motivações para este tipo de violação.

O abuso sexual, por sua vez, geralmente ocorre em contextos de relações de confiança e dominação. Em termos simples, Camões (2005, p. 04) define essa prática “como qualquer conduta sexual

levada a cabo por um adulto ou por outra criança mais velha com outra criança mais nova”. Tal afirmação evidencia a relação de dominação imposta nesses casos, onde a vítima fica sujeita aos desejos do dominador, que, para atingir seu objetivo, se utiliza da força, do medo, ameaças, castigo e da culpa como subterfúgios (Faleiros, 2000; 2002).

A simplicidade impressa na definição apresentada contrasta com a dificuldade na identificação de situações de abuso. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 85,5% dos casos notificados, os abusadores possuem um estreito vínculo com as vítimas, sendo, na maioria das vezes, integrantes da própria família. Essa realidade contribui para que uma desconhecida quantidade desses eventos permaneça oculta, seja pela vítima ou pela convivência familiar (De Paula Faleiros, 2001; Araújo, 2002; FBSP, 2024).

De Paula Faleiros (2001, p. 71) explica esse fenômeno por afirmar que “o autoritarismo e o machismo são os fundamentos dessa violência, mas há uma relação de cumplicidade e silêncio entre a mãe, o pai/padrasto, os irmãos e enteados e os vitimizados”. Logo, identifica-se a cumplicidade familiar como fator primordial para a preservação desse segredo obscuro. Dessa forma, notificar as autoridades seria admitir a violência justamente em um espaço que deveria ser o local de proteção, apoio, educação primária e, principalmente, amor. Por isso, esse é um assunto complexo, tanto de ser descoberto quanto tratado (De Paula Faleiros, 2001; Araújo, 2002).

Com o avanço das tecnologias, a violência sexual também se manifesta no ambiente virtual. Trata-se de um problema que aumenta na mesma proporção que cresce a acessibilidade à internet e à qualidade de jogos e aplicativos. No intuito de conectar o mundo, as plataformas digitais oferecem novos recursos que não só seduzem seus usuários, mas também abrem espaço para ações dessa natureza. As crianças, movidas pela curiosidade natural e desconhecimento acerca dos riscos presentes no ambiente virtual, tornam-se alvos de predadores que utilizam a rede mundial de computadores para estabelecer contato (Sanchez *et al.*, 2029).

A violência sexual *on-line* pode assumir formas variadas, como o aliciamento (*grooming*⁵), a disseminação de materiais de abuso sexual infantil ou, até mesmo, a

⁵ *Grooming* é um “termo originário do inglês e utilizado para definir o aliciamento de menores através da Internet, com o intuito de se buscar benefícios sexuais”

coerção para as próprias crianças produzirem e enviarem conteúdos explícitos. Nesse sentido, estudos recentes apontam que o anonimato proporcionado pela internet amplifica a ousadia dos agressores, tornando o combate a esse crime um grande desafio (Pacheco, 2019).

Quando expostas à violência sexual *on-line*, normalmente as crianças enfrentam problemas a curto e longo prazo, principalmente, no que tange aos aspectos físicos, psicológicos, sociais e comportamentais, como ansiedade, depressão e baixa autoestima. Muitas vezes, elas não compreendem plenamente o que lhes aconteceu (Sanches *et al.*, 2019; Mota; Manita, 2021).

Ao nível do dano físico, podemos referir, para além de eventuais lesões resultantes do abuso, os riscos associados ao HIV/SIDA, a gravidez precoce ou indesejada, as complicações na gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis e a obesidade. As consequências ao nível psicológico, nas crianças e jovens, podem incluir a auto-culpabilização, sentimentos de vergonha, ansiedade, depressão, perturbações de pânico, perturbações de stress pós-traumático, comportamentos de automutilação, suicídio, bulimia ou anorexia (Mota; Manita, 2021, p. 3).

O fato do abuso ocorrer em um ambiente virtual não diminui sua gravidade. Pelo contrário, a possibilidade da exposição pública de imagens ou vídeos pode agravar o sofrimento. Considerando a dificuldade de excluir esse tipo de material da internet, a vitimização ainda pode se perpetuar por anos. Bretan (2012, p. 103) explica os riscos deste tipo de crime ao afirmar que “nos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, há dano realístico à integridade psíquica e moral, ainda que não haja violência real ou grave ameaça, em razão das especificidades da personalidade infantojuvenil”.

O abuso *on-line* não é apenas uma extensão do abuso físico, mas uma forma distinta de violência que exige diversas estratégias de prevenção e intervenção, dado o alcance e a velocidade da tecnologia. Os agressores utilizam táticas sofisticadas para explorar suas vítimas, muitas vezes, passando-se por pessoas confiáveis ou da mesma faixa etária das crianças. Um exemplo é o *grooming*, onde o aliciamento

(<https://br.mundopsicologos.com/artigos/sabe-o-que-e-grooming-conheca-o-significado-e-proteja-seus-filhos>, 2018).

começa com conversas que aparentam ser inocentes, evoluindo para manipulação emocional e, eventualmente, exploração sexual.

De acordo com o pediatra Daniel Becker, em entrevista ao jornal *Estado de Minas* (2023), as plataformas de jogos, redes sociais e grupos *on-line* têm sido locais onde predadores sexuais se infiltram na intenção de iniciar contato, aproveitando a ausência de supervisão parental. Nesse sentido, o médico alerta para a importância da supervisão dos pais, salientando a criatividade destes criminosos que, para enganar e manipular a criança, utilizam programas de inteligência artificial para obtenção do disfarce perfeito.

O combate a essa modalidade de violência exige esforços conjuntos entre governos, empresas de tecnologia e a sociedade. Leis mais rigorosas, como as que obrigam plataformas a monitorar e reportar conteúdos abusivos, são essenciais, mas, muitas vezes, esbarram na dificuldade de rastrear criminosos que usam avançados aparatos tecnológicos, cuja finalidade é proteger seu anonimato (Oliveira; Oliveira, 2024).

Além de legislações, a Educação Digital também é apontada como uma importante ferramenta voltada ao combate dos crimes sexuais *on-line*. Ensinar às crianças sobre segurança virtual e aos pais sobre os sinais de aliciamento pode prevenir muitos casos e, conseqüentemente, salvar vidas (Oliveira; Oliveira, 2024).

Por fim, o casamento infantil também é reconhecido como uma forma de violência sexual. Trata-se de outro gênero de violência sexual, que consiste em obrigar uma pessoa, especialmente crianças ou adolescentes, a contrair matrimônio. Nesse contexto, segundo o Código Civil Brasileiro, um casamento é considerado infantil ou precoce quando um dos noivos tem menos de 18 anos (Brasil, 2002).

Consta no Art. 1517 do referido documento a possibilidade de um casamento legal aos 16 anos, mas, para tal, faz-se necessário o consentimento dos pais ou responsável legal, que podem revogá-lo a qualquer momento antes do casamento. Antes dessa idade, o Art. 1.520 é explícito ao afirmar que “não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil, observado o disposto no Art. 1.517 deste Código” (Brasil, 2002).

De acordo com Veiga e Loyola (2020), o Brasil é um dos países com maior incidência de casamentos infantis do mundo. Entretanto, as autoras ressaltam que, em outros países, esse fenômeno se apresenta como negócios entre famílias,

realizados com a formalidade que a ocasião exige. Já no Brasil, são observadas características que divergem de outros locais. Apesar de também poder figurar como uma relação comercial, não raramente, este tipo de casamento é realizado de forma consensual e informal.

As autoras também apontam maior incidência de casamentos infantis em locais com menor acesso à educação e às oportunidades de emprego, principalmente para mulheres, bem como a alta taxa de violência de gênero. Tal afirmação sugere que o nível de escolaridade pode ser considerado inversamente proporcional à incidência de casamentos infantis e/ou forçados, uma vez que amplifica as possibilidades de autonomia financeira do indivíduo.

Todas as diferentes formas de violência sexual citadas e outras não apresentadas no presente capítulo podem ocorrer combinadas ou isoladamente, sempre representando uma violação dos direitos humanos. A conscientização e o enfrentamento dessas práticas são essenciais para promover um ambiente mais seguro e respeitoso para todos.

2.3 Educação sexual: Informação como subsídio para prevenção

Numa breve análise da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), documento normativo da educação brasileira, ao buscar termos como “Educação Sexual”, “Sexualidade”, “DST” e “IST”, constata-se que as referências a esses temas são escassas. Alguns deles sequer são mencionados, e, quando o são, aparecem de forma genérica e superficial. Talina e Fontoura (2022) criticam essa abordagem, considerando-a arbitrária ao negligenciar um tema controverso, mas essencial para a formação integral das pessoas. Elas sugerem que o documento falha em promover discussões necessárias à construção de uma cidadania consciente e informada.

A Educação Sexual, conforme delineada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfrenta desafios expressivos em relação à sua implementação no contexto educacional brasileiro. Embora o documento enfatize a importância de abordar temas relacionados à sexualidade, a inserção desses conteúdos se revela, na maioria, superficial e desconexa. A ausência de detalhamento preciso sobre as competências

e habilidades a serem desenvolvidas, muitas vezes, resulta na omissão ou no tratamento inadequado dessas temáticas (Sartori, 2022).

Complementando as afirmações anteriores, De Souza Monteiro e Ribeiro (2020) e Vicente (2023) apontam para o caráter conservador e retrógrado do texto contido no documento. Ao compararem as três diferentes versões da BNCC, os autores evidenciaram a supressão de importantes informações no que tange à Educação Sexual.

O exame das diferentes versões da BNCC revelou que da primeira para a terceira versão houve mudanças significativas na abordagem das questões de gênero e sexualidade em todas as etapas da educação básica. De modo geral, havia não somente menções aos termos ora suprimidos na versão oficial como também uma visão mais crítica e reflexiva sobre a diversidade sexual (...). No entanto, a atuação incisiva das bancadas políticas conservadoras na retirada dos conceitos de gênero e de orientação sexual, deixando de evidenciar dimensões importantes no documento final, configurando um profundo retrocesso, principalmente se comparado com as diretrizes preconizadas na década de 1990 pelos PCN (Vicente, 2023, p. 16).

No quadro 1, encontram-se as informações encontradas na BNCC sobre o trabalho com Educação Sexual no Ensino Fundamental. O conteúdo foi extraído do oitavo ano de escolaridade, no componente curricular ciências.

Quadro 1 - Conteúdos específicos de Educação Sexual na BNCC – 8º. ano

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Vida e evolução	Mecanismos reprodutivos; Sexualidade	(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

		<p>(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.</p> <p>(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</p>
--	--	--

Fonte: Base Nacional Comum Curricular - BNCC

Outro aspecto relevante se refere à insuficiente capacitação docente para lidar com questões de sexualidade. Assim, a ausência de formação continuada específica limita as iniciativas às palestras esporádicas ou aos eventos isolados, comprometendo o desenvolvimento de uma educação sexual sistemática, fundamental para a construção de conhecimentos na área (Sartori, 2022).

Cabe ressaltar que a Educação Sexual na BNCC enfrenta pressões políticas e sociais, que buscam restringir ou eliminar a discussão sobre gênero e sexualidade. Tal fato contribui para a precarização do acesso dos estudantes a uma formação integral sobre esses temas, o que compromete a construção de uma cidadania crítica e inclusiva. A falta de debates aprofundados sobre diversidade de gênero e orientação sexual dificulta a promoção de um ambiente escolar que valorize a pluralidade e a segurança de todos os alunos, essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa (De Souza Monteiro; Ribeiro, 2020; Sartori, 2022; Vicente, 2023).

As situações apresentadas apontam a contradição governamental. De um lado, existe o Ministério da Saúde, evidenciando, através de dados oficiais, a necessidade da informação para o público jovem. De outro, há o Ministério da Educação reduzindo, à míngua, um tema de grande relevância, desconsiderando os prejuízos que a ignorância pode causar.

Na busca de um respaldo legal que ampare uma abordagem mais consistente dos temas relacionados à Educação Sexual, refinamos a busca no referido documento, de modo a encontrar possibilidades de abordagem do tema ao longo de todo o Ensino Fundamental, apresentando-as no quadro 2. Ressalta-se que, apesar de compreendermos as possibilidades do trabalho integrado nos componentes

curriculares, detivemo-no em ciências, por ser onde encontramos as únicas evidências do trabalho na BNCC.

Quadro 2 - Brechas na BNCC

ANO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
1º.	Vida e evolução	Corpo humano e respeito à diversidade	<p>(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.</p> <p>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p> <p>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.</p>
3º.	Vida e evolução	Características e desenvolvimento dos animais	<p>(EF03CI04) Identificar características sobre o modo de vida (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.) dos animais mais comuns no ambiente próximo.</p> <p>(EF03CI05) Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.</p> <p>(EF03CI06) Comparar alguns animais e organizar grupos com base em características externas comuns (presença de penas, pelos, escamas, bico, garras, antenas, patas etc.).</p> <p>Possibilidade: Identificar diferenças e semelhanças físicas e comportamentais entre humanos e animais.</p>

4º.	Vida e evolução	Microrganismos	<p>(EF04CI07) Verificar a participação de microrganismos na produção de alimentos, combustíveis, medicamentos, entre outros.</p> <p>(EF04CI08) Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.</p> <p>Possibilidade: Desenvolver atividades sobre Infecções sexualmente transmissíveis</p>
5º.	Vida e evolução	Hábitos alimentares	<p>(EF05CI09) Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.).</p> <p>Possibilidade: Discutir a relação de distúrbios nutricionais provenientes de doenças mentais, como a depressão.</p>
6º.	Vida e evolução	Célula como unidade da vida Interação entre os sistemas locomotor e nervoso	<p>(EF06CI05) Explicar a organização básica das células e seu papel como unidade estrutural e funcional dos seres vivos.</p> <p>(EF06CI10) Explicar como o funcionamento do sistema nervoso pode ser afetado por substâncias psicoativas.</p> <p>Possibilidades: Pesquisar como é o desenvolvimento humano intrauterino; Debater quais as possíveis razões das pessoas utilizarem substâncias psicoativas, quais as consequências e como a violência sexual poderia se relacionar com esse tema.</p>

7º.	Vida e evolução	Programas e indicadores de saúde pública	<p>(EF07CI09) Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.</p> <p>(EF07CI10) Argumentar sobre a importância da vacinação para a saúde pública, com base em informações sobre a maneira como a vacina atua no organismo e o papel histórico da vacinação para a manutenção da saúde individual e coletiva e para a erradicação de doenças.</p>
8º.	Vida e evolução	No quadro 1.	
9º.	Vida e evolução	Hereditariedade	<p>(EF09CI08) Associar os gametas à transmissão das características hereditárias, estabelecendo relações entre ancestrais e descendentes.</p> <p>(EF09CI09) Discutir as ideias de Mendel sobre hereditariedade (fatores hereditários, segregação, gametas, fecundação), considerando-as para resolver problemas envolvendo a transmissão de características hereditárias em diferentes organismos.</p> <p>Possibilidades: Promover debates sobre os riscos de gravidez precoce e tardia; Identificar a importância dos testes de DNA como forma de comprovação parental, na solução de crimes e pesquisar outras possíveis aplicações.</p>

Fonte: Informações extraídas da BNCC e organizadas pela pesquisadora.

Embora não faça parte do escopo da presente dissertação, avaliou-se também possíveis brechas que respaldassem a abordagem da Educação Sexual na Educação Infantil. No que se refere aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do aluno nesta etapa, identificamos as primeiras possibilidades, sendo:

- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2017, p. 38).

Os dois direitos apresentados vão ao encontro de conhecimentos importantes no que tange à Educação Sexual. Conforme visto nos capítulos 1 e 2.3, é através da expressão da pessoa, seja pela fala, por atividades gráficas e/ou mudanças de comportamento, que a escola poderá começar a colocar em prática seu papel como rede de apoio e proteção a alunos que necessitem relatar problemas dessa natureza.

Quanto ao direito de se conhecer, ele mostra a importância da construção de uma autoimagem positiva por meio das interações nos diferentes núcleos sociais que o aluno frequenta. No entanto, quando essa interação gera dor, medo, angústia e apresenta alto potencial traumático à pessoa, como ocorre nos casos de violência sexual, esse direito se torna maculado, justificando a necessidade de uma abordagem sobre Educação Sexual desde a Educação Infantil.

Nos campos de experiência, “as interações e a brincadeira” fazem parte dos eixos estruturantes (BNCC, 2017, p. 40). Elas visam garantir os direitos dos alunos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e se conhecer. Dentro de diversos trechos importantes identificados, pode-se destacar na BNCC:

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo

tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BNCC, 2017, pp. 40 – 41).

Pode-se continuar a busca por referenciais sobre a Educação Infantil. Entretanto, o trecho supracitado já nos contempla integralmente, uma vez que expressa a importância das diferentes formas de expressão e da promoção de espaços onde a criança possa se desenvolver e reconhecer seus limites, possibilidades, além de identificar riscos à sua integridade física.

No que se refere ao Ensino Fundamental, conforme evidenciado no quadro 2, observa-se que embora a BNCC não deixe explícitas todas as possibilidades de trabalhos com Educação Sexual, é possível identificar as várias maneiras que podem ser buscadas, dentro do próprio documento, a fim de respaldar legalmente. Dessa forma, possibilita-se o desenvolvimento de um trabalho escolar que preze pela qualidade.

Cabe aos profissionais de educação encontrar, nas entrelinhas, o aporte por ele oferecido, uma vez que desconhecemos quando e se um dia será desenvolvido outro documento norteador para a educação brasileira. Além disso, a outra possibilidade seria buscar respaldo teórico em documentos mais antigos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pois, apesar de substituído, seu uso não foi proibido.

Nesse contexto, faz-se necessário compreender que as contribuições da Educação Sexual não se resumem ao ato sexual. Sua abordagem envolve inúmeros aspectos da vida, muitos deles totalmente subjetivos, como autoconhecimento (físico e psicológico), limites (próprios e dos outros), respeito às diferenças, empatia e sororidade. Esses elementos, quando articulados, contribuem para o desenvolvimento da responsabilidade na tomada de decisões (Ribeiro, 1990; Moura *et al.*, 2017).

Considerando essa compreensão, foi que, em 2018, iniciou construção do material “Eu Me Protejo⁶”. Em entrevista ao programa *Ouvindo Vozes*, que foi ao ar 15 de maio de 2023, no site *YouTube*, a jornalista Patrícia Almeida e a psicóloga Neusa Maria apresentaram detalhadamente o projeto. Trata-se de uma iniciativa voluntária de profissionais de diversas áreas, cujo “objetivo principal é oferecer um material acessível e gratuito para ajudar a prevenir a violência contra crianças” (www.eumeprotejo.com, 2023).

O material, construído e validado por crianças e suas famílias, ao longo de quatro anos, é oferecido gratuitamente para a utilização em escolas, igrejas e em demais locais frequentados por crianças. Entre muitas informações relevantes, as entrevistadas evidenciaram a importância de escutar as vítimas, seja através da fala ou da linguagem não verbal, como pela avaliação de produções gráficas, onde há maior liberdade de expressão.

De acordo com as autoras, todo esse material tem foco direto na prevenção, sem deixar de lado o acolhimento de casos já ocorridos. A intenção é identificar e aprender com os problemas, visando proteger o público-alvo. “A prevenção só é efetiva quando a violência não acontece” (Neusa Maria, 2023).

Em suas pesquisas, Frota Carneiro *et al.* (2015) já apontavam a escola como um ambiente favorável para atividades relacionadas à Educação Sexual, apontando-a como “o ambiente adequado para a aprendizagem não só da anatomia e da fisiologia do corpo humano, de métodos de prevenção da gravidez precoce e das DST, mas também para o desenvolvimento de sua autonomia” (p. 02). Além disso, segundo os autores (2015, p. 5), o coletivo ressalta a segurança demonstrada pelos jovens para se expressarem livremente a respeito do tema no ambiente escolar, visto “se tratar de ambiente do cotidiano dos adolescentes, onde permanecem a maior parte do dia”.

⁶ As autoras esclarecem que “Eu Me Protejo” é um projeto ligado ao Instituto MetaSocial. Ele tem apoio institucional do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, da Sociedade Brasileira de Pediatria, faz parte da Rede Nacional Primeira Infância, Rede Não Bata, Eduque e Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes. Trata-se de “um grupo independente, voluntário, apartidário, criado para promover a educação para prevenção contra a violência na infância, ligado ao Instituto MetaSocial” (www.eumeprotejo.com, 2023).

Por sua vez, “a escola tem compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, que inclui a violência sexual” (Libório; Camargo, 2006, p. 1). De acordo com as autoras, é fundamental que um dos objetivos da escola seja voltado à garantia da segurança e qualidade de vida dos educandos, através da compreensão, identificação e postura de suas equipes frente aos possíveis casos de violência sexual.

No Boletim Epidemiológico divulgado em 2024, o Ministério da Saúde evidencia a importância da Educação Sexual, ao afirmar que:

Outro ponto a ser ressaltado é a importância da educação sexual na prevenção da violência sexual. É fundamental que os adolescentes recebam informações adequadas sobre sexualidade e relacionamentos saudáveis, de forma que sejam capacitados para identificar situações de violência sexual e buscar ajuda. Além disso, é necessário que a educação sexual seja inclusiva, abordando questões de gênero, raça e diversidade sexual para evitar estereótipos e preconceitos que possam contribuir para a perpetuação da violência sexual (Brasil, 2024, p. 11).

Dados apresentados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷ – FBSP (2024) apontam que, no que se refere às pessoas vulneráveis, “as vítimas, (...) são estupradas por familiares ou conhecidos (84,7%), dentro de suas próprias residências (61,7%)” (p. 161), o que torna a escola uma importante rede de apoio. Segundo a pesquisa, esta instituição auxilia não só a identificar e denunciar os casos de crimes sexuais, mas também pode atuar na prevenção e busca de ajuda através da informação. Em sua edição de 2022, o documento faz a seguinte ressalva: “para aqueles que acham que o ambiente escolar é um risco para os filhos, vale lembrar que apenas 1% dos casos registrados ocorreu em estabelecimento de ensino” (FBSP, 2022, p. 249).

Corroborando com as informações do FBSP, Nishina (2022, p. 7) aponta que “grande parte dos casos de abuso infantil (...) ocorre dentro de casa, por pessoas que confia, e (...) dificilmente elas vão falar algo para alguém”. Diante de tal fato, que se

⁷ Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) - é uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências.

apresenta como uma razão contundente na defesa da Educação Sexual, a autora ressalta a importância de se legislar em prol da abordagem do assunto nas escolas, evitando que as alas governamentais mais conservadoras usurpem este assunto do currículo educacional brasileiro.

Dentro dessa perspectiva, traz-se, à luz, um forte argumento na defesa da Educação Sexual no âmbito escolar, principalmente dos assuntos referentes à identificação e denúncia de sinais de abuso. Isso se justifica por compreender a importância e a influência da escola na vida dos jovens e o quanto ela pode favorecer a abordagem desse tema.

Ao longo da história, muitos debates (prós e contra) a respeito da Educação Sexual foram efetuados. Nesse contexto, surgiram tentativas de criar legislações (também prós e contra), de modo a respaldar, legalizar e pleitear (ou não) que o profissional de educação introduzisse conteúdos referentes ao assunto em seu planejamento.

No quadro a seguir (03), serão apresentadas algumas dessas leis, que foram organizadas cronologicamente pelas autoras Cassiavillani e Albrecht (2023), no estudo que analisa a história da Legislação brasileira em diferentes contextos políticos. Todas elas, em algum grau, articulam-se a assuntos relacionados à Educação Sexual.

Quadro 3 - Leis e documentos analisados e contextos políticos da data de sua publicação

Período/Presidência	Documentos publicados
José Sarney (PMDB) 15/03/1985 a 15/03/1990	•Constituição Federal de 1988.
Fernando Collor (PRN) 15/03/1990 a 29/12/1992	• Decreto Legislativo nº 28, de 1990. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança; • Decreto Legislativo nº226, de 1991. Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

<p>Itamar Franco (PMDB) 29/12/1992 a 01/01/1995</p>	<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.
<p>Fernando Henrique Cardoso (PSDB) 01/01/1995 a 01/01 2003</p>	<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;• Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries);• Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - vol. 1, 2 e 3 •Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;• Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio;• Declaração e Plano de Ação de Durban;• Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação - PNE (2001).
<p>Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 01/01/2003 a 01/01/2011</p>	<ul style="list-style-type: none">• Brasil Sem Homofobia;• Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM - vol. 1 - Linguagem, Código e suas Tecnologias; vol. vol. 3 - Ciência Humanas e suas tecnologias;• Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - vols. 1 e 2;• Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009 - Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências;• Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009 - Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências;• Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 3;• Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

	<p>Infantil;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.
<p>Dilma Rousseff (PT) 01/01/2011 a 11/05/2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetórias Criativas: Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental – Uma proposta metodológica que promove autoria, criação, protagonismo e autonomia; • Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; • Diretrizes em ação - Qualidade no dia a dia da Educação Infantil; • Orientações Técnicas em Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro - Tópicos e Objetivos de aprendizagem; • Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Diversidade e Inclusão; • Diretrizes Curriculares Nacionais da Gerais Educação Básica; • Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE; • Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE.
<p>Michel Temer (PMDB) 12/05/2016 a 01/01/2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 - Reforma do Ensino Médio; • BNCC.
<p>Jair Bolsonaro (PL) 01/01/2019 a 01/01/2023</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022.
<p>Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 01/01/2023 (atualmente)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de lei nº 4.844, de 28 de setembro de 2023 (em tramitação);

	<ul style="list-style-type: none">• Portaria GM/MS Nº 1.004, de 21 de julho de 2023;• Projeto de lei nº 304, de fevereiro de 2024 (em tramitação).
--	---

Fonte: Cassiavillani; Albrecht (2023). Informações a partir de 2020 foram acrescentadas pela autora.

O quadro apresenta a legislação vigente até o governo Temer, excluindo as ações do poder legislativo no período de 2019 a 2022. No entanto, em busca de mais informações, foram consultadas fontes oficiais⁸ por possíveis legislações relacionadas à Educação Sexual. Em seguida, filtrou-se a busca por relevância, utilizando o termo “Educação Sexual” nos quatro anos citados, onde foi localizado o Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, que instituiu o “Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor”. Com isso, o objetivo expresso no documento é “fomentar e implementar ações para o desenvolvimento integral e saudável da criança e do adolescente”.

Numa leitura inicial, o programa pode parecer interessante, uma vez que apresenta propostas que visam, a grosso modo, a proteção infantil e feminina através do desenvolvimento e da implementação de quatro planos nacionais. Contudo, lendo mais atentamente, começam a aparecer as contradições e as dificuldades, sendo a primeira delas a própria publicação. Diante disso, levando-nos à primeira pergunta: como um governo, iniciado em 2019, pretende implementar um programa que envolve uma estrutura de grandes proporções em 2022?

No que tange ao assunto principal dessa pesquisa, vamos nos ater ao primeiro dos quatro planos propostos, o “Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência”. De acordo com o texto, ele “tem como finalidade mitigar as doenças e os agravos físicos e psicoemocionais decorrentes da iniciação sexual precoce e os riscos da gravidez na adolescência” (Seção I, Art. 125-E). Para sua implementação, foram relacionadas onze diretrizes, das quais destacamos, no quadro 4, as seis que, de alguma forma, relacionam-se (ou poderiam se relacionar) à Educação Sexual.

⁸A busca das informações foi realizada no site governamental oficial <https://legislacao.presidencia.gov.br/#>.

Quadro 4 - Diretrizes para implementação do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência

III - prevenção primária a causas e a fatores de risco sexual precoce;
IV - educação sexual abrangente;
V - formação e capacitação de profissionais que atuem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e de adolescentes;
VIII - participação da família nas ações de prevenção primária ao risco sexual precoce;
IX - fortalecimento dos vínculos familiares para redução de causas e de fatores de risco sexual precoce;
XI - ampla divulgação de informações sobre violência sexual e estupro de vulnerável por meio dos canais públicos de comunicação, sobretudo, os meios digitais.

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

No documento, é explícita a preocupação com a iniciação sexual precoce e gravidez na adolescência, como se fosse esse o maior dos riscos envolvendo o sexo. Uma das diretrizes apontadas para proteger as crianças e os adolescentes, nesse plano, é a chamada “Educação Sexual abrangente”, lançada de modo solitário em meio às demais, em que um olhar mais crítico pode entender “abrangente” como “genérica”. Quanto à formação docente, nada se refere à Educação Sexual. Dessa maneira, surja mais uma pergunta: como garantir uma Educação Sexual realmente abrangente sem formação docente voltada ao assunto?

Outro assunto que desperta atenção se refere às diretrizes VIII e XIX, que tratam da participação da família no enfrentamento à violência, visando “o fortalecimento dos vínculos familiares”. De fato, a família é, e precisa ser, a primeira rede de apoio da criança e do adolescente. Contudo, cabe se perguntar: na construção das diretrizes foi levado em consideração que, conforme exposto no capítulo 2.2 do presente estudo, mais de 80% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrem no seio familiar, sendo mais de 60% dentro da própria residência?

Por fim, a XI diretriz propõe a “ampla divulgação de informações sobre violência sexual e estupro de vulnerável por meio dos canais públicos de comunicação, sobretudo os meios digitais”. Dessa maneira, ela nos levou à nossa última pergunta: e a escola?

Ao realizar uma análise crítica, constata-se que o governo Bolsonaro apresentou apenas uma proposta referente à Educação Sexual com uma abordagem insuficiente e pouco aprofundada. Essa formulação sugere que a iniciativa foi desenvolvida com o objetivo de atender a requisitos formais, sem o comprometimento com a implementação consistente e efetiva da temática.

Com a posse do atual presidente, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, buscou-se, novamente, uma atualização na legislação brasileira sobre Educação Sexual. No que diz respeito, especificamente, ao tema, descobriu-se que se encontra em tramitação o Projeto de Lei n.º 4.844 de 2023, de autoria do deputado federal Rodolfo Nogueira, do PL/MS. Esse projeto dispõe sobre a proibição da Educação Sexual nas escolas de Educação Básica. Na justificativa, o referido deputado defende que as próprias famílias devem se responsabilizar pela orientação dos filhos, visando evitar um possível conflito de valores com a escola. Assim sendo, o projeto prevê a proibição total da escola na abordagem do tema, mesmo que os pais consentam.

Durante a pesquisa, também foi identificada a Portaria GM/MS Nº 1.004, de 21 de julho de 2023, que “define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2023/2024, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências”. A Portaria emanada do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação funciona como respaldo legal e identifica a importância da Educação Sexual, fazendo clara oposição ao projeto de lei do deputado Rodolfo Nogueira, do PL.

Por fim, destaca-se o Projeto de Lei nº 304, de fevereiro de 2024, de autoria da deputada federal Sílvia Wajãpi, do PL/AP. Ele propõe o acréscimo do artigo 241-F na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar o crime de publicidade de Educação Sexual para menores de 14 (quatorze) anos.

Art.241-F Divulgar, dar publicidade, promover, entregar ou fornecer ainda que gratuitamente, de qualquer forma e por qualquer meio de comunicação, conteúdo de educação sexual à menor de 14 (quatorze) anos.

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente público ou funcionário público.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado no ambiente escolar, público ou privado (Dept. Sílvia Wajãpi, 2024).

Apesar de se tratar de uma proposta que beneficia a Educação Sexual, a deputada, diferente de diversos autores que serviram de aporte teórico para a presente pesquisa, apresenta uma visão menos abrangente do tema, como pode ser lido em sua justificativa.

A educação sexual abrange o conhecimento sobre o desenvolvimento sexual com um enfoque na prevenção de riscos e promoção de comportamentos responsáveis.

A educação de saúde, incluindo a limpeza das partes íntimas, foca em práticas de higiene e cuidados corporais para manter a saúde física. É importante e deve ser adaptada à maturidade dos menores, respeitando sua fase de desenvolvimento e protegendo sua inocência, sem antecipar informações inapropriadas para sua idade.

A educação preventiva contra abusos trata-se da mais relevante dentre estas, pois deve ensinar as crianças e adolescentes de 3 a 13 anos a se proteger do assédio sexual, utilizando formas lúdicas como o chamado “semáforo do toque”, onde o objetivo é que as crianças e adolescentes aprendam a se proteger e a denunciar situações de violência, abuso e assédio (Dept. Silvia Wajãpi, 2024).

Quando se observa as informações apresentadas, vê-se, com clareza, a transformação da legislação educacional ao longo da história brasileira. Muito se foi criado, modificado, retirado e/ou acrescentado, porém, é notória a ausência de exigência quanto à formação docente adequada, bem como de garantias de que o trabalho seja desenvolvido em sua plenitude e tenha continuidade. Isto não só despreza, mas subtrai o direito do aluno a uma Educação Sexual de qualidade no âmbito escolar.

2.4 Meninas ou Meninos: de quem seria a responsabilidade?

Quando se trata de abuso sexual, seja ele contra adultos ou crianças, não há como compreender quem seria mais “responsável” por tais atos sem, antes, olhar para o passado. A sociedade brasileira, historicamente, sempre diferenciou as pessoas de acordo com padrões de comportamento a elas atribuídos culturalmente. Por sua origem patriarcal, atribuiu-se a homens e mulheres papéis sociais diferenciados, moldados por normas de gênero e dinâmicas de poder.

Nesse contexto, cabiam aos homens os mais importantes e notórios papéis sociais, enquanto, às mulheres, eram destinadas às funções de educar os filhos e à

responsabilidade de zelar pela manutenção do lar. Mesmo aquelas que fugiam deste padrão, ainda ocupavam (e a maioria ainda ocupa) uma posição inferior à dos homens em qualquer esfera da sociedade, mesmo quando possuem as mesmas responsabilidades. Ao propor uma discussão sobre os papéis atribuídos aos gêneros e seus respectivos limites, Amâncio (1992) aponta para o que se chama de “invisibilidade” social feminina, uma vez que a mulher era vista em um coletivo, com comportamentos bem definidos (Amâncio, 1992; Pinheiro *et al.*, 2023).

Tal característica social perdurou desta forma, na íntegra, até a década de 60, quando começaram a eclodir, dentro e fora do Brasil, os movimentos feministas. Eles tinham como objetivo buscar, para as mulheres, a liberdade e a ampliação dos direitos, a fim de sair de uma condição inferior, de subalternidade e de invisibilidade aos olhos da sociedade.

Estes movimentos, que foram duramente sufocados no princípio do período ditatorial brasileiro, começaram a render os primeiros frutos na década de 70, quando discussões começaram a ser promovidas acerca do tema. Entretanto, apenas com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 é que homens e mulheres começaram a ser vistos da mesma forma, ao menos aos olhos da Lei.

Atualmente, apesar de todas as vitórias, ser mulher na sociedade brasileira ainda exige muito. As conquistas advindas das lutas não as isentaram de suas “obrigações domésticas”, gerando uma sobrecarga de responsabilidades. Assim sendo, mesmo com os expressivos avanços nas pautas feministas, o Brasil ainda se apresenta como um país de características fortemente machistas. Apesar de ser economicamente responsável por 37,3% das famílias (IBGE, 2010), a população feminina continua sentindo os reflexos do machismo estrutural, fruto da constituição de uma sociedade fundamentada num sistema patriarcal (Pedro; Guedes, 2010; Hintze, 2021; Pinheiro *et al.*, 2023).

Em seus estudos, Hintze (2021, p. 12) define machismo estrutural como:

(...) a construção, a organização, a disposição e a ordem dos elementos que compõem o corpo social, dando sustentação à dominação patriarcal, enaltecendo os valores constituídos como “masculinos” em direto e (des)proporcional detrimento da condução autónoma dos valores constituídos como “femininos” em todas as suas manifestações, em especial na mulher.

Esta construção social, que coloca o homem numa posição hierarquicamente superior aos demais grupos sociais, encaixa-se na classificação de machismo apresentada por Hintze (2021). O autor o descreve como toda crença que valorize e torne superior tudo o que é masculino em detrimento do feminino, trazendo como consequência disso “qualquer tipo de ação ou violência (preconceitos, discriminações, segregações, ódio) baseada na classificação destes elementos” (p.15).

Observando o caráter machista e patriarcal da sociedade brasileira, é possível compreender a distinção que as famílias costumam fazer na educação de meninos, em que há uma permissividade maior, e de meninas, das quais é exigido um comportamento mais sóbrio e disciplinado. Em contrapartida, às meninas, é permitida a expressão maior de sentimentos e sensibilidade, ao contrário dos meninos, que, desde pequenos, são pressionados a reprimir suas angústias, de modo a evidenciar sua força e masculinidade (Louro, 2018; Hintze, 2021).

Em relação à sexualidade, a educação de homens e mulheres também é moldada por normas de gênero, expectativas culturais e dinâmicas de poder. O início desta distinção, no processo educacional, começa no seio familiar, mas encontra continuidade nos demais nichos sociais (religiosos, jurídicos, as mídias, escolares). Essa prática, de acordo com Louro (2020), é denominada de “Pedagogia da Sexualidade”, ou seja, “legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos ” (p. 24).

A tendência de valorizar a expressão sexual masculina em detrimento da feminina é histórica, o que gera prejuízos para ambas as partes. Enquanto a liberdade sexual masculina normalmente segue atrelada à cobrança deste não fugir ao comportamento heteronormativo, evitando posturas “femininas”, ou aparentando fragilidade, as mulheres, desde cedo, aprendem que seu comportamento deve fazer total oposição ao dos homens. Elas são rotuladas e acabam assumindo a condição de “sexo frágil”. No entanto, apesar de toda repressão sofrida, este fato traz o benefício de poderem expressar, com tranquilidade, suas fragilidades, angústias e sentimentos (Câmara, 2007; Petry; Meyer, 2011; Hintze, 2021).

Analisando todo o contexto histórico, até aqui, apresentado e comparando-o com o panorama da violência sexual infantil no Brasil, inicia-se a compreensão do perfil das vítimas. De acordo com dados publicados na 18ª edição do Anuário

Brasileiro de Segurança Pública (2024), que apresenta informações referentes ao ano de 2023, o estupro novamente teve aumento de registros, com 6,5% casos a mais que em 2022. Quando comparado a 2011, o aumento desse crime foi de 91,5%.

O documento publicado em 2024 traz informações detalhadas sobre o perfil das vítimas, evidenciando a discrepância nos registros envolvendo pessoas do sexo feminino e masculino. De acordo com o levantamento, o ano de 2023 registrou o maior quantitativo de estupro da história, totalizando 83.988 denúncias, das quais 76% envolveram vítimas vulneráveis, sendo 88,2% vítimas do sexo feminino (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

De acordo com os dados apresentados, as vítimas femininas continuam representando a enorme maioria. Essa disparidade na incidência de estupro no Brasil é complexa, resultante de vários fatores, como a desigualdade de gênero, as subnotificações e a ausência de uma estrutura educacional voltada para uma abordagem efetiva da Educação Sexual, somando-se ainda o fato deste país manter, nos valores de parte da população, a cultura do estupro. De acordo com Campos *et al.* (2017), essa cultura consiste em uma construção social que relaciona a sexualidade masculina à agressividade/violência, enquanto a feminina à passividade/submissão.

Diante desse contexto, espera-se que as mulheres evitem qualquer tipo de confronto, inclusive as investidas sexuais não consentidas. Essa lógica de submissão, por sua vez, ainda é perpetuada através de piadas, músicas, filmes e outras formas de mídia que retratam a objetificação das mulheres e naturalizam a violência sexual como algo aceitável.

Corroborando com a perpetuação da cultura do estupro, de acordo com a matéria do repórter Tiago Miranda para o site da Câmara dos Deputados (Agência Câmara de Notícias), no dia 12 de junho de 2024, o Projeto de Lei 1904/24, de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), foi aprovada em regime de urgência. Popularmente conhecido como “PL do estupro”, o projeto equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas ao crime de homicídio, independente de como se deu a concepção. Na prática, trata-se de mais uma estratégia das alas governamentais extremamente conservadoras para impor às mulheres, principalmente as mais vulneráveis, o que elas podem ou não fazer com seu próprio corpo.

A PL é explícita ao impor punição à menina ou à mulher que já sofreu violência sexual, ao trazer em seu texto o seguinte teor: “Parágrafo único. Se a gravidez resulta de estupro e houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, não se aplicará a excludente de punibilidade prevista neste artigo” (2024). A aprovação de um projeto desse conteúdo não é apenas um retrocesso. Trata-se de uma violência legalizada, ancorada em crenças religiosas limitantes, que utiliza uma orientação descontextualizada da Organização Mundial da Saúde para se respaldar, tornando uma agressão passível de punição para a vítima.

Algumas crenças ainda são reproduzidas por muitos brasileiros, como a ideia de que a negativa de uma mulher adulta às investidas de um homem faria com que este tivesse a necessidade de fazê-la mudar de opinião, uma vez que sua masculinidade estaria em xeque. Nesse sentido, o estupro em si não seria um crime, mas uma espécie de autoafirmação, a certeza de que ninguém poderia macular sua virilidade, ou seja, uma clara exibição de poder e superioridade (Machado, 2013).

Quando pensamos em vulneráveis, a situação tende a piorar. Ao molestar um indivíduo em fase de formação, seja menino ou menina, o prazer da conquista se torna maior. Nesse contexto, Câmara (2007, p. 56) aponta dois motivos para isso: o corpo infantil possuiria “vaginas e ânus apertados, o que tornaria o sexo mais prazeroso” e a crença de manter a virilidade de jovem, mesmo em idade mais avançada, numa busca pela juventude perdida.

A falta de conhecimento da criança ou do adolescente a respeito dos limites de seu próprio corpo e das atividades consideradas sexuais, a manipulação psicológica exercida pelo abusador, o sentimento de culpa gerado por qualquer prazer sentido pela vítima são condições favoráveis para que a denúncia não aconteça. Dessa forma, aumentam as chances de a pessoa estupradora permanecer no anonimato (Câmara, 2007; Santos; Ippólito, 2011).

Considerando todo o exposto, é possível concluir que os abusos podem ter muitos “culpados”: a estrutura patriarcal da sociedade, o machismo estrutural, valores distorcidos, a cultura do estupro, a omissão de quem deveria ser rede de apoio e a desinformação. Existe uma culpa coletiva e compartilhada, que envolve toda uma estrutura social, sustentada por um silêncio histórico, desigualdades de poder e pela negligência com que, muitas vezes, é tratado nos espaços formativos.

Assim sendo, reconhecer essa estrutura é um passo essencial para enfrentá-la, e é nesse contexto que a Educação Sexual se revela pertinente. Ao promover o conhecimento, o diálogo e o respeito, ela possibilita que crianças e adolescentes compreendam seus direitos, identifiquem situações de risco e desenvolvam autonomia para buscar ajuda. Logo, defender uma postura antiabuso implica, antes de tudo, reconhecer o problema em seus vários aspectos, buscar formas para romper com o ciclo da violência e construir uma cultura de proteção e cuidado.

2.5 Educação sexual: definições, possibilidades e desafios

Diversos autores já tentaram definir o que é Educação Sexual, o que fez com que surgissem variadas definições, considerando inúmeros fatores intervenientes. A formação profissional, o momento histórico, o contexto político, os valores familiares, a cultura e a crença, que cada um destes autores se encontrava inserido, colaboraram para a construção de terminologias que explicassem o que é e para que serve a Educação Sexual, traçando, em suas características, uma espécie de pintura da época de sua criação.

Na busca de uma definição que contemple as necessidades atuais da sociedade, construiu-se uma comparação entre as designações de Educação Sexual construídas por autores diversos. Durante o processo de seleção do material, foi identificado o livro *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio* (2020), da pesquisadora brasileira Mary Neide Damico Figueiró, reconhecida como uma importante referência em trabalhos relacionados à Educação Sexual.

O livro possui uma proposta muito semelhante a este capítulo e tem como objetivo “organizar o estado da arte da Educação Sexual no Brasil de 1980 a 1993” (Figueiró, 2020, p.14). Dessa forma, foram selecionadas obras que fugiram do período utilizado pelo autor na intenção de ampliar o material de análise e compreender a evolução do pensamento a respeito do tema. Este estudo considera as influências

culturais, religiosas e sociais na abordagem da Educação Sexual, bem como sua transformação através do tempo e os possíveis impactos na vida das pessoas.

Originalmente, os objetivos da Educação Sexual eram alinhados às necessidades das instituições religiosas de controlar e reprimir seus seguidores, tendo como foco determinar o que era ou não lícito em seu comportamento sexual, em conformidade com o preconizado em cada doutrina. Com o passar do tempo, importantes mudanças culturais e comportamentais ocorreram na sociedade, levando líderes religiosos a perceberem a necessidade de atualizar sua perspectiva acerca do tema. Desse modo, as pessoas poderiam viver mais livremente, porém, de modo responsável, a sua sexualidade (Figueiró, 2010).

Corroborando com a afirmação anterior, Silva, Sei e Vieira (2021) identificam a Igreja Católica como a religião cristã que mais se flexibilizou quanto às questões de sexualidade. Por outro lado, as evangélicas, com destaque para as pentecostais, ainda utilizam um discurso ancorado em pecado e culpa como mecanismo de controle.

Além disso, outra característica identificada dentro das definições e abordagens acerca da Educação Sexual, ao longo da história, são as de cunho médico e higienista. Eles defendem a ideia de que o tema deve ser trabalhado, preferencialmente, em locais relacionados à saúde e com profissionais da área (Cavalcanti, 1990 *apud* Figueiró, 2010).

Essa concepção teve origem no fim do século XIX, quando a medicina “institucionalizou o saber sexual” (Ribeiro, 2009). A partir dessa nova visão, a sexualidade deixou de ser sistematizada unicamente por crenças religiosas, passando a ser tratada como conhecimento científico. Nesse momento, ela deixa de ser moderada por religiosos e passa a ser sistematizada por médicos.

No entanto, ressalta-se que estes mesmos profissionais foram criados dentro dos costumes e valores religiosos, que, até então, ditavam as normas de conduta sexual. Nesse contexto, quando passa a se dedicar aos problemas associados a uma (má) conduta sexual, a medicina inicia sua própria regulação da sexualidade, associando-a à biologia com fins de procriação, atribuindo nada além de caráter médico às antigas práticas religiosas. Essa ação visava normatizar o comportamento social e preservar os padrões já estabelecidos, nos quais “o erotismo deveria ser

regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família” (Loyola, 1998 *apud* Ribeiro, 2009).

No Brasil, as pesquisas sobre Educação Sexual, no início do século XX, eram limitadas, refletindo o contexto social, cultural e político da época. Por ser considerado um tabu, a produção acadêmica sobre o assunto era escassa e permaneceu restrita a discursos médicos e higienistas. De acordo com Ribeiro (2009), mudanças significativas começaram a ocorrer no final da segunda década do século XX, quando o pioneirismo do médico carioca José de Albuquerque “teve papel destacado na publicação de vários livros e na difusão da educação sexual como ação essencial para o desenvolvimento integral e saudável do indivíduo” (p. 135). Até então, era evidente o caráter natural da sexualidade humana, que se equiparava a qualquer outro sistema orgânico.

Seguindo os passos de Albuquerque, nos anos seguintes, diversos pesquisadores da área colaboraram para o aumento da produção científica que, junto às produções estrangeiras, serviriam de importante aporte teórico para inserir a Educação Sexual nas escolas brasileiras. Entretanto, o golpe de Estado, em 1964, e a instituição da censura no Brasil culminaram com o cerceamento do tema. Nesse momento, discussões abertas sobre sexualidade, livros, filmes e materiais educacionais que abordassem o assunto de forma liberal ou crítica eram frequentemente proibidos (Ribeiro, 2009).

Com a instauração do governo ditatorial no Brasil, políticas repressivas e conservadoras foram implementadas, impactando fortemente a educação. Disciplinas, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), foram introduzidas para reforçar valores tradicionais e nacionalistas. Qualquer abordagem da sexualidade se tornava inviável, considerando o ambiente moralista e conservador em que a escola havia se tornado. Como consequência, uma geração inteira teve subtraído seu direito ao conhecimento de qualidade nesta área (Monteiro; Ribeiro, 2019).

Setores diversos da sociedade começaram a reconhecer a necessidade de uma abordagem mais sólida sobre a sexualidade. Este período foi marcado por tensões entre a repressão política e os movimentos emergentes que defendiam uma Educação Sexual mais progressista. Dessa forma, a partir de 1978, foram desenvolvidos diversos projetos com caráter preventivo, direcionados para problemas

oriundos de uma vida sexual desregrada/mal orientada, como prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

Com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1996, um importante salto qualitativo foi dado na Educação Sexual. Ao considerar esse assunto um tema transversal, o documento tinha por objetivo que ele fosse abordado contínua e interdisciplinarmente, considerando o conhecimento já adquirido pelo educando até então.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (PCN, 1996, p. 65).

Apesar de ser considerado um avanço na Educação Brasileira e possibilitar uma abordagem abrangente da Educação Sexual, os PCN foram subutilizados, tendo em vista que os profissionais não foram preparados adequadamente para a proposta do documento. Associando este fato às mudanças governamentais, os PCN entraram em desuso, juntamente com a tentativa de inserção da Educação Sexual no currículo escolar. Todavia, mesmo não cumprindo a função para a qual foi desenvolvido, “eles passaram a legitimar trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos” (Altmann, 2006, p. 05), deixando sua marca na Educação Brasileira.

Conforme visto até agora, o debate Educação Sexual tem sido longo e intenso. Diversos profissionais de várias áreas de conhecimento têm apresentado vastos argumentos com prós e contras à sua inserção no ambiente escolar, de acordo com os interesses que defendem.

Em seu livro *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*, Figueiró (2010), importante referência no estudo da Educação Sexual brasileira, a autora se debruçou em muitos livros e textos produzidos no Brasil, entre 1988 e 1993, a respeito da temática. A autora realizou uma análise crítica e minuciosa, a fim de compreender que, senão todos, ao menos parte dos aspectos que envolviam as pesquisas desenvolvidas, como: o tipo de conhecimento gerado, a abordagem predominante nas pesquisas, o contexto em que elas eram desenvolvidas, o público-alvo de cada uma, os assuntos abordados, a identificação dos profissionais de educação que mais

frequentemente se dedicam ao tema e identificação das terminologias adotadas em cada uma dessas produções.

Para a seleção dos trabalhos que compõem sua obra, a autora estabeleceu sua própria definição de Educação Sexual, tendo em vista os objetivos na pesquisa.

Considerarei Educação Sexual como sendo toda ação de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (Figueiró, 2020, pp. 16-17).

A maior parte das obras analisadas evidencia que a compreensão de Educação Sexual perpassa por aspectos religiosos, tendo as próprias instituições, em algum momento da história, apresentado sua posição quanto à orientação dos jovens sobre o tema. Não é por acaso que este posicionamento se encontra intrinsecamente relacionado aos dogmas de cada uma, de modo a servir ao seu propósito de controle moral e ideológico.

Seguindo a linha de raciocínio de Figueiró (2010), outros pesquisadores que também se dedicam ao estudo da Educação Sexual buscaram elaborar diferentes definições sobre o tema. Dessa forma, a presente pesquisa utilizou definições construídas fora do recorte temporal analisado na obra da autora, que compreende os anos de 1988 a 1993, os quais serão apresentados por ordem cronológica no quadro 5.

Quadro 5 - Definições de Educação Sexual

DEFINIÇÕES	AUTORIA
<p>“A Educação Sexual formal ou sistemática, intencional ou direta é aquela que é fornecida pelo sistema institucionalizado de educação, ou seja (...) pelas instituições de ensino. Aqui se observa uma intencionalidade educativa, com uma estratégia de ordenação gradativa de conhecimentos e toda uma tecnologia educacional. A Educação Sexual Assistemática ou Informal, também chamada de espontânea ou indireta é aquela que se ensina e se aprende sem planos pré-estabelecidos. (...) Enquanto a Educação formal é dada pela escola, a educação informal é dada pela família, pela Igreja, pelos grupos sociais. (...) Um terceiro grupo está constituído pela Educação Não-formal que é um meio-termo</p>	<p>Cavalcanti (1993, p. 169)</p>

<p>entre a educação sistemática e a educação assistemática. Ela é oferecida no momento em que fazemos conferências e palestras para grupos interessados, mas que não pertencem propriamente ao sistema de ensino”.</p> <p>Palavra-chave: conhecimento</p>	
<p>“Em poucas palavras, a proposta da educação sexual deve conter liberdade, responsabilidade e compromisso, a informação funcionando como instrumento para que adolescentes de ambos os sexos possam ponderar decisões e fazer escolhas mais adequadas”.</p> <p>Palavras-chave: informação, responsabilidade</p>	<p>Teixeira (2014, p. 05)</p>
<p>“(…), optamos por adotar educação sexual como o processo pedagógico que visa uma formação específica e intencional sobre sexualidade, e o que dela é decorrente: comportamentos e atitudes, ética e valores, práticas e concepções”.</p> <p>Palavras-chave: sexualidade, conhecimento.</p>	<p>Maia; Ribeiro (2011, p. 77)</p>
<p>“A Educação Sexual, dentre outros aspectos, busca ensinar às crianças e adolescentes a identificarem situações de risco e de abuso sexual”</p> <p>Palavras-chave: informação, proteção</p>	<p>Miranda; Campos (2022, p. 108)</p>
<p>“(…) entendemos aqui que a Educação Sexual escolar é a maneira pela qual a escola proporciona a alunas e alunos, de modo intencional e sistematizado, informações e reflexões acerca de uma ampla gama de tópicos necessários para a sua saúde, bem-estar e formação integral e emancipadora, de modo que possam entender melhor a si e ao outro, assim como tomar decisões sobre sua vida sexual”.</p> <p>Palavras-chave: informação, saúde, autonomia, responsabilidade</p>	<p>Cassiavillani; Albrecht (2023, p. 03)</p>

Fonte: Organizado pela autora.

Após estudar um alto quantitativo de obras, Figueiró (2020, p. 17) aponta o trabalho de Goldberg, em 1988, como “o conceito mais abrangente de Educação Sexual”, tendo em vista o caráter formativo contínuo e ativo do sujeito. De acordo com sua análise, Goldberg identifica a Educação Sexual como um processo de busca contínua pela mudança de padrões que regem os relacionamentos sexuais, sendo ressaltado que, para ela, “é esse engajamento ativo que leva o indivíduo a educar-se sob o ponto de vista da sexualidade” (Figueiró, 2020, pp. 17-18).

A autora ressalta que a maioria dos trabalhos avaliados não considera a necessidade de a Educação Sexual ser trabalhada a longo prazo, de modo que o aluno construa, devagar e sempre, seu conhecimento acerca do tema e valores que envolvem esta temática. Ela identifica seu potencial dinamizador, destacando o interesse que a Educação Sexual costuma despertar, e como sua integração, no programa curricular, pode colaborar não só para agregar conhecimento acerca dos assuntos por ela abarcados, mas pela possibilidade de estimular a formação do aluno leitor, instrumentalizando-o para desenvolver o hábito da pesquisa e passe a buscar, por meios próprios, as informações de seu interesse e necessidade. Para que isso funcione efetivamente, a Educação Sexual não pode ser vista como um tema “à parte”, mas “fazer parte” do cotidiano educacional.

Ao compararmos as análises feitas por Figueiró (2010) com os recortes do quadro 3, mantém-se a percepção de que a Educação Sexual é um tema à margem do currículo escolar. Mesmo nas obras de autores mais recentes, pouco observa-se a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar e contínua. Via de regra, sugere-se utilizar o tema relacionando-o à “sexo”, “sexualidade”, “corpo”, “saúde”, “prevenção”, ignorando o potencial educativo que ele pode trazer para dentro do ambiente escolar.

Em contrapartida, foram observadas maiores preocupações de alguns autores na definição de terminologias e na identificação da responsabilidade do ensino das questões relacionadas à sexualidade em relação ao conteúdo propriamente dito.

Nas tentativas de definição e/ou diferenciação desses termos-chave, é possível constatar outras dis-crepâncias. Assim, por exemplo, enquanto para alguns autores, Educação Sexual é o trabalho que cabe à família e orientação ou instrução sexual é o que cabe à escola, para outros, educação sexual é um processo de formação global da pessoa, para o qual pode contribuir tanto a família, quanto a escola e a sociedade de forma geral e a instrução ou orientação sexual são considerados um processo informativo, para o qual podem contribuir também esses mesmos elementos (Figueiró, 1996, p. 288).

Como ponto positivo, observa-se, nas obras mais atuais, uma preocupação mais abrangente, que considera não só a saúde física, mas a segurança, no que tange ao comportamento frente a abusos e relações interpessoais.

Por fim, finda-se a análise comparativa das definições apresentadas, encerrando com uma proposta formulada pela própria Figueiró (2009):

Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual

e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade, no espaço da escola, não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude de educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade (Figueiró, 2009, p. 163).

Ao trazer à tona diferentes nomenclaturas, classificações e temas específicos, a autora propõe uma reflexão séria no ambiente escolar acerca dos inúmeros temas possíveis de serem trabalhados dentro da perspectiva da Educação Sexual. Desse modo, o educando será levado a tirar suas próprias conclusões e formular suas opiniões.

Cabe ressaltar que, embora a sociedade tenha passado por grandes transformações, trabalhar a Educação Sexual, no contexto escolar, demanda cuidados. Trata-se de um assunto que ainda é considerado um tabu, exigindo que seja estudado ampla e frequentemente, com vistas a esclarecer sua necessidade. Isso requer um esforço conjunto de educadores, pais, comunidades, líderes religiosos e formuladores de políticas para promover uma abordagem aberta, inclusiva e baseada em evidências.

Muitas são as dificuldades identificadas pelos autores que se dedicam ao estudo do tema. Dentre as mais citadas, destacam-se o despreparo dos profissionais de educação, ausência de políticas educacionais específicas⁹ e tabus culturais e religiosos¹⁰ (Figueiró, 2010; Silva; Sei; Vieira, 2021; Cassiavillani; Albrecht, 2023).

É essencial que a formação do docente contemple o trabalho com Educação Sexual, tendo em vista não só o cuidado e conhecimento exigidos na abordagem do assunto, mas todas as suas possibilidades para a formação integral dos alunos. A carência desta capacitação, associada a um currículo que trata do tema de modo superficial, pode abalar a autoconfiança necessária ao professor no desenvolvimento pleno de suas atividades, culminando numa abordagem rasa ou mesmo neutralidade quanto ao assunto em questão (Santos; Araújo, 2009).

⁹ Este tópico encontra-se descrito no capítulo 2.3 desta pesquisa.

¹⁰ Embora este seja um aspecto citado de modo recorrente pelos autores que serviram de arcabouço teórico neste estudo, a influência dos tabus culturais e religiosos na Educação Sexual Escolar não será abordada, pois entendemos não haver relação do tema com os objetivos traçados, pergunta de partida e problema apresentado.

Ratificando o declarado anteriormente, Ribeiro (1990) e Oliveira e Maio (2012) ressaltam a necessidade da formação inicial e continuada de professores no que tange ao trabalho com Educação Sexual. Suas pesquisas salientam o papel do profissional de educação, identificando-o como um “dinamizador de ideias” (Ribeiro, 1990, p. 04).

Ao utilizar essa definição, o autor descreve o papel do professor como sendo aquele que ouve, discute, traz à luz e propõe debates acerca das ideias, crenças, tabus, mitos e verdades que envolvem a sexualidade no imaginário do educando. Nesse sentido, o trabalho do professor não seria lançar conteúdos, mas conduzir o aluno na busca responsável pela informação e construção de definições próprias, até que o mesmo desenvolva autonomia suficiente para tal.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Contexto da Pesquisa

O presente estudo foi realizado numa abordagem metodológica de caráter qualitativo-descritivo e teve os encontros com os alunos do quinto ano de escolaridade como fonte direta de dados. Diferente da pesquisa quantitativa, que foca em dados numéricos, a qualitativa se concentra em aspectos subjetivos e em como as pessoas vivenciam e interpretam os fenômenos sociais.

Minayo (2012), Prodanov e Freitas (2013) e De Souza Minayo e Costa (2018) esclarecem que as pesquisas qualitativas têm sua coleta de materiais ancorada em ações que fazem uso da palavra, como entrevistas, grupos focais e rodas de conversa, exigindo rigor metodológico do pesquisador. Atividades como essas são “mediadoras” entre a teoria e a empiria.

Portanto, elas são muito importantes como partes de um processo de pesquisa sistêmico, pois viabilizam a construção do objeto e propiciam informações para análise” (De Souza Minayo; Costa, 2018, p. 18). Nesse sentido, a valorização da técnica e o respeito aos procedimentos visam garantir a fidedignidade do material coletado.

Quanto à natureza, optamos por uma pesquisa aplicada, visto que tal técnica vem ao encontro da nossa intenção, que é gerar conhecimento para a aplicação prática na solução de problemas (Prodanov; Freitas, 2013). Com relação aos objetivos, esta pesquisa teve caráter exploratório, em que se desenvolveu um planejamento flexível, permitindo abordar o tema sob múltiplos ângulos e proporcionando uma visão abrangente e diversificada sobre o assunto.

Isso possibilitou que o público-alvo se familiarizasse mais profundamente com o tema, esclareceu dúvidas e explorou as diversas facetas da Educação Sexual. Essa abordagem teve como objetivo aproveitar essas discussões para construir um produto educacional relevante e eficaz.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela realização de uma pesquisa-participante, uma vez que os dados, objetivos e subjetivos, foram adquiridos

através de pessoas e não por meio de materiais impressos. Esse tipo de procedimento se caracteriza pela total integração da pesquisadora com o público-alvo. Nesse caso, os alunos tiveram ciência de que participavam de um estudo com a anuência de seus responsáveis, bem como dos objetivos da mesma, na intenção do pleno aproveitamento dos encontros planejados (Gil, 2002; Minayo; Deslandes; Gomes, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

3.2 Participantes da Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida na turma 503, uma das turmas de quinto ano de escolaridade da Escola Municipal Jardim Gramacho. Esta Unidade faz parte da Rede Municipal de Ensino do município de Duque de Caxias, localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha dessa escola para o desenvolvimento da pesquisa se deu pelo fato da pesquisadora, por 14 anos, ter sido professora regente neste espaço. Além disso, ela possui vínculos, conhece a comunidade escolar e possíveis especificidades que, porventura, poderiam interferir positiva ou negativamente no processo de coleta de dados.

Apesar de contar com três classes no mesmo nível, a supracitada turma foi sugerida pela gestora da escola para a realização deste estudo por contar com um grupo de alunos mais velhos, de 10 a 13 anos. Essa decisão visa diminuir a possibilidade de desconforto dos responsáveis das crianças mais novas.

A opção se deu pelo fato do grupo se encontrar em fase de transição da infância para a adolescência¹¹, período de grandes e repentinas mudanças. Também é um período em que muitas dúvidas começam a surgir e, com elas, o risco de informações equivocadas e atitudes prejudiciais, tanto a si próprio quanto aos que convivem com estas pessoas.

¹¹ De acordo com o Art. 2º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 1990. P. 13).

A turma contém 28 alunos matriculados, sendo 13 meninas e 15 meninos. Destes, apenas 1 menino não demonstrou interesse em participar de todos os encontros. No entanto, todos os demais foram devidamente autorizados pelos responsáveis. O professor regente da turma participou de todos os encontros de livre e espontânea vontade, tendo a plena concordância da pesquisadora.

Em relação aos critérios de exclusão, foi decidido dispensar da pesquisa alunos que não fossem devidamente autorizados pelos responsáveis legais e aqueles que expressassem não desejar participar ou aparentassem qualquer desconforto com o tema. Todos os alunos da turma participaram da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE foram apresentados em reunião com os responsáveis, em que sua leitura foi feita pela pesquisadora. Participaram dessa reunião 12 responsáveis, sendo 10 mães e 2 avós. Nenhum responsável homem esteve presente à reunião. Uma das avós representou dois alunos da turma.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados do presente estudo se deu através da observação direta e intensiva que, de acordo com a definição de Lakatos (2003) e Prodanov e Freitas (2013), é realizada por meio da observação e da entrevista. A técnica escolhida envolveu a análise planejada e pormenorizada de um fenômeno, grupo ou comportamento em seu ambiente. Esse método permitiu a imersão da pesquisadora no contexto estudado e uma compreensão mais profunda das interações e dinâmicas presentes. Quanto ao tipo de observação, optou-se pela participante que:

consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais e pelo choque do quadro de referência entre observador e observação (Prodanov; Freitas, 2013, pp. 104-105).

Diante da dificuldade que o pesquisador pode enfrentar ao se tornar membro

do grupo pesquisado, Gil (2002) e Lakatos (2003) evidenciam a importância de associar diferentes procedimentos na coleta de dados. A observação “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (Lakatos, 2003, p. 222).

No que se refere ao tipo de entrevista, foi desenvolvido um roteiro baseado no questionário semiestruturado, que se encontra no apêndice. Apesar de o seguirmos durante a atividade, tivemos a liberdade de transitar por outros questionamentos que surgiram no decorrer da ação (Triviños, 1987; Manzini, 1990/1991). Com essa dinâmica, visamos uma abordagem fluida, na intenção de oferecer um ambiente confortável e acolhedor. Esse momento fez parte da fase exploratória da pesquisa e buscou compreender o que pais e alunos entendem por educação sexual.

Gil (2002) e Minayo (2004) apontam a utilização do questionário semiestruturado como um recurso metodológico valioso, quando a intenção é compreender percepções, valores e experiências do público-alvo, sem limitar suas respostas a opções pré-estabelecidas. Para eles, esse tipo de questionário é especialmente útil em estudos cujos assuntos pertençam à área das ciências sociais, pois, apesar de oferecer ao pesquisador uma base de perguntas previamente elaboradas, permite a adaptação e inserção de novas questões no decorrer da aplicação, conforme a dinâmica da interação com o grupo.

As coletas de dados que exijam sensibilidade e escuta ativa, como pesquisas que envolvem temáticas de sexualidade, caso da presente dissertação, podem ser particularmente beneficiadas pelo uso do questionário semiestruturado. Ao permitir que o entrevistado se expresse livremente, esse instrumento contribui para a produção de informações mais ricas, contextualizadas e significativas para a análise qualitativa.

Posteriormente, com base nas informações coletadas na entrevista, foram realizados três encontros com os alunos. Estes foram divididos em: a apresentação da pesquisa, roda de conversa sobre os subtemas abordados pela Educação Sexual e proposta da caixa de dúvidas; a classificação das perguntas da caixa de acordo com estes assuntos, roda de conversa com reflexão sobre os temas trazidos pelos alunos e construção do jogo com as dúvidas da turma; a apresentação do PE (jogo de tabuleiro “Trilha da Proteção”); e solicitação da avaliação e, se necessário, modificação das regras. A avaliação do jogo pela turma segue os critérios “diversão”,

“dificuldade”, “tempo dispensado” e “qualidade das informações”. Neste último critério, foram inseridas as respostas às dúvidas dos alunos, bem como informações relevantes sobre os assuntos trazidos e propostos.

Cabe ressaltar que, apesar do planejamento inicial constar que todos os encontros seriam gravados em áudio e vídeo, a reunião de pais e o primeiro encontro com os alunos não foram gravados. Os demais foram registrados apenas em áudio. Registramos apenas o encontro para validação do produto educacional, também em fotos, na intenção de apresentar a utilização do jogo pelos alunos.

3.4 Análise de dados

Findando a fase exploratória, o tratamento dos dados foi realizado sob a ótica da Análise de Livre Interpretação (ALI). A presente abordagem se destaca por entender que o pesquisador se encontra imbuído de experiências pessoais, explorando-as no processo de interpretação. Na interação com os participantes, tais vivências e conhecimentos prévios influenciam sua perspectiva, o que torna inevitável que seus valores, crenças e embasamentos teóricos interfiram na forma como ele interpreta os dados coletados.

O respaldo teórico, para essa abordagem, encontra-se em autores, como Dos Anjos, Rôças e Pereira (2019, p. 30), que afirmam que "a compreensão e a interação dos saberes e conhecimentos apreendidos levam a uma interpretação que reflui no campo de análise de uma pesquisa". Esse argumento reflete a complexidade da análise qualitativa, na qual os saberes são construídos em conjunto, influenciados pela interação entre pesquisador e participantes, e em que a interpretação se dá de forma dinâmica e contínua.

A escolha por essa metodologia reflete o entendimento de que o distanciamento absoluto entre pesquisador e objeto de estudo é uma meta difícil de alcançar, especialmente em contextos de interação humana, onde a neutralidade é constantemente desafiada pelas vivências pessoais. A ALI, portanto, proporciona um espaço de interpretação mais flexível, ancorando-se na definição de bricolagem proposta por Kincheloe (2006) *apud* Neira e Lippi (2012).

Ao comparar o conceito de bricolagem a uma colcha de retalhos, os autores expõem a possibilidade das contribuições de caráter subjetivo da construção do sujeito/pesquisador na interpretação dos dados, evidenciando o rompimento com o tradicionalismo e a neutralidade científica.

No campo da pesquisa educacional, Kincheloe (2006) seguiu um raciocínio semelhante ao definir a bricolagem como um modo de investigação que busca incorporar diferentes pontos de vista a respeito de um mesmo fenômeno. Em trabalho posterior, Kincheloe (2007) ampliou essa definição ao dizer que bricolagem é uma forma de fazer ciência que analisa e interpreta os fenômenos a partir de diversos olhares existentes na sociedade atual, sem que as relações de poder presentes no cotidiano sejam desconsideradas. Adotando uma postura ativa, a bricolagem rejeita as diretrizes e roteiros preexistentes, para criar processos de investigação ao passo em que surgem as demandas (Neira; Lippi, 2012, p. 610).

Sob esta ótica, a subjetividade, inerente a qualquer processo interpretativo, não deve ser vista como uma limitação, mas como parte integrante da análise científica. Cabe ressaltar que a ALI não se propõe a encorajar a emissão de opiniões infundadas, mas sim de valorizar o papel ativo do pesquisador no processo de interpretação. Este, ao reconhecer sua própria "bagagem" teórica e de vida, pode conduzir a análise de dados de maneira consciente e responsável, ciente das influências que essas experiências podem exercer sobre o resultado.

3.5 Ética na Pesquisa

O projeto de qualificação de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética da UNIGRANRIO-AFYA, sito à Av. Perimetral Prof. José de Souza Herdy, 1160 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias - RJ, 25071-202.

Como critério de escolha público-alvo, decidiu-se pelos alunos do quinto ano de escolaridade, entre 10 e 13 anos. A opção se deu pelo fato do grupo se encontrar em fase de transição da infância para a adolescência, período de grandes e repentinas mudanças. Ademais, é um período em que muitas dúvidas começam a surgir e, com elas, o risco de informações equivocadas e atitudes prejudiciais, tanto a si próprio quanto aos que convivem com estas pessoas.

Em relação aos critérios de exclusão, foi decidido dispensar da pesquisa alunos que não fossem devidamente autorizados pelos responsáveis legais e aqueles que expressassem não desejar participar ou qualquer desconforto com o tema. Todos os alunos da turma participaram da pesquisa.

O TCLE e o TALE foram apresentados em reunião com os responsáveis, tendo a leitura feita pela pesquisadora. Nenhuma das responsáveis presentes expressou dúvidas quanto à natureza e/ou teor da pesquisa. As que não compareceram à reunião receberam o referido documento e devolveram devidamente assinados.

Ratifica-se que os registros de áudio e vídeo não foram divulgados de forma que possibilitasse a identificação dos participantes, visto que os nomes e imagens completas não constam na pesquisa. Nas citações de falas ou momentos, eles foram identificados apenas com a letra “R” (para responsáveis) e “A” (para alunos), associado a algum numeral (por exemplo, R1 ou A3).

3.6 Riscos e benefícios

A pesquisa não envolveu riscos físicos, mas existia a possibilidade de os participantes sentirem algum tipo de constrangimento devido à sensibilidade do tema. Este fato não foi observado pelas pesquisadoras nem relatado pelos alunos. Antes dos encontros com o público-alvo foi realizada uma reunião com os responsáveis, objetivando dirimir todas as dúvidas a respeito dos encaminhamentos dados na condução das atividades.

Os benefícios relacionados com a sua participação foram: a garantia que as informações prestadas seriam todas baseadas em estudos científicos; orientação sobre a importância do cuidado com o próprio corpo, da higiene pessoal e da prevenção das IST; o conhecimento de que as mudanças físicas que ocorrem durante a puberdade são naturais, de modo a reduzir a ansiedade e o desconforto associados a essas mudanças; a noção que explorar temas de relacionamentos e consentimento desde cedo ajuda as crianças a desenvolver habilidades interpessoais saudáveis, incluindo a compreensão do respeito mútuo e dos limites pessoais; a identificação de sinais de abuso sexual e a oferta de subsídios para buscar ajuda, caso se encontrem

em situações de risco; promoção da responsabilidade, consigo e com o outro; uma educação inclusiva e respeitosa ajuda a reduzir o *bullying* relacionado à sexualidade e o estigma associado a questões de gênero e orientação sexual.

3.7 Planejamento

A metodologia utilizada foi desenvolvida de acordo com plano de trabalho descrito nos quadros 6 e 7. Os encontros tiveram duração de, aproximadamente, 2 horas.

Quadro 6 - Planejamento dos encontros

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Elaborar um roteiro de trabalho com perguntas abertas.	<p>Roda de conversa contendo 5 perguntas para os pais e 5 para os alunos. Elas farão parte da fase exploratória da pesquisa, serão aplicadas para os responsáveis de 28 alunos dos 5º Ano de Escolaridade, no intuito de investigar se eles possuem informações a respeito da temática “Educação sexual”, o nível desse conhecimento, as principais fontes de informação e se há troca de informações em casa. Neste contato com os pais será solicitada autorização para a realização do trabalho com os alunos.</p> <p>Após autorização dos pais, uma atividade similar será realizada com os alunos com os mesmos objetivos dos pais. O objetivo desta sondagem é perceber, além dos conhecimentos prévios dos dois grupos a respeito do tema, se há diálogo no ambiente familiar relacionados aos conhecimentos abrangidos pela Educação Sexual. Caso seja autorizado, o encontro será filmado para auxiliar a pesquisadora no processo de interpretação dos dados. As imagens não serão usadas na dissertação.</p>
Roteiros dos encontros com os alunos e suas responsáveis	<p>Apesar de previstos 5 encontros com os alunos, Apenas três encontros foram necessários para a realização das atividades previstas. Segue o planejamento reorganizado:</p> <p>Reunião com as responsáveis: Encontro exclusivamente com as responsáveis com a finalidade de apresentação da</p>

	<p>pesquisadora e da pesquisa, bem como da natureza da mesma.</p> <p>Roda de conversa com as responsáveis, com utilização de um roteiro desenvolvido com a finalidade de compreender seus conhecimentos acerca da Educação Sexual, se e como abordam esse tema com os filhos.</p> <p>Primeiro encontro com os alunos: Leitura compartilhada do livro “A culpa não é sua”, da autora Liliane Mesquita. O livro aborda um tema sensível, que é o abuso sexual, de uma forma delicada e poética, desde o texto até as ilustrações. Após debate sobre a leitura, foi realizada a roda de conversa, com utilização do roteiro desenvolvido a fim de realizar o levantamento de dados com os alunos.</p> <p>Os alunos receberam a proposta de colocar livremente suas dúvidas a respeito de temas relacionados à Educação Sexual. Estas perguntas foram anônimas e depositadas numa urna lacrada, que ficou uma semana à disposição da turma.</p> <p>Obs: A urna não foi aberta com os alunos. As perguntas foram previamente lidas, agrupadas por assunto e colocadas numa linguagem apropriada para a faixa etária, de modo que não sejam usados termos chocantes ou chulos.</p> <p>Segundo encontro: As perguntas colocadas na urna no encontro anterior foram respondidas aos alunos. Durante as respostas, outras dúvidas surgiram, sendo todas respondidas. Ao término das respostas, fizemos uma lista de todos os assuntos que foram abordados na aula, de modo que todos pudessem visualizar a extensão de assuntos que podem ser abordados na educação sexual.</p> <p>Terceiro encontro: Apresentação do jogo “Trilha da Proteção”: as perguntas trabalhadas nos encontros anteriores foram levadas para a aula em cartões individuais. As regras pré-estabelecidas foram apresentadas, sendo pedido que os alunos as revisassem, e, caso necessário, as modificassem, o que ocorreu em duas delas.</p> <p>Foi realizada a validação do PE, sendo considerados os seguintes critérios: Nível de diversão (Este jogo é divertido?) Qualidade das informações (você acha útil o que o aprendeu com o jogo?) Dificuldade (você demorou muito para entender como se joga?) Tempo dispensado (você achou esse jogo demorado / cansativo / fácil / rápido demais / outras possibilidades de resposta).</p> <p>Foi realizada a validação do produto educacional.</p>
--	--

Avaliação do material produzido com os alunos.	Todo material produzido nos encontros será avaliado utilizando a metodologia Análise de Livre Interpretação.

Quadro 7 - Perguntas abertas do encontro com as mães e avós

Perguntas abertas do encontro com as mães e avós	<ul style="list-style-type: none"> ● Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando falamos em Educação Sexual? (OBJ: Buscar quais informações os responsáveis têm sobre o tema); ● Quando você tinha a idade do(a) seu(sua) filho(a), onde buscava informações sobre esse tema? (OBJ: Compreender como e onde conseguiram as informações que possuem atualmente e se acham que seus filhos deveriam seguir o mesmo caminho); ● Você conversa com seu(sua) filho(a) sobre temas relacionados à Educação Sexual? (OBJ: Compreender se há diálogo aberto dentro de casa); ● Se sim, quais assuntos vocês mais conversam dentro desse tema? (OBJ: Compreender se a família entende a diversidade de temas englobados pela Educação Sexual); ● Você costuma conversar com seu(sua) filho(a) sobre questões relacionadas a abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você dá? (OBJ: Identificar: se a família entende que este assunto faz parte da Ed. Sexual; Se faz distinção entre comportamento masculino e feminino e do papel de cada envolvido nos casos de abuso; Se sabem que abusos podem partir de pessoas muito próximas; Dos riscos em geral - violência, gravidez, doenças, morte);
Perguntas abertas do encontro com os alunos e alunas	<ul style="list-style-type: none"> ● Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando falamos em Educação Sexual? (OBJ: Buscar quais informações os alunos têm sobre o tema); ● Você costuma buscar informações sobre esse tema? Se sim, onde? (OBJ: Compreender se têm interesse pelo tema. Se sim, como e onde conseguem as informações e se estão satisfeitos com o que sabem); ● Você conversa com sua família sobre temas relacionados à Educação Sexual? (OBJ: Compreender se há diálogo aberto dentro de casa);

	<ul style="list-style-type: none">• Se sim, quais assuntos vocês mais conversam dentro desse tema? <p>(OBJ: Compreender os assuntos mais abordados, maior preocupação da família);</p> <ul style="list-style-type: none">• Sua família já te explicou sobre abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você recebeu? <p>(OBJ: Identificar: se a família fala desse assunto de modo claro; Se o aluno entende a explicação dada pela família; Se aprendem a fazer distinção entre comportamento masculino e feminino; Se sabem que abusos podem partir de pessoas muito próximas; Dos riscos em geral - violência, gravidez, doenças, morte).</p>
--	---

4 RESULTADOS

Neste capítulo, foram apresentadas e analisadas as atividades desenvolvidas com os estudantes da turma 503, público-alvo desta pesquisa, bem como os principais apontamentos surgidos na reunião realizada com suas responsáveis. A exposição dos dados contempla as falas mais significativas, tanto dos alunos quanto das responsáveis, buscando evidenciar percepções, reflexões e experiências relacionadas ao tema investigado. Para preservar a identidade dos participantes e garantir o anonimato, optou-se por identificá-los por meio de letras seguidas de numerais: a letra “A” foi atribuída aos alunos (A1, A2, A3...), e a letra “R” aos responsáveis (R1, R2, R3...), conforme a ordem de participação.

Ratifica-se que a participação na entrevista, tanto dos pais quanto dos alunos, foi feita de modo voluntário. Tal estratégia foi intencional, como forma de respeitar o desejo dos participantes de se expressar, ou não, e de tentar criar um ambiente acolhedor.

4.1 Entrevistas

A primeira ação do processo de construção do produto educacional “Trilha da Proteção” foi uma reunião apenas com os responsáveis. Apesar de não fazer parte do público-alvo, esse momento foi considerado de suma importância, não só para apresentação da pesquisa, como também para solicitar a autorização para a participação dos alunos na mesma.

Ademais, houve a necessidade de compreender se entre os alunos e suas famílias existia um diálogo franco sobre os assuntos relacionados à Educação Sexual. Para a identificação dessa interação, realizou-se uma roda de conversa, em que foi seguido um roteiro, baseado no que Gil (2002) e Minayo (2004) definem como questionário semiestruturado, conforme descrito no capítulo 3.3 da presente pesquisa.

Ressalta-se que nenhuma atividade referente aos assuntos abordados foi realizada antes do levantamento dos primeiros dados. A intenção foi garantir que os

resultados obtidos retratassem o conhecimento de alunos e responsáveis até aquele momento. Assim sendo, o encontro foi iniciado com a apresentação da pesquisadora responsável, bem como de todas as aprovações da pesquisa pelos órgãos competentes, seus objetivos principais, as atividades que seriam desenvolvidas, a leitura e explicação dos itens contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Para a introdução do tema, foi perguntado às responsáveis presentes: “quando falamos em Educação Sexual, qual é a primeira palavra que vem à sua mente”? Um silêncio tomou a sala e olhares constrangidos foram trocados entre as mães, até que uma delas respondeu: R1 - “Professora, o que passou na minha cabeça não pode ser respondido neste horário”. Após ser lembrada de que não havia crianças na sala e que poderia ficar livre para responder o que quisesse, a mãe respondeu: R1 - “Ué... sexo!”

A partir dessa resposta, iniciou-se uma conversa em tom tranquilo, em que foi esclarecido que, apesar de ser um importante tópico da Educação Sexual e que, possivelmente, as crianças iriam perguntar sobre o ato sexual, esse não seria nosso foco. A proposta principal trata de autoproteção, identificação de sinais de possíveis abusos e como se defender deles.

Além dessa abordagem, foi explicado que também falaríamos sobre respeito, empatia, solidariedade, higiene, doenças e/ou qualquer outro assunto trazido pela turma que fosse pertinente ao tema. Esclareceu-se que nenhuma pergunta ficaria sem resposta, mas que todo trabalho seria construído a partir das dúvidas dos alunos, de modo a evitar informações que excedessem a maturidade da turma.

Dada essa explicação, a segunda pergunta foi feita: “Quando você tinha a idade do(a) seu(sua) filho(a), onde buscava informações sobre esse tema”? Foram dadas as seguintes respostas:

R1: “Eu perguntava pra minha mãe”.

R2: “Eu perguntava na escola, pra professora”.

R3: “Eu perguntava pra minha mãe e ela falava tudo na cara!”

Nesse ponto da conversa, o clima na reunião já estava totalmente descontraído, ao ponto de a pesquisadora também responder às perguntas.

Pesquisadora: “Minha mãe também era assim, falava tudo claro. Até demais. Mas eu também cometi alguns erros, buscando informações

em revistas que falavam muitas besteiras. Isso me fez acreditar em muitas mentiras até ficar adulta”.

R4: “Eu tentava perguntar pra minha mãe, mas ela meio que fugia das respostas. Acho que tinha vergonha”.

Observei duas avós presentes que evitaram responder às perguntas, mas demonstraram grande interesse na conversa gerada, sendo as primeiras a incentivar a participação das netas e demais alunos na pesquisa.

A resposta de R4 me remeteu imediatamente à pergunta seguinte, que foi: “Você conversa com seu(sua) filho(a) sobre temas relacionados à Educação Sexual”?

R5: Professora, eu sempre digo pro meu filho que só eu posso dar banho, que ele não pode deixar ninguém encostar nele, procuro orientar da melhor forma. Mas outro dia ele me fez uma pergunta que eu fiquei espantada e não consegui responder. Ele estava vendo a novela e viu uma cena de beijo. Ele me chamou e disse: “Mãe, olha isso! Meu pinto ficou duro! Por que isso aconteceu? Tia, eu fiquei nervosa e não respondi. Não sabia o que falar”!

Nesse momento, a pesquisadora procurou tranquilizá-la, explicando que todas as perguntas podem ser respondidas de modo verdadeiro, sem ser vulgar e respeitando os limites impostos pela idade média da turma. Para exemplificar a ela, foi respondida à pergunta feita pela criança, da seguinte maneira:

Pesquisadora: Você poderia ter dito a ele que essa é uma reação natural do corpo, que pode ser provocada tanto pela vontade de urinar quanto por alguma situação que gerou algum tipo de emoção nele. A quantidade de sangue deslocada para o pênis provoca essa reação.

As participantes R1, R2 e R3 também se manifestaram, relatando que procuram orientar os filhos. No entanto, uma das mães, que até então estava calada, resolveu compartilhar uma preocupação: R6 - “Eu estou muito preocupada. Meu filho tem 13 anos e está beijando uma menina. Ele já admitiu que passa a mão nela. E se essa menina aparecer grávida?” Assim sendo, com esse questionamento, explicou-se que é provável que os alunos tragam dúvidas muito maiores, mas isso contribuiu para que elas começassem a perceber a importância da pesquisa.

As responsáveis participaram da reunião demonstrando interesse e, através de suas colocações, percebeu-se uma preocupação com o tipo de pergunta que os alunos pudessem fazer. A participação foi tão efetiva que se tornou desnecessário fazer as duas últimas perguntas, visto que já haviam sido respondidas (“Quais assuntos vocês mais conversam dentro desse tema?” e “Você costuma conversar com

seu(sua) filho(a) sobre questões relacionadas a abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você dá?”).

Quanto aos alunos, o comportamento inicial se mostrou mais tímido que o das responsáveis. Iniciei o encontro me apresentando, mas, antes de falar da razão de minha presença, realizei uma leitura compartilhada do livro *A culpa não é sua*, da autora Liliane Mesquita (2023).

O livro conta a história de Lara, uma mulher que, na infância, foi abusada sexualmente por um homem muito próximo de sua família. Por acreditar que a culpa de ter passado por tal situação fosse sua, a protagonista guarda esse segredo até a idade adulta, quando cria coragem para revelar à sua mãe e a outras pessoas de confiança.

A narrativa não é explícita, uma vez que tanto o abuso sofrido e a angústia da personagem são expressos através de metáforas, como o corpo de Lara sendo mostrado como um vaso de violetas e sua culpa associada a um dia chuvoso. Considerando que, até então, o tema da aula não havia sido revelado, os alunos entenderam que a história falava de algo ruim, mas não conseguiram associar a representação da autora a um ato de violência sexual, sendo, portanto, necessário contar claramente.

Após compreenderem a agressão sofrida pela personagem, a turma se calou sem tirar o olhar da pesquisadora. Esse fato, inicialmente, foi interpretado como falta de entendimento da história. Entretanto, o diálogo, ao longo da atividade, demonstrou que o silêncio não estava relacionado à (falta de) compreensão, mas ao choque da informação e à empatia gerada, ao menos numa parte da turma.

Para confirmar a impressão da pesquisadora acerca do silêncio, perguntei-lhes se conheciam alguém que tivesse sofrido abuso sexual, deixando claro que não deveriam expor ninguém. Apenas uma aluna, timidamente, disse saber de um caso, mas não foi adiante. Nesse momento, foi explicada a razão da presença da pesquisadora, assim como o tema da pesquisa. Pesquisadora - “Quando eu digo ‘Educação Sexual’, qual é a primeira coisa que vem à cabeça de vocês”?

Novamente, o silêncio foi instaurado na sala. Para dar prosseguimento, mudei a estratégia e contei à turma as respostas dadas pelas mães. A expressão de dúvida/vergonha foi imediatamente trocada por muitas risadas a partir do momento em que souberam que suas mães falaram a palavra “sexo” para a professora.

Expliquei que a Educação Sexual está relacionada a tudo que se refere ao corpo, incluindo saúde, higiene, respeito e interações sociais. Ao ouvir o último tema, uma aluna quis saber do que se tratava. Respondi que “interações sociais” são as diversas formas que as pessoas se relacionam: elas podem ser amigas, familiares, colegas de trabalho, namoradas, enfim. Qualquer tipo de relação em que elas tenham algum tipo de vínculo e/ou contato. Ao surgir o tema “namoro”, finalmente o silêncio foi rompido e os comentários surgiram.

A1: “Eu não namoro. Minha mãe disse que a pessoa só pode namorar com 18 anos”.

A2: “Sei...”

A3: “Tia, o A2 tem 13 anos e já tem uma namorada!”.

Nesse momento, muitos alunos começaram a apontar os (as) colegas que já tinham namorados. Uma das alunas apontadas se apressou em negar. Diante dessa situação, precisei lembrá-los de que, por uma questão de respeito às outras pessoas, não devemos citar nomes quando os exemplos forem dados, nem falar da vida dos colegas presentes. Ao se perceber como centro das atenções, A2 admitiu, evidenciando orgulho, ter uma namorada. Nesse momento, surgiu uma das perguntas mais aguardadas.

A4: “Tia, quando namora a menina pode ficar grávida, não é?”

Pesquisadora: “Pode sim. É preciso tomar muito cuidado, porque criar filhos exige muita responsabilidade, além de ser muito caro. Tem que comprar roupas, remédios, comida, material escolar...”

A2: “Ah, mas é só colocar a criança na escola pública!”

A5: “Também tem hospital público, nem precisa gastar!”

Na intenção de deixar claro o quanto um filho é dispendioso, propus aos alunos um cálculo simples que englobasse apenas o preparo para a chegada do bebê e seu primeiro mês de vida. O cálculo foi registrado no quadro branco, de modo que todos pudessem visualizar as despesas com clareza. Lancei os primeiros números e, em seguida, todos começaram a colaborar com itens necessários, inclusive o professor da turma e a agente de apoio à inclusão. Cabe ressaltar que não colocamos absolutamente todo o necessário, apenas o que lembramos no momento, precificando de acordo com nossas experiências pessoais. Observamos, no quadro 8, o gasto médio construído por nós:

Quadro 8 - Cálculo coletivo

ÍTEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE NECESSÁRIA	VALOR TOTAL
Vitaminas para a mulher grávida	R\$ 100,00	9 (uma caixa por mês)	R\$ 900,00
Pacote de fralda descartável	R\$ 90,00	20 pacotes	R\$ 1.800,00
Enxoval (roupas, utensílios, roupas de cama e banho, itens de higiene e cuidados com o bebê)			R\$ 5.000,00
Berço	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
Armário	R\$ 500,00	1	R\$ 500,00
Plano de saúde*	R\$ 300,00	10	R\$ 3.000,00
Anestesista*	R\$ 2.500,00	1	R\$ 2.500,00
Total			R\$ 14.000,00

Fonte: dados da pesquisa - construção coletiva.

*Itens que podem ser economizados em caso de parto normal em hospital público.

Ao se deparar com os números do quadro, os alunos demonstraram o espanto como uma reação comum. Foi esclarecido que esse valor pode variar muito, normalmente para mais, considerando que o cálculo foi baseado nos elementos mais comuns e necessários adquiridos ao longo da gestação. Como a cada nova observação feita, o espanto aparentemente aumentava, A2 resolveu esclarecer: “Ô tia, eu só ando de mão dada com a minha namorada, tá! Mais nada!”

Foi explicado que é importante saber se proteger para que uma gravidez não aconteça, principalmente com pessoas tão jovens. Contudo, no intuito de respeitar os princípios éticos da pesquisa, a resposta não foi além dessa frase, deixando a informação quanto aos métodos de prevenção, caso fosse perguntado.

Ao perceber o interesse da turma pelos temas “namoro” e “gravidez”, foi lançada a segunda pergunta: “Você costuma buscar informações sobre esse tema? Se sim, onde?” Dos alunos e alunas que quiseram responder, todos disseram consultar a mãe para tirar as dúvidas, inclusive os meninos, apontando-a como a figura de maior confiança dentro de casa. Alguns alegaram que as mães respondem tudo, outros que ela fala pouco, mas aparentemente todos que buscam essas informações recebem algum tipo de resposta.

Como falávamos de diálogo aberto dentro de casa, questionei se eles recebiam outros tipos de informação das famílias e, em caso positivo, quais assuntos eles mais conversam dentro desse tema? Nesse momento saíram temas como higiene, saúde (que nos remeteu às vacinas), até que um aluno disse: A1 - “Eu tomo banho sozinho já tem muito tempo, mas, quando eu era pequeno, a minha mãe me disse que só ela podia me dar banho. Que eu não podia deixar ninguém me dar banho”.

Com essa afirmação, foi possível entrar diretamente no tema “abuso”, sem a necessidade da última pergunta (“Sua família já te explicou sobre abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você recebeu?”), que foi trocada por:

Pesquisadora: “Por que será que ela falou isso”?

A6: “Vai ver que ela tem medo”.

Pesquisadora: “Medo de quê”?

A6: “De alguém fazer igual fizeram com a menina da história” - remetendo-se à leitura compartilhada do livro “A culpa não é sua” (2023).

Com esse diálogo, foi possível explicar que essa mãe deu explicações muito importantes para a segurança de A1. Algum adulto ou criança maior pode se aproveitar desses momentos para ter atitudes indevidas, como mexer no corpo de alguém sem ter permissão.

Mesmo com maior participação dos alunos, uma parte da turma ainda continuava apenas ouvindo, apesar das atenções estarem todas voltadas ao que estávamos falando. Esclareci que esse é um tema delicado e muitas pessoas ficam com vergonha de perguntar algumas coisas, mas que eu poderia ajudá-los a tirar todas as dúvidas de modo discreto. Nesse momento, apresentei a eles a “Caixa de perguntas” ou “Caixa de dúvidas”.

Ao compararmos a entrevista das mães e dos alunos, percebe-se com clareza que as dúvidas existem dos dois lados, porém, por caber aos adultos a responsabilidade primária da orientação, esse grupo, além da dúvida, ainda expressou o medo de errar na educação dos filhos. Observou-se, também, a confiança depositada na escola e, principalmente, na figura do professor, quando, ao explicar do que se tratava a pesquisa, os presentes imediatamente concordaram com a participação dos filhos. Tal fato corroborou com diversas passagens da presente pesquisa que apontam a escola como rede de apoio e local de confiança na abordagem do tema, considerado sensível.

4.2 Caixa de perguntas

Após a realização da entrevista com os alunos, foi proposta a atividade da caixa de perguntas. Essa estratégia consistiu na disponibilização de uma caixa lacrada na sala de aula, para que os estudantes pudessem depositar, de forma livre e anônima, todas as suas dúvidas relacionadas à Educação Sexual, fossem elas relacionadas aos conteúdos abordados em sala ou não.

Figura 1 – Fotografia da caixa de perguntas



Fonte: Dados da pesquisa

Utilizar a caixa de perguntas ou caixa de dúvidas como estratégia para a construção do produto educacional se mostrou uma ação eficaz, pois estimulou a participação dos alunos, tendo em vista o anonimato das perguntas. De acordo com Dos Santos e Barcelos (2018), muitos jovens deixam de tirar suas dúvidas em aula com receio do julgamento dos colegas e/ou insegurança quanto ao que sabem.

Assim sendo, ao oferecer a possibilidade do anonimato, criou-se um espaço seguro, onde a reflexão, a curiosidade e a livre expressão foram incentivadas sem constrangimento. Esse tipo de atividade torna-se relevante em temas especialmente sensíveis, como a Educação Sexual.

Mesmo não havendo uma grande quantidade de perguntas no interior da caixa, a atividade se mostrou exitosa no contexto da presente pesquisa. Além de facilitar a expressão dos alunos, correspondeu às expectativas da pesquisadora, não só por contribuir positivamente para a construção do produto educacional, mas também por abrir a possibilidade de um amplo diálogo a partir das indagações feitas. Ao receber as respostas para suas perguntas, a turma percebeu que toda dúvida é válida, o que gerou um debate rico em conteúdos e a geração de novos questionamentos.

Quanto às perguntas contidas na caixa, inicialmente foram apenas as seguintes:

- O meu amigo já encostou no meu ombro e deslizou até a minha mão, mas ele pediu desculpa. Isso é certo?
- Eu e minha irmã estávamos passeando na rua e um cara chamou minha irmã de gostosa. Pode?
- Já passaram a mão no meu bumbum?
- O que eu devo fazer se eu for perseguida na rua?
- É normal uma pessoa da sua família fazer alguma coisa imprópria com você?
- Me chamaram de gostosa. O que eu faço?
- Por que uma menina de 14 anos não usou remédio pra não engravidar?
- Eu gosto de um menino. Será que ele gosta de mim?
- Podemos começar a namorar a partir dos 20 ou dos 30 anos?
- Eu queria fazer uma surpresa pra minha namorada. Eu tenho 10 anos, posso namorar com sabedoria?
- Qual seria o assunto da Educação Sexual?

As perguntas da caixa, cujo anonimato foi plenamente respeitado, revelam a complexidade das dúvidas, onde foram observadas angústias e curiosidades que permeiam o universo infantojuvenil, no que tange à sexualidade. Sua análise permitiu identificar três eixos temáticos: situações de violência, assédio e abuso; relacionamentos e afetividade; e dúvidas conceituais sobre sexualidade.

O primeiro eixo é composto por questionamentos que nos remeteram a experiências de violência e abuso, sendo: “O meu amigo já encostou no meu ombro e deslizou até a minha mão, mas ele pediu desculpa. Isso é certo?”; “Eu e minha irmã estávamos passeando na rua e um cara chamou minha irmã de gostosa. Pode?”; “Já

passaram a mão no meu bumbum.”; “O que eu devo fazer se eu for perseguida na rua?”; “É normal uma pessoa da sua família fazer alguma coisa imprópria com você?” e “Me chamaram de gostosa. O que eu faço?”. Essas perguntas evidenciam que, mesmo com pouca idade, há alunos que já se depararam com situações de violência de gênero e assédio sexual, o que sinaliza a urgência da Educação Sexual como ferramenta para estratégias de proteção.

A preocupação observada nas perguntas aponta para a ausência de espaços seguros de escuta e orientação, o que reforça a importância da escola como rede de apoio. Nesse contexto, das perguntas destacadas no parágrafo anterior, a que mais chamou a atenção foi “É normal uma pessoa da sua família fazer alguma coisa imprópria com você?”, tendo em vista a possibilidade de um pedido de ajuda subliminar contido.

No segundo grupo, aparecem as dúvidas relacionadas à afetividade e aos relacionamentos amorosos: “Eu gosto de um menino, será que ele gosta de mim?”; “Podemos começar a namorar a partir dos 20 ou dos 30 anos?”; “Eu queria fazer uma surpresa pra minha namorada.” e “Eu tenho 10 anos, posso namorar com sabedoria?”. Tais perguntas demonstram o desejo dos alunos em compreender os sentimentos e comportamentos associados às relações amorosas.

Observa-se o uso da expressão “com sabedoria” como uma tentativa de conciliar o desejo de vivenciar o afeto com a compreensão de que há responsabilidades envolvidas nesse processo. Isso corrobora com a fundamentação teórica da presente pesquisa, em que entendemos e defendemos que a Educação Sexual não deve se restringir ao corpo ou à prevenção de doenças, mas abarcar também suas diversas possibilidades, como questões emocionais e de relações interpessoais.

Por fim, há um terceiro grupo que expressa dúvidas de cunho mais conceitual ou reflexivo: “Por que uma menina de 14 anos não usou remédio pra não engravidar?” e “Qual seria o assunto da Educação Sexual?”. Tais questionamentos indicam o contato dos alunos com situações sociais complexas, como a gravidez na adolescência, e a intenção em compreender os objetivos da temática abordada. Nesse sentido, as perguntas se tornam ponto de partida para o diálogo e a problematização, o que, segundo Freire (1987), é fundamental na construção de uma prática educativa verdadeiramente dialógica.

Iniciei respondendo à última pergunta, visto as possibilidades reflexivas que ela traria à nossa discussão. Recordamos do primeiro encontro, quando foram explicadas todas as possibilidades de assuntos relacionados à Educação Sexual. Conforme as respostas eram dadas, mais dúvidas surgiam e o que começou com doze questões se transformou na necessidade de aglutinar algumas perguntas, de modo a transformá-las nas 64, quantidade exata prevista para o produto educacional. A seguir, são apresentadas as perguntas geradas pela turma 503, cada uma com sua resposta base, separadas por assunto.

- Interações:

- **O que significa interagir de forma respeitosa com os outros?**
→ Significa tratar as pessoas com educação, ouvir suas opiniões e respeitar seus limites.
- **O que devemos fazer se alguém não quiser brincar ou conversar com a gente?**
→ Respeitar a decisão da pessoa e entender que todos têm o direito de escolher suas interações.
- **Por que não devemos forçar alguém a dar um abraço ou beijo?**
→ Porque cada pessoa tem o direito de decidir se quer ou não contato físico.
- **O que é um relacionamento saudável entre amigos?**
→ É quando há respeito, confiança e ninguém se sente pressionado a fazer algo que não quer.
- **O que devemos fazer se um amigo ou colega nos tratar de um jeito que nos machuca?**
→ Conversar com a pessoa, explicar como nos sentimos e, se necessário, pedir ajuda a um adulto.
- **Como saber se uma amizade está nos fazendo bem?**
→ Quando nos sentimos felizes, respeitados e livres para sermos nós

mesmos.

- **O que fazer se alguém nos pressionar a fazer algo que não queremos?**
→ Dizer "não" com firmeza e procurar um adulto de confiança se precisar de ajuda.
- **O que significa empatia nas interações com os outros?**
→ Significa se colocar no lugar do outro e tentar entender seus sentimentos.
- **Como podemos demonstrar respeito nas redes sociais?**
→ Não compartilhando informações sem permissão, evitando comentários ofensivos e tratando os outros com educação.
- **Por que devemos pedir permissão antes de tocar em alguém?**
→ Porque cada pessoa tem seu espaço pessoal e pode não se sentir confortável com o toque.
- **O que fazer se alguém fizer comentários constrangedores sobre nosso corpo?**
→ Dizer que não gostou e, se necessário, contar para um adulto de confiança.
- **Como podemos lidar com conflitos de forma respeitosa?**
→ Conversando, ouvindo o outro e buscando uma solução sem agressividade.
- **Por que devemos respeitar diferentes tipos de famílias?**
→ Porque cada família tem sua forma de ser e todas merecem respeito.
- **O que é assédio e como devemos reagir a isso?**
→ Assédio é quando alguém insiste em interações que nos deixam desconfortáveis. Devemos dizer "não" e contar para um adulto de confiança.
- **Por que devemos respeitar os sentimentos dos outros?**
→ Porque cada pessoa sente de um jeito, e desrespeitar os sentimentos pode machucar.

- **O que podemos fazer se virmos alguém sendo tratado de forma desrespeitosa?**
 - Podemos apoiar a pessoa por dizer que aquilo não é certo e buscar ajuda de um adulto se necessário.
- Comportamento:
- **O que significa respeitar o próprio corpo?**
 - Significa entender que temos o direito de decidir sobre ele e que ninguém pode tocar sem nossa permissão.
- **O que significa respeitar o corpo dos outros?**
 - Significa não tocar nas pessoas sem o consentimento delas e entender que cada um tem seus próprios limites.
- **O que fazer se alguém tocar no seu corpo de um jeito que te deixa desconfortável?**
 - Dizer "não", sair do local e contar para um adulto de confiança.
- **Por que é importante conversar com um adulto de confiança sobre dúvidas e preocupações?**
 - Porque os adultos podem ajudar a entender situações e dar orientações seguras.
- **Todos os segredos devem ser guardados?**
 - Não. Segredos que fazem a gente se sentir mal ou com medo devem ser contados para um adulto de confiança.
- **O que é consentimento?**
 - É dar permissão para algo de forma clara e sem pressão.
- **O que fazer se um amigo contar algo preocupante sobre seu corpo ou sua segurança?**

- Aconselhar a falar com um adulto de confiança ou contar para um adulto para ajudar.
- **É normal sentir curiosidade sobre o próprio corpo e o dos outros?**
 - Sim, mas é importante buscar informações em fontes confiáveis e respeitar a privacidade das pessoas.
- **Como devemos reagir quando ouvimos piadas ou comentários que fazem alguém se sentir mal?**
 - Devemos dizer que isso não é legal e apoiar quem foi alvo do comentário.
- **O que é bullying e por que ele é errado?**
 - Bullying é machucar alguém de propósito, com palavras ou ações, e isso pode causar sofrimento.
- **Se alguém nos fizer uma pergunta sobre nosso corpo e não quisermos responder, o que podemos fazer?**
 - Podemos dizer que não queremos falar sobre isso e que cada um tem direito à sua privacidade.
- **O que fazer se receber mensagens ou imagens que te deixam desconfortável?**
 - Não responder, bloquear a pessoa e contar para um adulto de confiança.
- **Um adulto pode namorar uma criança?**
 - Nunca! Em nosso país, isso não é apenas errado, mas também é crime que pode dar muitos anos de prisão.
- **Por que devemos respeitar as diferenças entre as pessoas?**
 - Porque cada pessoa é única e tem o direito de ser quem é sem sofrer discriminação.
- **Como devemos reagir se formos perseguidos na rua?**

→ Devemos buscar proteção em algum lugar ou chamar a atenção das pessoas na rua. Seja como for: o importante é não ficar sozinho.

- **Se uma pessoa for assediada ou abusada por alguém da família, a quem ela deve pedir ajuda?**

→ Ela deve pedir ajuda a qualquer outro adulto de confiança. Pode ser da escola, da igreja, algum vizinho ou amigo, mas não pode ficar calada.

- Corpo

- **O que é a puberdade?**

→ A puberdade é a fase da vida em que o corpo começa a passar por mudanças para se tornar adulto.

- **Quais são algumas mudanças que ocorrem no corpo durante a puberdade?**

→ Crescimento de pelos, aumento da altura, mudanças na voz, desenvolvimento dos órgãos sexuais e surgimento de espinhas.

- **Meninos e meninas passam pelas mesmas mudanças na puberdade?**

→ Algumas mudanças são parecidas, como o crescimento e os pelos no corpo, mas outras são diferentes, como o crescimento dos seios nas meninas e a mudança da voz nos meninos.

- **O que é menstruação?**

→ É um sangramento que ocorre mensalmente nas meninas quando o útero libera seu revestimento porque não houve gravidez.

- **Todos os meninos e meninas entram na puberdade na mesma idade?**

→ Não. A puberdade pode começar entre os 8 e 14 anos e varia de pessoa para pessoa.

- **Por que algumas pessoas crescem mais rápido que outras?**
 - Porque cada corpo tem um ritmo próprio de desenvolvimento, influenciado por fatores genéticos e hormonais.
- **Por que muitos adolescentes ficam com cheiro forte nos pés e nas axilas?**
 - Porque, nessa fase, o corpo produz mais suor. As bactérias que vivem na pele transformam o suor em odor através da sua decomposição.
- **Por que surgem espinhas na puberdade?**
 - Porque as glândulas da pele produzem mais óleo, o que pode obstruir os poros e causar espinhas.
- **O que são hormônios?**
 - São substâncias que o corpo produz para controlar funções importantes, como o crescimento e o desenvolvimento.
- **Por que o coração bate mais rápido quando sentimos emoções fortes?**
 - Porque o corpo libera hormônios, como a adrenalina, que preparam o organismo para reagir.
- **É normal ter dúvidas sobre as mudanças do corpo?**
 - Sim! É natural ter dúvidas e é sempre bom perguntar a um adulto de confiança.
- **Por que algumas meninas menstruam mais cedo que outras?**
 - Porque cada corpo tem um tempo próprio para se desenvolver, influenciado por fatores genéticos e ambientais.
- **O que significa ter autonomia sobre o próprio corpo?**
 - Significa que cada pessoa tem o direito de decidir sobre seu corpo e precisa ser respeitada.

- **Por que é importante conhecer o próprio corpo?**

→ Para entender como ele funciona, cuidar da saúde e saber quando algo não está bem.

- **Por que algumas meninas ficam grávidas na adolescência?**

→ Porque não conheciam ou não quiseram usar métodos contraceptivos, como preservativo ou pílula anticoncepcional.

- Saúde:

- **Por que é importante tomar banho todos os dias?**

→ Para manter o corpo limpo, evitar o acúmulo de sujeira e prevenir doenças de pele.

- **O que acontece se não trocarmos a roupa íntima todos os dias?**

→ Pode haver acúmulo de suor e bactérias, causando mau cheiro e irritações na pele.

- **Por que precisamos lavar as mãos antes de comer e depois de usar o banheiro?**

→ Para evitar o contato com germes que podem causar doenças.

- **O que fazer quando aparecer uma coceira ou irritação nas partes íntimas?**

→ Contar para um adulto de confiança e procurar um médico para saber a causa.

- **Por que precisamos ir ao médico mesmo quando estamos saudáveis?**

→ Para fazer exames de rotina e prevenir doenças.

- **O que são vacinas e por que devemos tomá-las?**

→ São substâncias que protegem nosso corpo contra doenças.

- **Como podemos cuidar da higiene íntima?**

→ Lavando as partes íntimas com água e sabão (neutro) diariamente e usando

roupas íntimas limpas.

- **Por que é importante usar desodorante na puberdade?**

→ Porque o suor começa a ter um cheiro mais forte e o desodorante ajuda a controlar o odor.

- **Por que precisamos escovar os dentes todos os dias?**

→ Para evitar cáries, mau hálito e problemas na gengiva.

- **Como saber se um produto de higiene é adequado para o nosso corpo?**

→ Lendo o rótulo e, se tiver dúvidas, perguntando a um adulto ou profissional de saúde.

- **O que fazer se percebermos algo estranho no nosso corpo, como um caroço ou dor que não passa?**

→ Contar para um adulto de confiança e procurar um médico.

- **Por que não devemos compartilhar roupas íntimas e toalhas?**

→ Porque isso pode transmitir infecções e fungos.

- **Por que é importante dormir bem?**

→ Porque o corpo precisa de descanso para crescer, recuperar energia e manter a saúde.

- **O que fazer se começarmos a nos sentir tristes ou ansiosos por muito tempo?**

→ Conversar com um adulto de confiança e, se necessário, procurar ajuda de um profissional.

- **Por que devemos beber bastante água todos os dias?**

→ Para manter o corpo hidratado, ajudar na digestão e no funcionamento dos órgãos.

- **Como podemos cuidar da saúde mental?**

→ Descansando, conversando sobre sentimentos, praticando atividades que gostamos e pedindo ajuda quando necessário.

Ao observar o comportamento dos alunos no início e no fim do encontro, é possível afirmar que o saldo foi muito positivo, tendo em vista o aumento dos questionamentos efetuados, a atenção dispensada pela turma e a seriedade no tratamento de um assunto que, no primeiro encontro, gerou muitas brincadeiras e risadas.

No que tange aos temas abordados, também é possível afirmar, com base no comportamento e nos diálogos, que os alunos compreenderam as informações recebidas. Tal afirmação foi confirmada no terceiro encontro, dia da validação do produto educacional, quando, após quase um mês, tiveram novamente contato com as perguntas. Logo, mais do que uma ação pedagógica, incentivar os alunos a perguntar e valorizar esses momentos, “contribuem para colocar em dúvidas as verdades, contribuindo para um ambiente de aprendizagem real e promovendo a interação entre os sujeitos que integram a comunidade da sala de aula” (Camargo *et al.*, 2011, p. 2).

Por compreender que o questionamento é parte fundamental da construção do conhecimento, do desenvolvimento do pensamento crítico e da curiosidade científica, é que a caixa de perguntas foi proposta como uma das primeiras ações para construção do produto educacional. Assim, quando valorizamos as perguntas, buscamos estabelecer o que Paulo Freire chama de uma “relação dialógica” (1987). De acordo com o autor, promover o diálogo em sala de aula estabelece uma relação de troca de conhecimentos entre professor e alunos e, por consequência, estabelece-se uma relação de confiança. Apesar do tímido início, a atividade evoluiu de modo que, ao término da atividade os educandos demonstraram segurança para errar e acertar, e perceberam que ambos fazem parte do processo de ensino aprendizagem (Freire, 1987; Camargo *et al.*, 2011).

4.3 Rodas de conversa

Em todos os encontros com os alunos, as rodas de conversa foram utilizadas a partir de uma atividade primária (no primeiro encontro, a partir da leitura compartilhada, no segundo, da resposta aos questionamentos da caixa de dúvidas e, no terceiro, da utilização do produto educacional “Trilha da Proteção”). Elas foram uma estratégia pedagógica de suma importância para a promoção do diálogo, a escuta ativa e a participação coletiva em sala de aula.

A roda de conversa apresenta uma oportunidade para que seus participantes desenvolvam um rico diálogo. Nessa atividade, muitas ações podem ser executadas: relato de experiências, apresentação e esclarecimento de dúvidas, discussões, desabafos, escuta sensível. Como consequência, o aprendizado é adquirido através de uma dinâmica natural, a qual é a conversa entre pares (Ryckebusch, 2011; Moura; Lima, 2014; De Oliveira Costa *et al.*, 2015; Bedin; Del Pino, 2017).

Apesar do nome da atividade sugerir um formato circular das carteiras, optamos por não modificar a configuração da sala de aula, na intenção de evitar mais alterações na rotina da turma. As demais características da atividade foram mantidas e todos tiveram a oportunidade de participar ativamente do diálogo desenvolvido em um ambiente acolhedor e democrático.

Resumidamente, a atividade funcionou da seguinte forma: a pesquisadora propôs um tema — no nosso caso, Educação Sexual — e atuou como mediadora, não como uma transmissora de conhecimento. A intenção não foi obter respostas “certas”, mas compartilhar percepções e tirar dúvidas. Como consequência, observou-se um movimento no sentido de desenvolver habilidades como argumentação e escuta respeitosa.

No entanto, algumas vezes, foi necessário criar regras para organizar a fala e garantir que todos tivessem oportunidade de se expressar, o que aconteceu sem pressão. Mesmo os que, inicialmente, mantiveram-se quietos, no último encontro, manifestaram interesse em participar da conversa e da validação do produto educacional.

Do ponto de vista pedagógico, as rodas de conversa demonstraram fortalecer a aprendizagem dos estudantes, estimular o pensamento crítico, a reflexão e o

respeito à diversidade de opiniões. Observou-se, na atividade, o potencial para o fortalecimento dos vínculos entre os alunos, uma vez que, no último encontro, apresentaram comportamento diferente do primeiro, aceitando a movimentação dos grupos de modo aleatório (no primeiro e segundo encontros não queriam sentar-se longe dos colegas mais próximos).

4.4 Apresentação do produto educacional

No terceiro encontro, foi apresentado o produto educacional pronto para a validação. A turma já sabia que suas perguntas seriam utilizadas no jogo, mas ainda não tinha ciência de como isso seria feito. No entanto, no momento em que as peças do jogo começaram a ser mostradas e as regras iniciais explicadas, houve total interesse por parte do grupo, não só para tentar entender onde entraram suas perguntas, mas pelo apelo visual do material. De todos os alunos, apenas um não quis jogar, o que foi respeitado, mas ele ficou todo tempo prestando atenção à dinâmica do jogo. Após a aula, em conversa particular, o professor da turma explicou que, por ser mais velho, este aluno “gosta de ser do contra, provavelmente por ser o mais velho”, característica que já havia sido observada desde nosso primeiro encontro.

A dinâmica ocorreu da seguinte forma: todos os elementos físicos do jogo foram apresentados, bem como suas funções. Em seguida, as regras criadas pela pesquisadora foram explicadas, porém, eles deveriam dizer se concordavam ou não com as mesmas e, caso considerassem necessário, deveriam modificá-las. A turma optou por modificar duas regras, sendo que uma delas acabou ficando mais complexa que a original, mas a maior parte da turma optou pelas mudanças feitas, que foram:

Quadro 9 - Regras originais e modificadas pelos alunos

REGRA ORIGINAL	REGRA MODIFICADA PELOS ALUNOS
O jogo deverá ser executado com dois dados.	Na última reta do tabuleiro, o jogador poderá optar se quer lançar um ou dois dados, para que

	sejam aumentadas suas chances de parar exatamente no ponto de partida.
Vencerá o jogo quem for o primeiro a dar uma volta completa no tabuleiro, retornando ao ponto de partida.	Vencerá o jogo quem for o primeiro a dar uma volta completa no tabuleiro. Porém, o jogador deverá tirar um número no dado que o coloque exatamente no ponto de partida. Caso o número seja maior, ao atingir o ponto de partida o jogador deve completar o número do dado retornando para trás. Isso deverá ser feito até que ele consiga um valor nos dados que o coloque no ponto de partida.

Durante a execução do jogo, vigorou a regra modificada pelos alunos. No entanto, ao perceber a complexidade da mudança executada pelos alunos, a pesquisadora optou por manter ambas como válidas, ficando a critério do jogador qual utilizar. As demais regras serão explicadas no capítulo referente ao Produto Educacional.

Para garantir que todos os alunos pudessem utilizar o jogo Trilha da Proteção, organizamos um rodízio entre eles, tendo em vista a necessidade de respeitar a duração máxima de duas horas previstas para o encontro. A turma foi separada em grupos de 4 ou 5 alunos, onde cada um participava de duas rodadas. Os alunos que executaram a função de guia puderam optar por isso.

Figura 2 - Experimentação do jogo com guia



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 - Experimentação do jogo sem guia



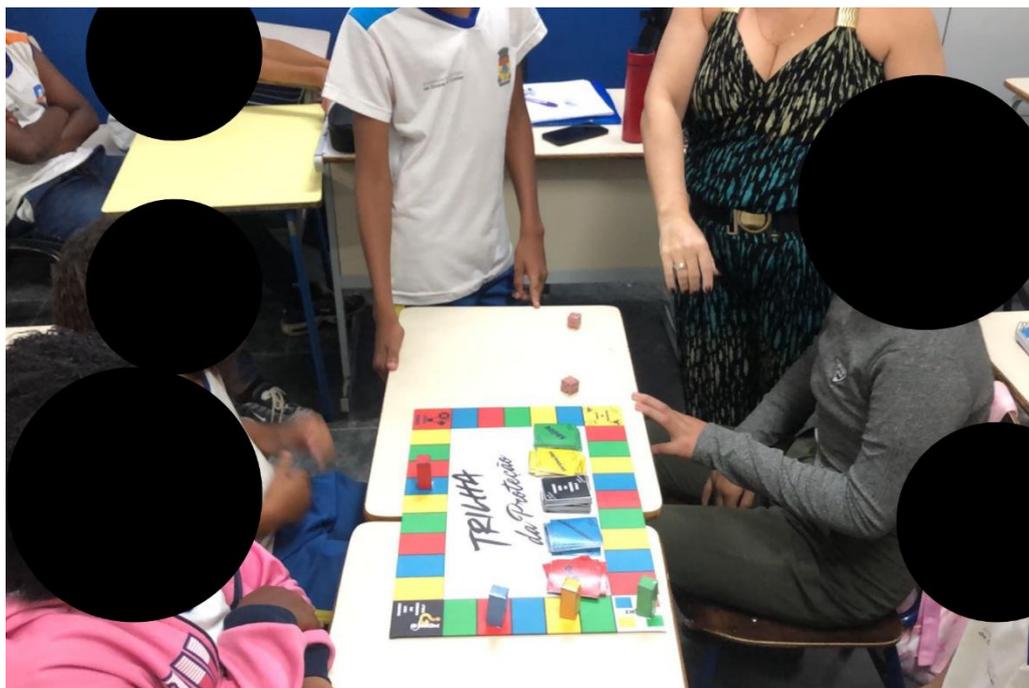
Fonte: Dados da pesquisa

Durante o jogo, identificamos um aluno não verbal. Apesar de alguma dificuldade inicial em compreender o jogo, ele participou aparentando tranquilidade, precisando apenas que adaptasse à pergunta feita a ele. Para que ele pudesse responder, dei duas opções de resposta e, para cada uma, mostrei uma das minhas mãos. Ele deveria segurar a mão correspondente à resposta desejada, o que fez de forma correta, demonstrando compreensão do que fora perguntado. Cabe ressaltar que, a adaptação foi feita totalmente improvisado por desconhecer a presença dessa peculiaridade do aluno.

Outra questão que chamou a atenção foi uma dificuldade apresentada por outro aluno. Apesar de participar ativamente de todo processo, na hora de caminhar pelo tabuleiro ele não conseguia compreender como fazer a contagem das casas,

considerando a que ele estava. Sendo assim, acabava sempre andando uma casa a menos. Os colegas de turma o ajudaram, nesse momento, sem a necessidade da intervenção da pesquisadora.

Figura 4 - Experimentação do jogo



Fonte: Dados da pesquisa

O jogo foi executado com tranquilidade pelos alunos. As respostas incorretas ou perguntas não respondidas foram explicadas pela pesquisadora apenas por esse ser o primeiro contato deles com o material.

Figura 5 - Experimentação do jogo



Fonte: Dados da pesquisa

Ao final, foi realizada a avaliação do produto com as quatro perguntas que constam no planejamento. Tencionávamos atingir o mínimo de 60% de respostas positivas para que o produto fosse validado pelo público-alvo. Na data do encontro, havia 27 alunos na sala, entretanto, um não quis participar da execução do jogo nem da avaliação. Sendo assim, obtivemos o seguinte resultado:

i. “Você achou esse jogo divertido”? - Todos os alunos disseram que sim, resultando em 100% de respostas positivas.

ii. “Você achou útil o que aprendeu com o jogo”? - Apenas um não levantou o braço, o que representa 96,15% de respostas positivas.

iii. “Você demorou muito pra entender como jogar”? - Todos os alunos disseram entender com facilidade, entretanto, a pesquisadora considerou as dificuldades dos dois alunos citados nos resultados, obtendo 92,30% de respostas positivas.

iv. “Você achou esse jogo demorado, cansativo, fácil ou rápido demais”? - 100% de respostas positivas.

A última pergunta obteve respostas variadas, mas todas em aspectos positivos. Destacamos dois comentários que receberam a concordância dos demais alunos:

A1 - “Tia, o que estava meio difícil, você deixou a gente mudar”!
A2 - “Eu achei bom. Não é muito demorado, mas também não acaba muito rápido. Eu me diverti”.

Considerando as respostas dadas e a média simples entre elas, obtivemos um total de 97,11% de respostas positivas, o que, de acordo com a meta estabelecida, considera o produto validado pelo público-alvo.

4.5 Análise dos encontros

Ao analisar as atividades realizadas ao longo dos três encontros com a turma 503, evidenciou-se a eficácia das atividades escolhidas — entrevista coletiva, caixa de perguntas, rodas de conversa e jogo educativo — para a abordagem da Educação Sexual de forma dialógica, respeitosa e significativa. A escuta atenta aos estudantes, desde o primeiro encontro, possibilitou compreender seus interesses, suas dúvidas e os limites que precisavam ser considerados na construção do produto educacional.

Nos momentos iniciais, tanto com os responsáveis quanto com os alunos, o silêncio observado foi de grande significado. Longe de significar uma ausência, mas representou o peso do tabu relacionado ao assunto abordado, emergindo como uma espécie de autocensura, talvez medo de julgamento ou simplesmente ausência de conteúdo para lidar com o tema.

Já os risos dos alunos, principalmente quando a palavra “sexo” foi mencionada, revelaram-se como uma forma de mediação do constrangimento. O riso, nesse contexto, não foi visto como deboche, mas como defesa: uma forma de enfrentar o desconhecido ou o que ainda é socialmente velado.

A permissão das mães quanto à participação dos filhos na pesquisa evidencia uma confiança na escola, reconhecendo-a como espaço legítimo de orientação. No entanto, essa confiança também revela algo delicado: muitas vezes, a família não se sente preparada para abordar temas como sexualidade e violência e atribui à escola essa função.

Esse dado está em consonância com o que afirma Gil (2002), ao destacar que a investigação qualitativa deve “desvelar conteúdos implícitos, dimensões

contraditórias e mesmo aspectos silenciados” (p. 134) nas falas dos participantes. Assim, o ato de “permitir que a escola fale sobre isso” pode ser interpretado como tanto um gesto de parceria quanto de isenção.

A leitura compartilhada do livro *A culpa não é sua* representou não só a introdução do assunto, mas um importante momento reflexivo com os alunos. A sensibilidade impressa na história permitiu que os estudantes acessassem o tema de forma indireta, mas profunda. A metáfora do “vaso de violetas” e o “dia chuvoso” tocaram a turma e ajudaram a despertar empatia com a personagem.

A fala da aluna A6 – “de alguém fazer igual fizeram com a menina da história” – revela uma interpretação que conecta a história à realidade dos estudantes. Houve, portanto, uma associação de ideias, que transformou o conteúdo literário em interpretação crítica.

A construção coletiva do cálculo do custo de um bebê trouxe uma compreensão prática acerca da responsabilidade diante da sexualidade. A surpresa e o espanto por parte dos alunos ao perceberem os valores envolvidos revelaram a potência da estratégia utilizada. A fala do aluno A2, que se preocupou em explicar a natureza de seu relacionamento e nível de intimidade com a namorada, evidencia a compreensão do tema e sua aplicação na vida.

A caixa de perguntas, em especial, demonstrou-se um recurso eficaz para a participação dos alunos, permitindo que suas dúvidas servissem de base para o conteúdo do jogo. As rodas de conversa, por sua vez, contribuíram para a criação de um ambiente de confiança, participação e respeito mútuo, favorecendo o exercício do pensamento crítico. Tais espaços demonstraram que o conhecimento não se constrói apenas pela transmissão de informações, mas pelo diálogo e pelo encontro entre saberes diversos, como propõe a pedagogia freiriana.

O momento de apresentação e validação do jogo Trilha da Proteção revelou não apenas o interesse e o envolvimento dos alunos com o material, mas também o fortalecimento da cooperação, inclusão e protagonismo. A adaptação espontânea das regras, a colaboração entre os pares e o acolhimento às diferenças mostraram que, quando os estudantes se reconhecem como parte do processo, o aprendizado ganha novos sentidos.

Por fim, os resultados da avaliação final indicam que o jogo foi bem aceito pelo público-alvo, cumprindo seu propósito pedagógico de abordar, de forma lúdica e

acessível, questões sensíveis relacionadas à educação sexual. Com base nos dados analisados, é possível afirmar que os objetivos propostos neste capítulo foram plenamente alcançados e que a experiência desenvolvida oferece subsídios importantes para a reflexão sobre práticas educativas mais humanizadas, participativas e efetivas no contexto escolar.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Nos dias atuais, o trabalho voltado para a Educação Sexual ainda provoca muitas discussões. De acordo com os apontamentos feitos no capítulo 2.5 da presente pesquisa, o trabalho sobre a temática sofreu com altos e baixos ao longo da história educacional brasileira. Como consequência, uma geração de professores despreparados para sua abordagem foi formada e, mesmo os que passaram por algum tipo de atualização dentro do tema, esbarram em políticas públicas mal aplicadas, conforme afirmam Gava e Villela (2016). Segundo as autoras,

As políticas que colocam a educação em sexualidade na escola são contraditórias no que dizem respeito ao trabalho propriamente dito do/a professor/a, pois, na prática, pressupõem que a responsabilidade pela condução do desenvolvimento da temática em sala de aula é quase exclusivamente do trabalho destes profissionais da Educação, sem a garantia de uma necessária formação, supervisão, além da exigência de coerência teórica e metodológica, de modo que não haja discordância entre esta prática e os objetivos (Gava; Villela, 2016, p. 161).

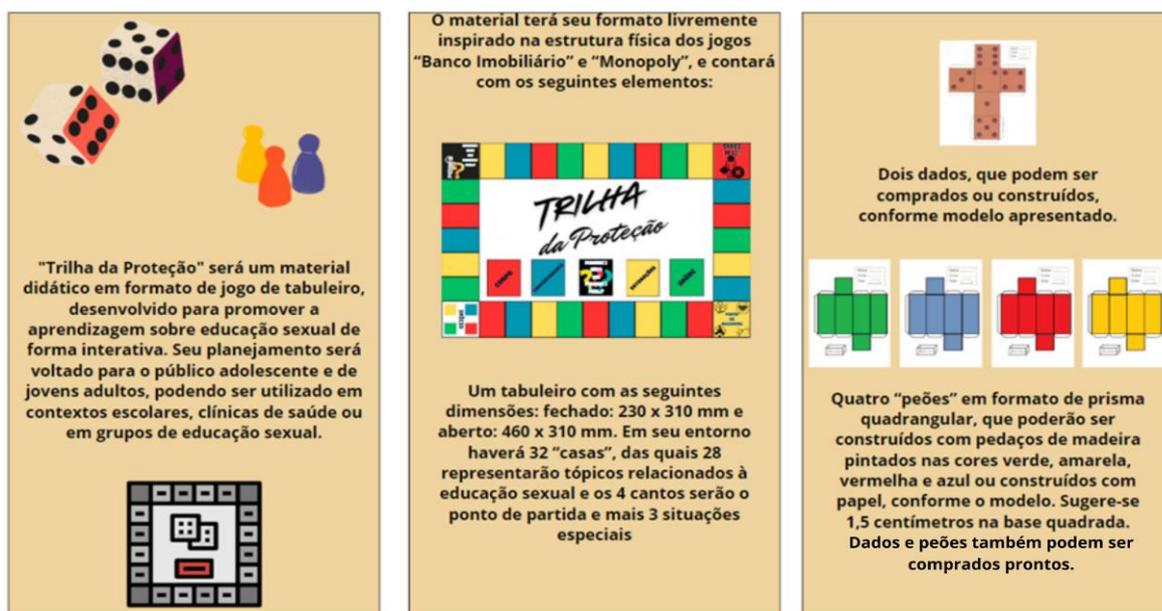
Diversos autores apontam a necessidade de estudos na área, de modo a sanar a grande defasagem causada pela falta de estímulo e formação adequada no que tange à abordagem da Educação Sexual em âmbito escolar. O mesmo pode se dizer de atividades práticas. Em geral, os trabalhos que envolvem o tema são encontrados nos livros de ciências biológicas e abordados de forma rasa com ênfase meramente biológica e anatômica, ignorando as possibilidades interdisciplinares ofertadas pelo assunto (Silva *et al.*, 2022).

No intuito de colaborar com a aplicação prática de importantes assuntos componentes da Educação Sexual, porém, pouco abordados em sala de aula, foi pensado o presente produto educacional - PE, intitulado "Trilha da Proteção". Esse produto consiste em um material didático em formato de jogo de tabuleiro, desenvolvido para promover a aprendizagem sobre Educação Sexual de forma interativa. Seu planejamento é voltado para o público adolescente e de jovens adultos, podendo ser utilizado em contextos escolares, clínicas de saúde ou em grupos de educação sexual.

A “Trilha da Proteção” visa fornecer informações cientificamente embasadas sobre saúde sexual, promover a compreensão dos aspectos emocionais e físicos da sexualidade. Dessa forma, ela oferece subsídios para que os jogadores compreendam a importância do autoconhecimento, respeito mútuo e da tomada de decisões saudáveis e responsáveis.

O material tem seu formato livremente inspirado na estrutura física dos jogos “Banco Imobiliário¹²” e “Monopoly¹³”. O planejamento de seu *layout* segue conforme *storyboard*.

Figura 6 - Storyboard do jogo Trilha da Proteção 1

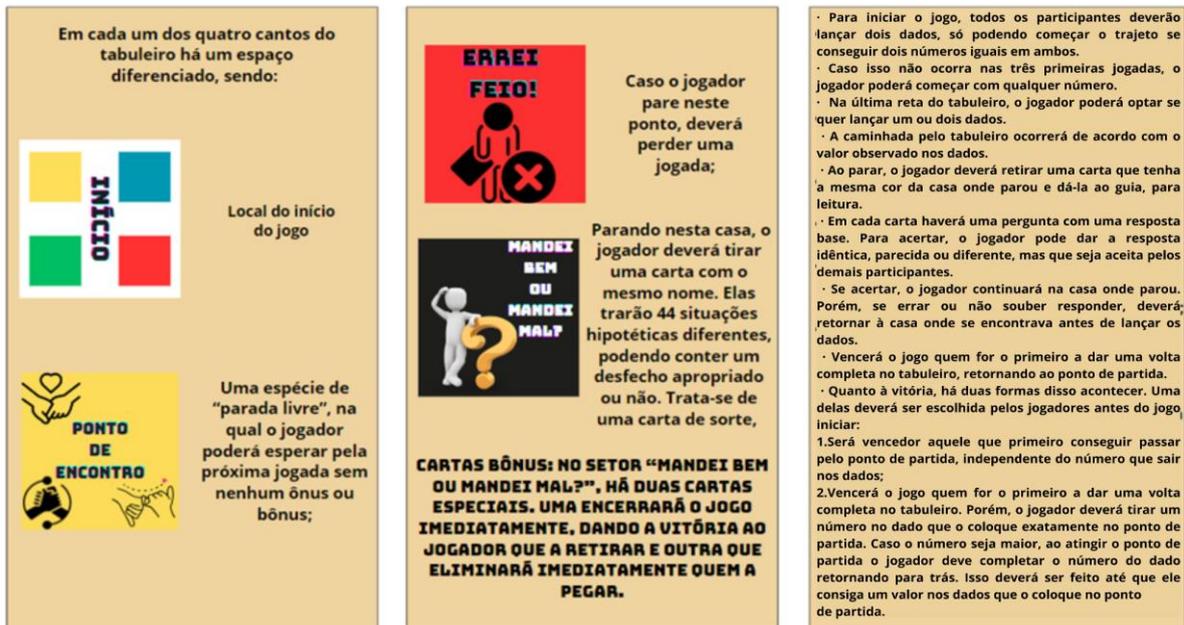


Fonte: pesquisadora.

¹² Versão brasileira do jogo Monopoly, fabricado no Brasil pela Brinquedos Estrela.

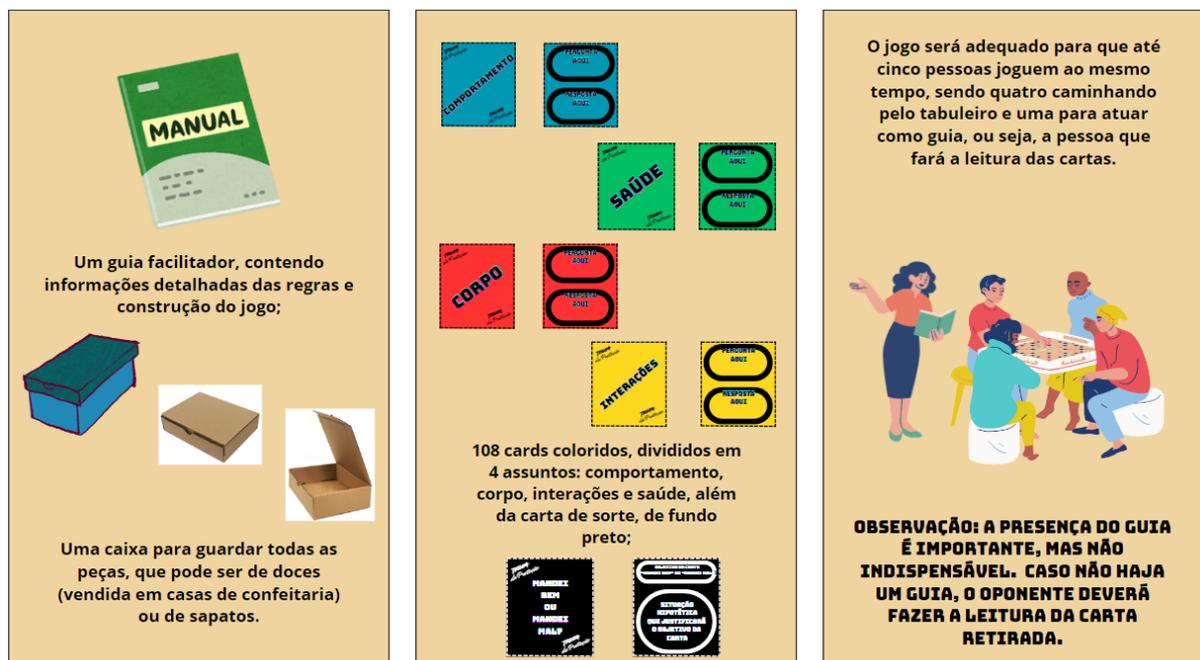
¹³ Criado e fabricado nos Estados Unidos pela empresa de brinquedos americana Hasbro.

Figura 7 - Storyboard do jogo Trilha da Proteção 2



Fonte: pesquisadora.

Figura 8 - Storyboard do jogo Trilha da Proteção 3



Fonte: pesquisadora.

O jogo conta com os seguintes elementos:

- Um tabuleiro com as seguintes dimensões: fechado - 230 x 310 mm e aberto - 460 x 310 mm. Em seu entorno, há 32 “casas”, das quais 28 representam

tópicos relacionados à Educação Sexual e os 4 cantos são o ponto de partida e mais 3 situações especiais, que serão explicadas nos próximos parágrafos.

- Dois dados, que podem ser comprados ou construídos. Caso a opção seja construí-lo, sugere-se que a peça seja impressa no tamanho disponibilizado, que contém 2 centímetros de base;
- Quatro “peões” em formato de prisma quadrangular, que podem ser construídos com pedaços de madeira pintados nas cores verde, amarela, vermelha e azul ou construídos com papel, conforme modelo disponibilizado nos anexos, que contém 1,5 centímetros na base quadrada. Sugere-se, ainda, a utilização de qualquer objeto reciclável pequeno, como tampas de garrafa, para esta função;
- 108 *cards* coloridos, divididos em 4 assuntos: comportamento, corpo, interações e saúde, além da carta de sorte, de fundo preto;
- Um guia facilitador, contendo informações detalhadas das regras e construção do jogo;
- Uma caixa para guardar todas as peças, que pode ser de doces (vendida em casas de confeitaria) ou de sapatos.

Todos os elementos do PE foram disponibilizados para impressão e replicação, com indicações de materiais de valores diversos. Ressalta-se que as dimensões apresentadas para o tabuleiro foram utilizadas pela pesquisadora, mas ele pode ser impresso em outros tamanhos, sem prejuízo ao conteúdo.

As 28 casas do tabuleiro são divididas em quatro cores, cada uma correspondendo a um assunto relacionado à Educação Sexual, sendo: vermelho (corpo), azul (comportamento), amarelo (interações) e verde (saúde). Cada assunto tem 16 perguntas diferentes, trazidas pelos alunos, de acordo com as dúvidas apresentadas nos encontros com a turma. Nessa proposta, a colaboração dos alunos foi de fundamental importância para garantir que os assuntos abordados não excedessem sua maturidade e nível de curiosidade.

Ressalta-se que, para identificar até onde vai o nível de maturidade e compreensão, não só dessa, mas de qualquer grupo em que se desenvolva um trabalho pedagógico, em todos os encontros foram estabelecidas atividades em que

o diálogo esteve fortemente presente, ancorando o trabalho nos estudos de Paulo Freire. De acordo com o autor:

[...] para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade começa, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação (Freire, 1987, p. 47).

Além disso, construir este produto com o material trazido pelos alunos, possibilitará que novos jogos possam ser criados, uma vez que profissionais interessados em replicar coletam perguntas em suas próprias turmas, adaptando o PE à sua realidade. Essa flexibilidade visa contemplar o que Rizzatti *et al* (2020) explicam como “cinco liberdades”.

Os PE desenvolvidos no *locus* dos MP não são imutáveis. Nos aventuramos a dizer, que por possuírem licenças Creative Commons e atenderem às cinco liberdades, estes produtos não estão totalmente prontos e/ou fechados. Professores e professoras podem reusar (liberdade de usar), revisar (adaptar, modificar, traduzir), remixar (combinar dois ou mais materiais), redistribuir (compartilhar) e reter (ter a própria cópia) os diferentes produtos gerados nos MP de modo crítico, adaptando-os às necessidades de suas diferentes turmas de alunos e devolvendo à sociedade novos PE *num continuum* (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 02).

O jogo é adequado para que até cinco pessoas joguem ao mesmo tempo, sendo quatro caminhando pelo tabuleiro e uma para atuar como guia, ou seja, a pessoa que realiza a leitura das cartas. Ressalta-se que a presença do guia é importante, mas não indispensável. Como cada carta contém a pergunta e a resposta que deverá ser dada pelo jogador, é necessário que o guia faça a leitura da carta referente à casa onde o jogador parou. Caso não haja um guia, o oponente fica responsável por fazer a leitura da pergunta.

Para iniciar o jogo, todos os participantes devem lançar dois dados e só podem começar o trajeto se conseguirem dois números iguais em ambos. Caso isso não ocorra nas três primeiras jogadas, o jogador pode começar com qualquer número. Além disso, na última reta do tabuleiro, o participante pode optar em lançar um ou dois dados para aumentar suas chances de conseguir um número que o faça parar exatamente no ponto de partida.

A caminhada pelo tabuleiro ocorre de acordo com o número obtido no lançamento dados. Ao parar, o jogador deve retirar uma carta que tenha a mesma cor da casa onde parou e dá-la ao guia, que fará a leitura, já que cada carta há uma pergunta e uma resposta base. Se o jogador acertar a resposta na íntegra, parcialmente ou der uma resposta diferente, mas que faça sentido dentro do contexto da pergunta e seja aceita pelos demais participantes, ele continua na casa onde parou. Contudo, se o jogador errar ou não souber responder, deverá retornar à casa onde se encontrava antes de lançar os dados. Vence o jogo quem for o primeiro a dar uma volta completa no tabuleiro, retornando ao ponto de partida.

Quanto à vitória, há duas formas disso acontecer. Uma delas deve ser escolhida pelos jogadores antes do jogo iniciar:

- Será vencedor aquele que primeiro conseguir passar pelo ponto de partida, independentemente do número que sair nos dados;
- Vencerá o jogo quem for o primeiro a dar uma volta completa no tabuleiro. Entretanto, o jogador deverá tirar um número no dado que o coloque exatamente no ponto de partida. Caso o número seja maior ao atingir o ponto de partida, o jogador deve completar o número do dado retornando para trás. Isso deverá ser feito até que ele consiga um valor nos dados que o coloque no ponto de partida.

A segunda regra foi acrescida pelo público-alvo, como forma de parar exatamente no ponto de partida, sem o ultrapassar.

Em cada um dos quatro cantos do tabuleiro há um espaço diferenciado, sendo:

- **PARTIDA** - Local do início do jogo;
- **PONTO DE ENCONTRO** - Uma espécie de “parada livre”, na qual o jogador poderá esperar pela próxima jogada sem nenhum ônus ou bônus;
- **ERREI FEIO!** - Caso o jogador pare neste ponto, deverá perder uma jornada;
- **MANDEI BEM OU MANDEI MAL?** - Parando nesta casa, o jogador deve tirar uma carta com o mesmo nome. Elas trazem 44 situações hipotéticas diferentes, podendo conter um desfecho apropriado ou não. Trata-se de uma carta de sorte, visando garantir o caráter lúdico do produto educacional.

- **CARTAS BÔNUS:** no setor “MANDEI BEM OU MANDEI MAL?”, há duas cartas especiais. Uma encerra o jogo imediatamente, dando a vitória ao jogador que a retirar e outra que elimina imediatamente quem a pegar.

O produto educacional "Trilha da Proteção" visa oferecer uma abordagem lúdica para a Educação Sexual em um ambiente seguro para a exploração de tópicos sensíveis. Os jogadores podem aumentar seus conhecimentos, melhorar habilidades de comunicação, desenvolver empatia e aprender a tomar decisões responsáveis relacionadas ao tema.

- O presente jogo utiliza uma mecânica divertida para abordar a Educação Sexual. Ele oportuniza, através da atividade *gamificada*, momentos para que os jovens obtenham informações relevantes de maneira ativa, capacitando-os a tomar decisões conscientes e saudáveis, no que tange aos assuntos de foro íntimo e às relações interpessoais.

5.1 Estratégias de Gamificação: jogos de tabuleiro

A definição de Ribeiro (1990) acerca da função docente¹⁴, evidencia a importância de um processo educacional dinâmico, que priorize a reflexão e o debate sobre todos os aspectos que perpassam a sexualidade. O modelo de trabalho descrito pelo autor se opõe às metodologias tradicionais, uma vez que estimula os educandos à prática do diálogo, da pesquisa e da observação da realidade sob todos os aspectos do assunto. Essa concepção pedagógica está alinhada ao que é preconizado por Freire (1996, p. 13) ao declarar que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Diante do exposto, propõe-se a *gamificação* como forma de abordagem do assunto. Ela se apresenta como estratégia promissora para abordar, de forma lúdica e criativa, a Educação Sexual no ambiente escolar. Logo, essa abordagem é uma

¹⁴ - Presente no final do capítulo 2.5 da presente pesquisa.

metodologia ativa que pode ser compreendida como a utilização de elementos pertencentes a jogos, como desafios, competição e recompensas, em contextos não propriamente lúdicos, mas que envolvam a necessidade de apropriação de informações e/ou construção de conhecimentos. Seu objetivo é aumentar o engajamento, a motivação e a participação dos envolvidos através dos benefícios proporcionados pelos jogos, como recompensas, satisfação, prazer, interações e diversão (Da Silva *et al.*, 2014).

Na obra *Homo Ludens* (1938/2004), o autor identifica o jogo como uma atividade humana fundamental, anterior à própria cultura, uma vez que é encontrado também no comportamento animal (Huizinga, 2000) **não está referenciado**. Essa perspectiva reforça o caráter espontâneo e significativo do jogo, o que legitima sua presença nos espaços educativos como algo além do entretenimento: como linguagem, expressão e ferramenta de aprendizagem.

Na esfera educacional, a *gamificação* pode ser aplicada de diversas formas, como *quizzes*, jogos de tabuleiro adaptados, plataformas digitais e aplicativos, além de atividades físicas com elementos de jogos. O objetivo é tornar o processo de aprendizado mais atrativo e permitir que os alunos participem ativamente da construção do seu conhecimento. Nesse sentido, Busarello, Ulbricht e Fadel (2014) apontam o desenvolvimento das habilidades de pensamento e cognição e o estímulo à memória e atenção como alguns dos benefícios provenientes das atividades *gamificadas*.

Considerando especificamente os jogos de tabuleiro, estes são apontados como recursos didáticos versáteis, que permitem a abordagem de conteúdos escolares de maneira prática e divertida. Ao mobilizarem habilidades, como o raciocínio lógico, a tomada de decisão, a resolução de problemas e a interação social, eles oferecem uma experiência de aprendizagem contextualizada.

Ademais, os jogos incorporam naturalmente os elementos fundamentais da *gamificação*: objetivos definidos, regras claras, desafios progressivos, recompensas e *feedback* imediato. Dessa forma, quando utilizados com propósito pedagógico, eles se tornam não apenas instrumentos de entretenimento, mas recursos muito úteis de ensino (Santana, 2019; Régis, 2020).

Ao adotar essa metodologia no campo da Educação Sexual, almeja-se que o conteúdo se torne mais acessível e menos intimidador para professores e alunos. Tal

proposta busca evitar a dependência exclusiva de aulas expositivas convencionais, que podem causar desconforto e resultar em uma abordagem superficial do tema. A *gamificação*, por sua vez, estimula um ambiente de aprendizagem colaborativo e receptivo, no qual os estudantes podem aprender uns com os outros, trocar vivências e obter *feedback* imediato sobre suas decisões. Esse processo facilita a assimilação dos conceitos e valores abordados durante as atividades (Busarello; Ulbricht; Fadel, 2014).

Essas contribuições não negam o caráter lúdico do jogo, mas, ao contrário, o valorizam como caminho legítimo para o desenvolvimento e aprendizagem. Conforme Huizinga (2000, p. 8), “é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve”. A escola, portanto, não deve excluir o lúdico, mas incorporá-lo de maneira consciente ao planejamento educacional e ao cotidiano escolar.

A importância do elemento lúdico no desenvolvimento das pessoas também é apontada por Kishimoto (2017), ao evidenciar que não só é importante, mas também necessária essa característica no processo de aprendizagem, tendo em vista as mudanças sofridas no comportamento infantil ao longo do tempo.

Hoje se faz necessário resgatar o caráter simbólico do homem, quanto à percepção consciente, que se vê cada dia mais reprimida, enrijecida e massificada, numa sociedade cuja filosofia de vida é racionalista e reducionista e que, muitas vezes, leva à alienação do próprio processo de criação e simbolização do sujeito, em que as crianças não têm mais espaço para viver a infância de maneira plena e enriquecedora (Kishimoto, 2017, p. 34).

Os jogos de tabuleiro, quando utilizados como estratégia de *gamificação*, representam uma atividade rica, capaz de transformar a sala de aula em um espaço de experimentação, diálogo e aprendizagem ativa. Com a possibilidade de aliar regras, narrativa, desafio e prazer, pode colaborar positivamente a sanar as necessidades da educação contemporânea, que busca não apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos críticos, criativos e participativos (Santana, 2019; Régis, 2020.)

Ancorados nos estudos de Huizinga (2004), compreende-se que o jogo é mais do que uma ferramenta: é uma expressão essencial da cultura humana, e como tal, deve ocupar lugar de destaque na formação educacional.

6 VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A validação do PE “Trilha da Proteção” foi realizada pelo público-alvo, após contato e manuseio do jogo. O objetivo era garantir que o material desenvolvido atendesse aos objetivos da presente pesquisa e fosse capaz de responder à pergunta: Como as estratégias de *gamificação* na Educação Sexual podem auxiliar no desenvolvimento da autoproteção, das relações saudáveis e no processo educativo das turmas de quinto ano de escolaridade?

6.1 Metodologia da Validação do Produto Educacional

O processo de validação se realizou no mesmo local e com a colaboração do público-alvo. Ambos apresentados no capítulo 3.2 da presente pesquisa. Após a utilização do jogo dentro das regras estabelecidas, foi promovida uma roda de conversa, onde os alunos foram questionados sobre os critérios “nível de diversão” (Este jogo é divertido?), “qualidade das informações” (você acha útil o que o aprendeu com o jogo?), “dificuldade” (você demorou muito pra entender como se joga?) e “tempo dispensado” (você achou esse jogo demorado / cansativo / fácil / rápido demais / outras possibilidades de resposta). As três primeiras perguntas aceitaram apenas respostas “sim” ou “não”. Na última, por aceitar outras respostas, consideramos as opiniões expressas como adjetivos “positivos” ou “negativos”, de modo a equipará-los a “sim” e “não”.

Em seguida, verificamos a quantidade de respostas sim/adjetivos positivos e não/adjetivos negativos. O objetivo era quantificar o percentual do público-alvo que aprovou o jogo nos aspectos apresentados. Pretendíamos atingir resultados positivos em, no mínimo, 60% das avaliações. Por termos atingido 97,11% de resultados positivos, o produto foi considerado validado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é o resultado de uma grande indignação. Abuso sexual nunca foi um assunto desconhecido, mas ter que me deparar com uma realidade tão violenta em meu ambiente de trabalho fez com que o óbvio ululante fosse enxergado: a necessidade urgente de instrumentalizar nosso alunado, no sentido da identificação e prevenção desses casos.

Como professora, o caminho encontrado foi o da educação. Foram dois anos de incessante pesquisa. Houve momentos em que se fez necessário deixar o texto de lado para secar os olhos. Como entender, por exemplo, que um bebê recém-nascido possa ser alvo da perversão humana? Esse e outros conteúdos com tal intensidade foram encontrados e, embora não tenham sido utilizados, serviram para impulsionar meu ânimo, muitas vezes, já no fim.

Através de dados oficiais, pude constatar a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando suas consequências físicas e emocionais. Apesar de avanços na redução de casos de gravidez na adolescência, o Brasil ainda registra números alarmantes, especialmente entre meninas menores de 14 anos, muitas vezes, vítimas de abuso.

Causas, como vulnerabilidade social, desinformação, uso abusivo de álcool e a ausência de diálogo familiar, foram identificadas como algumas das razões da violência sexual. Ressaltou-se, assim, a importância de políticas públicas, como o Programa Saúde na Escola, e a necessidade urgente de ampliar os espaços de debate e prevenção, especialmente no ambiente escolar.

Esse estudo encontrou aporte teórico em muitas obras, dentre as quais destaco Louro, Figueiró, Chauí, Altmann, Ribeiro e tantos outros que contribuíram para sua construção. Foram inúmeros textos lidos, mas nem todos utilizados. Apesar de muitos expressarem opiniões diferentes, todos eles apresentavam uma fala em comum: ainda há muito o que ser estudado no que tange à Educação Sexual.

Ao estudar a construção social brasileira, é evidenciado um comportamento com bases fortemente machistas e patriarcais que, ao longo da história, colaborou para o acobertamento de casos de abusos sexuais, em sua maioria, dentro das próprias casas/núcleos familiares. Por ser a Educação Sexual uma das maiores

fragilidades observadas na educação brasileira, muito pouco foi feito até hoje para melhorar esse panorama.

A oscilação observada na legislação do país também não favorece a entrada deste tema nas escolas, considerando que elas servem aos interesses dos governos vigentes. Ao analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observou-se uma abordagem superficial e limitada da Educação Sexual no currículo escolar brasileiro, além da omissão de discussões mais profundas sobre gênero e diversidade.

Estudos apontam que, ao longo das versões da BNCC, houve um retrocesso significativo com a exclusão de importantes temas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Trata-se de um reflexo das pressões políticas conservadoras. No entanto, essa supressão compromete a formação crítica e integral dos estudantes, restringindo o acesso a informações essenciais para a construção da cidadania. Além disso, a falta de capacitação docente específica dificulta a implementação de uma Educação Sexual efetiva e contínua nas escolas.

No intuito de colaborar com uma abordagem lúdica e sensível, porém, clara da Educação Sexual no âmbito escolar, planejamos e executamos encontros com os alunos do 5º. ano de escolaridade. Esses encontros tiveram a finalidade de construir o produto educacional “Trilha da Proteção”, que se refere a um jogo de tabuleiro confeccionado a partir das dúvidas trazidas pelos próprios alunos.

À medida que o jogo era construído, muitos questionamentos vieram à tona, e todos foram respondidos com cuidado e com respaldo científico, respeitando o nível de compreensão e maturidade do grupo. No momento em que pudemos manuseá-lo, todos os conhecimentos já haviam sido adquiridos. Foi percebido, então, que o processo se tornou muito mais rico que o jogo em si.

Após a realização dos encontros planejados, construção e utilização do produto educacional “Trilha da Proteção”, observou-se que o público-alvo compreendeu a importância da Educação Sexual, não só no que se refere às questões de segurança, mas como ela pode abranger inúmeros assuntos, desde a higiene até a economia doméstica e, principalmente, estimular o desenvolvimento de valores morais, como o respeito e a tolerância. Nas mãos de um profissional atento e criativo, a construção e/ou utilização do referido produto educacional pode oportunizar a elaboração de um projeto interdisciplinar dentro de sala de aula.

A turma demonstrou, através das atividades e debates realizados nos encontros, ter compreendido os conteúdos trabalhados acerca do tema. Almejamos que eles os coloquem sempre em prática, principalmente no desenvolvimento de estratégias de identificação e defesa em situações de risco. Esperamos, também, que desenvolvam o hábito de sempre buscar informações precisas, em locais e com pessoas confiáveis.

Desconstruir a ideia que permeia o trabalho com Educação Sexual é trazer à tona a compreensão de que a sexualidade é intrínseca ao ser humano, algo tão orgânico e necessário quanto simples. Nesse sentido, justificou-se a importância do tema ser tratado do modo mais leve possível, de abordar o assunto com a ludicidade que o primeiro segmento do ensino fundamental exige.

Ao tentar compreender e sanar as dúvidas do quinto ano de escolaridade sobre assuntos relacionados à Educação Sexual, buscamos colaborar na construção de um cidadão cujo caráter seja moldado pelo respeito: a si próprio, às diferenças individuais, às opiniões diversas e às decisões pessoais, afastando-se de qualquer situação que possa ferir a dignidade humana.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Sobre a educação sexual como um problema escolar. Florianópolis: **Revista Linhas**, 2006 v. 7, n. 1,. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1324>. Acesso em: 1 fev. 2024. Acesso em :12 dez. 2024.

AMÂNCIO, Lígia. Assimetrias nas representações de gênero. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 34, p. 9-22, 1992. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Ligia%20Amancio%20-%20As%20Assimetrias%20nas%20Representacoes%20do%20Genero.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2024.

ARAUJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**, p. 3-11, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e424cb20-fd77-4aba-ad73-617ec789374c/content>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BATISTA, Gabriele Soares e Paiva; GAZONI, Márcia Pruccoli. O estupro na forma de ato libidinoso diverso da conjunção carnal: desproporcionalidade da pena. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 13, p. 1-16, 2024.

BECKER, Daniel. Predadores sexuais: alerta para pais e atenção às interações digitais. **Jornal Estado de Minas**, 2023. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bemviver/2023/06/20/interna_bem_viver,1509902/predadores-sexuais-alerta-para-pais-e-atencao-as-interacoes-digitais.shtml. Acesso em: 04 mar. 2025.

BEDIN, Everton; DEL PINO, José Claudio. Concepções de professores sobre situação de estudo: rodas de conversa como práticas formadoras. **Interfaces da educação**, v. 8, n. 22, p. 154-185, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1600>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1129481>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.844, de 2023**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2351530&filename=Avulso%20PL%204844/2023. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 304, de 2024**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2390585&filename=Avulso%20PL%20304/2024. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares**: Por hora, nascem 44 bebês de mães adolescentes no Brasil, segundo dados do SUS. Gov.br, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/por-hora-nascem-44-bebes-de-maes-adolescentes-no-brasil-segundo-dados-do-sus>. Acesso em: 30 abril 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002

BRASIL. BNCC **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Proteção**: lei brasileira visa prevenir gravidez na adolescência no país; somente em 2020, 380 mil partos foram realizados por jovens com até 19 anos. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Gov.br, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/janeiro/protecao-lei-brasileira-visa-prevenir-gravidez-na-adolescencia-no-pais-somente-em-2020-380-mil-partos-foram-realizados-por-maes-com-ate-19-anos>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência – 01 a 08/02**. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Atenção Primária à Saúde**. Ministério da Saúde. [s.d.]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/11117>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. **Falta de acesso a serviços de saúde e desinformação são fatores de risco para a gravidez não intencional na adolescência**. Ministério da Saúde. Gov.br., 8 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/falta-de-acesso-a-servicos-de-saude-e-desinformacao-sao-fatores-de-risco-para-a-gravidez-nao-intencional-na-adolescencia>. Acesso em: 13 abril 2024.

BRASIL. **Viva**: instrutiva notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde, 2016. Disponível

em:https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpersonal_autoprovocada_2ed.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf Acesso: 20 mai 2025

BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre. **Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação: elementos para a prevenção vitimal**. 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-22042013-111456/pt-br.php>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BUSARELLO, Raul Inácio; ULBRICHT, Vania Ribas; FADEL, Luciane Maria. A gamificação e a sistemática de jogo: conceitos sobre a gamificação como recurso motivacional. In: SILVA, Andreza Regina Lopes *et al.* (Org.). **Gamificação na educação**. SP: Pimenta Cultural, 2014.

DE CAMARGO, Andrea Norema Bianchi *et al.* **A pergunta na sala de aula: concepções e ações de professores de Ciências e Matemática**. 2011. Disponível em: https://abrapec.com/atas_enpec/viiienpec/resumos/R1263-3.pdf Acesso em: 20 mar. 2025.

CAMÕES, Cristina. Violência sexual em menores. *Psicologia*. **O portal dos psicólogos**, [online]: [sn], p. 01-15, 2005. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/A0245.pdf> Acesso em: 09 jan. 2025

CAMPOS, C. H. de *et al.* Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 3, p. 981–1006, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FCxmMqMmws3rnnLTJFP9xzR/#> Acesso em: 02 jul. 2024.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação Sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, p. e39794, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/> Acesso em: 14 mar. 2024

CAVALCANTI, Ricardo da C. Educação Sexual no Brasil e na América Latina. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 4, n. 2, 1993. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/831/727 Acesso em: 14 mar. 2024

CHAUÍ, Marilena *et al.* Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de pesquisa**, n. 36, p. 99-110, 1981. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n36/n36a09.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024

COGO, K. S.; ANTUNES DE OLIVEIRA, L.; CIELO MAHL, Álvaro; AUGUSTIN HOCH, V.; BATTISTI, P. Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência - ACHS**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 130–139, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/667>. Acesso em: 21 jul. 2023.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 592-601, 2013. Acesso em: 04 fev. 2025

DA SILVA, Andreza Regina Lopes *et al.* **Gamificação na educação**. Pimenta Cultural, 2014.

DE OLIVEIRA, Márcio; MAIO, Eliane Rose. Formação de professores/as para abordagem da educação sexual na escola. **Espaço Plural**, v. 13, n. 26, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944368005.pdf> Acesso em: 8 jul. 2024.

DE OLIVEIRA COSTA, Raphael Raniere *et al.* As rodas de conversas como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, 2015. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2675/pdf_1 Acesso: 15 mar. 2025.

DE PAULA FALEIROS, Vicente. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. **Serviço Social e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 65-82, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8636441/4150> Acesso em: 10 fev 2025

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; COSTA, António Pedro. **Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa**. *Revista Lusófona de Educação*, n. 40, p. 11-25, 2018.

DE SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, v. 1, p. e202011-e202011, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626/907> Acesso em: 20 set 2024

DOS ANJOS, Maylta Brandão; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinicius. **Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico**. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 12, n. 3, 2019. Disponível em: [Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico](#). Acesso em: 17 out. 2024

DOS SANTOS, Jardel Coutinho; BARCELOS, Ana Maria Ferreira. “Não sei de onde vem essa timidez, talvez um medo de parecer ridículo”: um estudo sobre a timidez e a produção oral de alunos de inglês. **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: [timidez](#) Acesso em: 11 abr. 2025

ESPAÇO EDUCAR. **50 moldes de sólidos geométricos para imprimir, recortar e montar! Planificações**. Disponível em: <https://www.espacoeducar.net/2012/08/50-moldes-de-solidos-geometricos-para.html?m=1> Acesso: 15 jul. 2024.

FALEIROS, , Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo. In: **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**, p. 77-98, 2004. Acesso em: 04 fev. 2025.

FÍGARO, Cláudia Jorge. O estupro na perspectiva jurídica. **Saúde Ética & Justiça**. São Paulo, SP, Brasil, v. 2, n. 2, p. 115–122, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/133841..> Acesso em: 4 fev. 2025

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: Problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 17, n. 3, p. 286-293, 1996. Disponível em: Educação sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. Acesso: 25 mar. 2024

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Eduel, 2009a.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009b.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Eduel, 2020.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

FRADE, A., MARQUES, A., ALVERCA, C. & VILAR, D. (1999). Educação sexual na escola. **Guia para professores, formadores e educadores**. 3ª Edição. Lisboa: Texto Editora. Disponível em: <https://apf.pt/wp-content/uploads/2023/09/educac3a7c3a30-sexual-na-escola-guia-para-professores-formadores-e-educadores.pdf> Acesso em: 12 abr. 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FRIAS, Ana; GOMES DA COSTA, Fernanda. Mutilação genital feminina: segredos para revelar. 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/13483>. Acesso em: 12 abr. 2024

FROTA CARNEIRO, R.; CHRIS DA SILVA, N.; ALMEIDA ALVES, T.; DDE OLIVEIRA ALBUQUERQUE, D.; COLAÇO DE BRITO, D.; LIMA DE OLIVEIRA, L. *Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar*. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>. Acesso em: 2 set. 2023.

FAKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual. Uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica - Revista Eletrônica**, n. 1, p. 119-135, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512/3516> . Acesso em: 25 jan. 2025

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) Brasília: UNICEF/FBSP; 2021. Disponível em: Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil Acesso em: 15 jan. 2024

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 24, p. 157-171, 2016. Disponível em: Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola Acesso: 22 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GÓIS, Catarina Luísa Coelho. **Considerações clínicas e dinâmica cultural da mutilação genital feminina**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade do Porto (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/bf12deb830bc5f72a0e098fc7a431506/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar>. Acesso: 25 mar. 2025.

GOMES, Ana Margarida Magalhães et al. Mutilação genital feminina: uma prática antiga, um problema atual. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v. 34, n. 6, p. 420-424, 2018

HINTZE, Helio. Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira. **Paco e Littera**, 2021. Disponível em: Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira. Acesso: 01 maio 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**: Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: Estatísticas de gênero . Acesso em: 01 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). Brasil registra mais de 11 mil partos resultantes de violência sexual contra meninas menores de 14 anos. **IBDFAM**, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/12450/Brasil%20registra%20mais%20de%2011%20mil%20partos%20resultantes%20de%20viol%C3%Aancia%20sexual%20contra%20meninas%20menores%20de%2014%20anos>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JORNAL GGN. TVGGN: Como proteger crianças de abuso sexual e exploração (Ouvindo Vozes). **Jornal GGN**, 15 maio 2023. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/video-como-proteger-criancas-de-abuso-sexual-e-exploracao-ouvindo-vozes/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

JÚNIOR, G. M. P.; NETO, F. R. G. X. Gravidez na adolescência no município de santana do acaraú- ceará- brasil: uma análise das causas e riscos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 6, n. 1, p. 802, 2006. DOI: 10.5216/ree.v6i1.802. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/802>. Acesso em: 30 jul. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez editora, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

LIBORIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente. **29ª Reunião da Anped**, 2006. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32850-40794-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024

LISBOA, C. *et al.* Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 2, p. 345–362, 2002. Disponível em: Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica Acesso em: 28 mai. 2023

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 231–273, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634> Acesso em: 5 mai. 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. p 77. Disponível em: Educação sexual princípios para a ação. Acesso: 15 mar. 2024

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARIA, Neusa; ALMEIDA, Patricia; COLABORADORES. Eu me protejo porque meu corpinho é meu. [S.l.]: **Eu Me Protejo**, [s.d.]. Disponível em: https://www.eumeprotejo.com/_files/ugd/f04b3c_af3bc1afd7c8497aab51d8e8896cd4c4.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025

MESQUITA, Liliane. **A culpa não é sua**. Rio de Janeiro: Saíra Editorial, 2023.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/> Acesso em: 23 nov. 2024

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C.. Educação Sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso: 29 abr. 2024.

MONTEIRO, A. K. de D.; PEREIRA, B. G. (2018). Causas e consequências da gravidez na adolescência. **Revista de Saúde Dom Alberto**, 3(1). Disponível em: Causas e consequências da gravidez na adolescência | REVISTA DE SAÚDE DOM ALBERTO. Acesso: 13 jun. 2023

MONTEIRO, Solange A. S.; RIBEIRO, P.R.M. Práticas discursivas sobre/da educação sexual na ditadura militar no Brasil. **Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras**. Franca, v. 15, n.2, p.112-127, 2019. Disponível em: Práticas discursivas sobre Educação Sexual na ditadura militar no Brasil. Acesso: 05 jun. 2024

MOTA, Diana; MANITA, Celina. **Grooming**: prevenção, intervenção e respostas do setor educacional. 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/140068/2/536041.pdf>. Acesso em: 21 mar 2025

MOURA, A. F. M.; *et al.* Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 29, n. 67, 2017. Disponível em: Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar . Acesso em: 24 jul. 2024.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338> Acesso em: 29 mar. 2025

NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 607–625, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/pHCFjV8GgSqnGsFqxp7Rtf/?lang=pt#> Acesso: 15 set. 2024

NISHINA, Marjorie K. Educação Sexual: O que é e como ocorre no Brasil. **Jusbrasil**. 2022. Seção Artigos. Disponível em: Educação Sexual. | Jusbrasil Acesso: 25 fev. 2024

OLIVEIRA, Karen Lôbo da Costa; OLIVEIRA, Bruno Vinícius Nascimento. Abuso sexual infantil no ciberespaço: era digital e proteção integral das crianças e adolescentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. 1349–1370, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13938>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PACHECO, Daiane Rodrigues Cardoso. Crianças e adolescentes nas redes sociais: uma reflexão sobre a violência sexual na internet. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1657/1617>. Acesso em: 21 mar 2025

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, p. 1-10, 2010. Disponível em: As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres Acesso: 17 abr. 2024

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa | Textos & Contextos (Porto Alegre) . Acesso em: 15 mai. 2024.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. s197–s204, nov. 2005. Disponível em: Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. Acesso em: mai. 2023

PINHEIRO, Thaíssa Oliveira *et al.* A hipervulnerabilidade da mulher nas relações de consumo atuais como decorrência da subjugação derivada da estrutura patriarcado-capitalismo-sexismo. XXV Encontro de Pós-Graduação (ENPOS), 25. 2023, Pelotas. **Anais eletrônicos do XXV Encontro de Pós-Graduação (ENPOS)**, 25. 2023, Pelotas. UFPEL Disponível em: A hipervulnerabilidade da mulher Acesso em: 14 abr. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Editora Feevale, 2013.

REGIS, L. D. L.. O JOGO DE TABULEIRO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E DO ENSINO POR COMPETÊNCIA. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 20, n. 1, p. 88–102, 2020. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2419>. Acesso em: 23 maio. 2025.

RIBEIRO, Marcos. **Educação sexual. Além da informação**. São Paulo: EPU, v. 62, 1990. Disponível em: Marcos Ribeiro Educação Sexual e Metodologia Acesso: 08 jul 2024.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, p. 129-140, 2009. Disponível em: Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum Acesso: 08 mai. 2024

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n.2, Curitiba, p. 1-17. Disponível em: Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores | Rizzatti | ACTIO: Docência em Ciências Acesso: jul. 2024

RYCKEBUSCH, Claudia Gil. **A Roda de Conversa na Educação Infantil: uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento**. 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_f1ed5dd54282daf038dd7cd6f20d87e0 Acesso em: 29 mar. 2025

SAMBÚ, Clara Buanhi. **O casamento forçado na Guiné Bissau**. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5710/1/CLARA%20BUANHI%20SAMB%c3%9a.pdf>. Acesso: 25 mar. 2025

SANCHES, L. da C.; *et al.* Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, [S. l.], n. 9, p. 1–13, 2019. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/9654>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTANA, Gláucia Pereira Almeida. Gamificação em sala de aula: um recurso possível? Repositório Institucional UFJF. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11122>. Acesso em: 23 mai 2025

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. **Sexualidade**. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 15. Disponível em: questões introdutórias Dayana Brunetto Carlin dos Santos PPGE/UFPR Educação; sexualidades Acesso: 08 jul. 2024

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e022001-e022001, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558> Acesso: 18 set. 2023

SILVA, Ana Carolina de M.; SEI, Maíra B.; VIEIRA, Rebeca B. de A. P. Família, religião e educação sexual em mulheres com vaginismo: um estudo qualitativo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 23, n. 3, p. 1-26, 2021. Disponível em: Família, Religião e Educação Sexual em Mulheres com Vaginismo: Um Estudo Qualitativo | Revista Psicologia: Teoria e Prática Acesso: 05 jun. 2023

SILVA, Aline S *et al.* Dificuldades e desafios para a educação sexual em uma escola técnica do Tocantins. **Rev. Sítio Novo Palmas** v. 7 n. 1 p. 18-31. 2022. Disponível em: Dificuldades e desafios para a educação sexual em uma escola técnica do Tocantins. Acesso em: 1 fev. 2024.

SOUZA, B. M. de; SANTOS, L. D.; SILVA, R. B. da. Gravidez precoce como fator de vulnerabilidade ao desenvolvimento infanto-juvenil. **Caderno de Direito da Criança e do Adolescente**, [S. l.], v. 1, p. 11, 2019. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/DCA/article/view/992>. Acesso em: 18 mai. 2023.

TALINA, Marília Duarte Lopes; FONTOURA, Helena Amaral. A Base Nacional Comum Curricular e o ensino de ciências no ensino fundamental. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/6186> Acesso: 20 mai. 2023

TEIXEIRA, C. A interdisciplinaridade no ensino da educação sexual nos anos finais do ensino fundamental. **Revista Ciência em tela, Rio de Janeiro**, n. 1, p. 1-8, 2014. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0701sa.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

UNESCO *et al.* Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências, **UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasil, 2019. Disponível em

<https://policycommons.net/artifacts/8222970/orientacoes-tecnicas-internacionais-de-educacao-em-sexualidade/9138502/> Acesso em: 31 jul. 2024.

VEIGA, Marília Vilela Alencastro; LOYOLA, Valeska Maria Zanello de. Escolher é ser escolhida: meninice, pobreza e casamento infantil no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. e36nspe18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vmzxs5dSWKCD3hcB5MSQfYm/?format=html> Acesso em: 20 mar. 2025

VICENTE, L. da S. A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: Da abertura ao silenciamento em torno da temática. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5559>. Acesso em: 20 set. 2024.

VIODRES INOUE, S. R.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 25, n. 1, p. 11–21, jan. 2008. Disponível em: [Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola](#) Acesso em: 18 mai. 2023.

ANEXOS

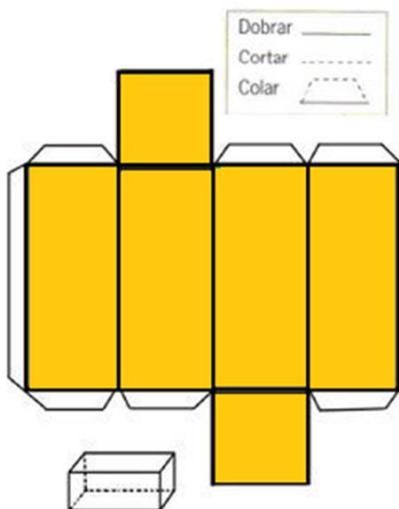
Anexo 1 - Moldes dos elementos do jogo

Tabuleiro



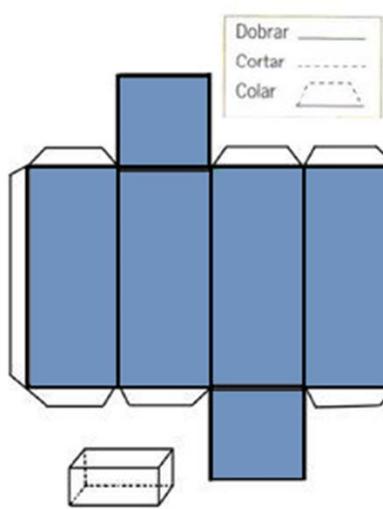
Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora

Molde para peão amarelo



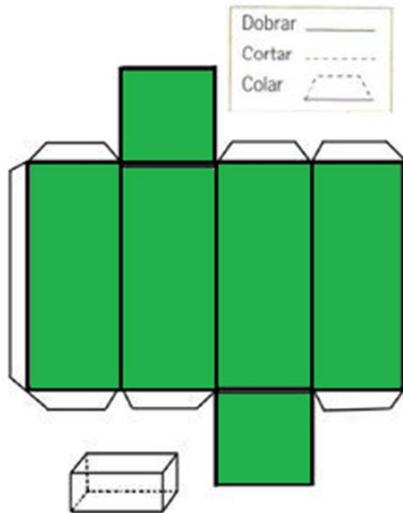
Fonte: www.espacoeducar.net

Molde para peão azul



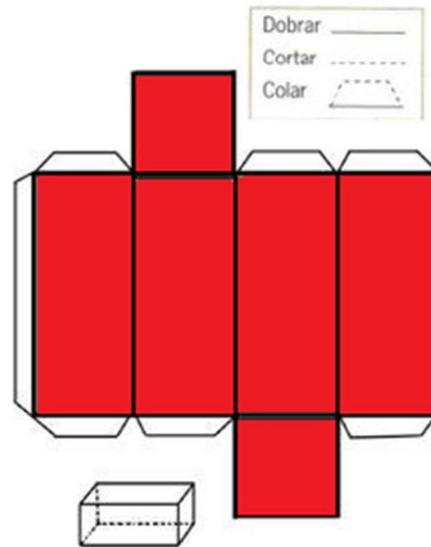
Fonte: www.espacoeducar.net

Molde para peão verde



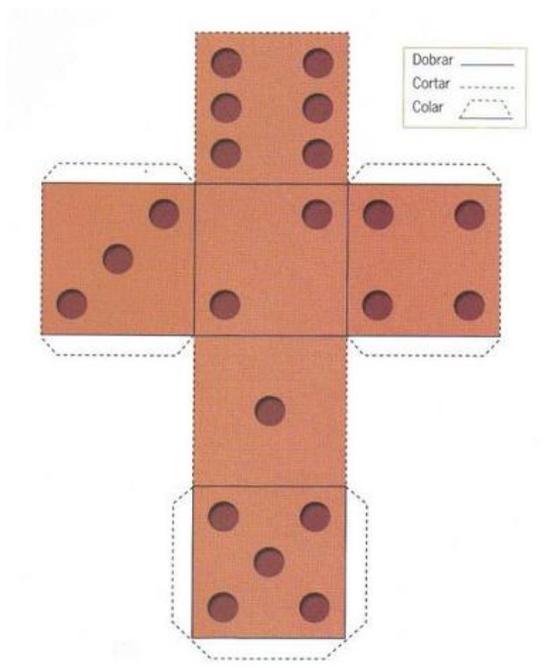
Fonte: www.espacoeducar.net

Molde para peão vermelho



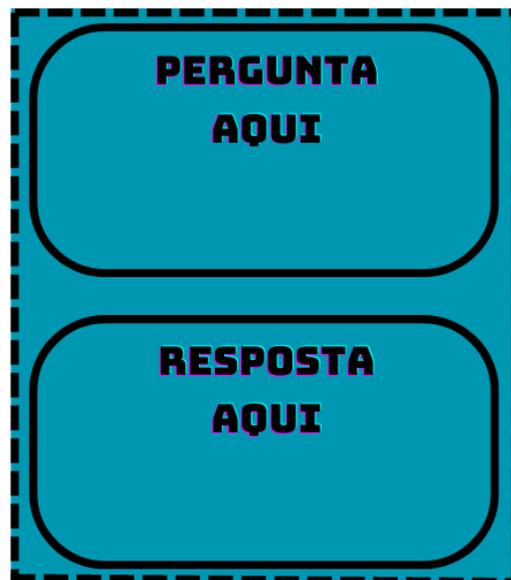
Fonte: www.espacoeducar.net

Molde para o dado



Fonte: www.espacoeducar.net

Carta de pergunta sobre comportamento - Frente e verso



Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Carta de pergunta sobre corpo - Frente e verso



Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Carta de pergunta sobre interações - Frente e verso



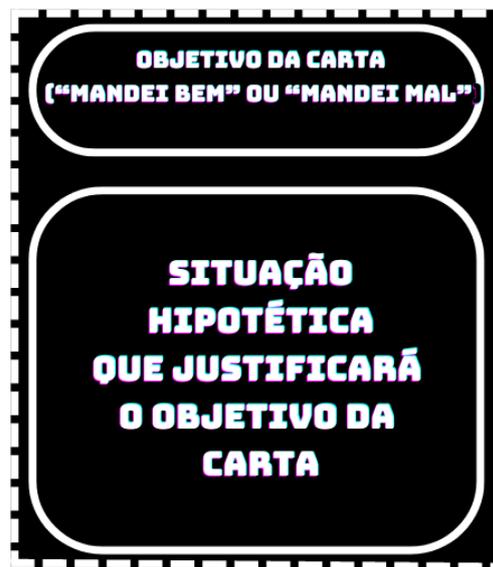
Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Carta de pergunta sobre saúde - Frente e verso



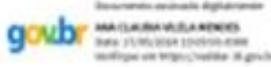
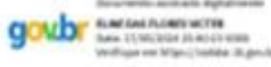
Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Carta da sorte ou azar - Frente e verso



Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Anexo 2 - Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

 MINISTÉRIO DA SAÚDE – Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVENDO AUTOPROTEÇÃO, SAÚDE E RELAÇÕES SAUDÁVEIS			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 35			
3. Área Temática: RELAÇÕES SOCIAIS E CIDADANIA			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR			
5. Nome: ANA CLAUDIA VILELA MENDES			
6. CPF: 074.433.967-97	7. Endereço (Rua, n.º): PREFEITO OLÍMPIO DE MELO 1375 BENFICA M 7 ap 102 RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 20920349		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 21998120937	10. Outro Telefone:	11. E-mail: vilela.ana12@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 17 / 05 / 2024		 ANA CLAUDIA VILELA MENDES Data: 17/05/2024 10:05:00 Verifique em: https://verifica.br.gov.br	
Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: "Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" - UNIGRANRIO"		13. CNPJ: 29.433.763/0001-65	14. Unidade/Órgão: DUQUE DE CAXAS
15. Telefone: (21) 1672-7733		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Elisa das Flores Victor</u>		CPF: <u>072.986.955-73</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenação</u>		 ELISA DAS FLORES VICTOR Data: 17/05/2024 20:40:21-0000 Verifique em: https://verifica.br.gov.br	
Data: 17 / 05 / 2024		Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

Anexo 3 - Planejamento inicial dos encontros

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Elaborar um roteiro de trabalho com perguntas abertas.	<p>Roda de conversa contendo 5 perguntas para os pais e 5 para os alunos. Elas farão parte da fase exploratória da pesquisa, serão aplicadas para os responsáveis de 28 alunos dos 5º Ano de Escolaridade, no intuito de investigar se eles possuem informações a respeito da temática “Educação sexual”, o nível desse conhecimento, as principais fontes de informação e se há troca de informações em casa. Neste contato com os pais, será solicitada autorização para a realização do trabalho com os alunos.</p> <p>Após autorização dos pais, uma atividade similar será realizada com os alunos com os mesmos objetivos dos pais. O objetivo desta sondagem é perceber, além dos conhecimentos prévios dos dois grupos a respeito do tema, se há diálogo no ambiente familiar relacionados aos conhecimentos abrangidos pela Educação Sexual. Caso seja autorizado, o encontro será filmado para auxiliar a pesquisadora no processo de interpretação dos dados. As imagens não serão usadas na dissertação.</p>
Construir os roteiros dos encontros com os alunos.	São previstos 5 encontros com os alunos, com duração máxima de duas horas cada. Duas datas sobressalentes entrarão no agendamento para a possibilidade de algum imprevisto. Caso seja autorizado pelos

	<p>responsáveis, todos os encontros serão filmados para auxiliar a pesquisadora no processo de interpretação dos dados, entretanto as imagens não serão usadas na dissertação. Segue o planejamento:</p> <p>Primeiro encontro: Leitura compartilhada do livro “A culpa não é sua”, da autora Liliane Mesquita. O livro aborda um tema sensível, que é o abuso sexual infantil, de uma forma delicada e poética, desde o texto até as ilustrações. Após breve debate sobre a leitura, será executada a roda de conversa, utilizando o roteiro já usado com as responsáveis para o levantamento de dados com os alunos.</p> <p>Segundo encontro: Roda de conversa com retomada do assunto abordado no livro “A culpa não é sua”. A partir da reflexão, os alunos receberão a proposta de colocar livremente suas dúvidas a respeito de temas relacionados à Educação Sexual. Estas perguntas serão anônimas e depositadas numa urna lacrada. Obs: A pesquisadora não abrirá a urna com os alunos. As perguntas serão previamente lidas, agrupadas por assunto e colocadas numa linguagem apropriada para a faixa etária, de modo que não sejam usados termos chocantes ou chulos.</p> <p>Terceiro encontro: As perguntas colocadas na urna no encontro anterior serão respondidas aos alunos. Após</p>
--	---

	<p>as respostas, a proposta será classificar as perguntas por assunto, como por exemplo: a) Corpo; b) Paquera; c) Namoro; d) Assédio; e) Violência; Obs: Estes assuntos podem ou não aparecer, dependendo exclusivamente das perguntas que serão depositadas na urna, bem como outros assuntos poderão surgir.</p> <p>Quarto encontro: Construção do jogo: as perguntas trabalhadas nos encontros anteriores serão levadas para a aula em cartões individuais. A proposta do jogo será apresentada, sendo feita uma comparação com a estrutura do jogo “Banco Imobiliário”. Faremos uma espécie de “pré jogo”, onde os alunos serão incentivados a criar regras.</p> <p>Quinto encontro: A partir das perguntas elaboradas pelos alunos e as regras estabelecidas no encontro anterior, a pesquisadora levará o jogo pronto e os alunos deverão utilizá-lo. Ao final do encontro, a turma fará uma avaliação do jogo, tendo em vista os seguintes critérios: Nível de diversão (Este jogo é divertido?) Qualidade das informações (você acha útil o que o aprendeu com o jogo?) Dificuldade (você demorou muito pra entender como se joga?) Tempo dispensado (você achou esse jogo demorado / cansativo / fácil / rápido demais / outras possibilidades de resposta).</p>
--	---

	Este encontro visa a validação do produto educacional.
Avaliação do material produzido com os alunos.	Todo material produzido nos encontros será avaliado utilizando a metodologia Análise de Livre Interpretação.

Anexo 4 - Planejamento reorganizado dos encontros

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Elaborar um roteiro de trabalho com perguntas abertas.	<p>Roda de conversa contendo 5 perguntas para os pais e 5 para os alunos. Elas farão parte da fase exploratória da pesquisa, serão aplicadas para os responsáveis de 28 alunos dos 5º Ano de Escolaridade, no intuito de investigar se eles possuem informações a respeito da temática “Educação sexual”, o nível desse conhecimento, as principais fontes de informação e se há troca de informações em casa. Neste contato com os pais, será solicitada autorização para a realização do trabalho com os alunos.</p> <p>Após autorização dos pais, uma atividade similar será realizada com os alunos com os mesmos objetivos dos pais. O objetivo desta sondagem é perceber, além dos conhecimentos prévios dos dois grupos a respeito do tema, se há diálogo, no ambiente familiar, relacionado aos conhecimentos abrangidos pela Educação Sexual. Caso seja autorizado, o encontro será filmado para auxiliar a pesquisadora no processo de interpretação dos dados. As imagens não serão usadas na dissertação.</p>
Roteiros dos encontros com os alunos e suas responsáveis	<p>Dos 5 encontros previstos com os alunos, somente três encontros foram necessários para a realização das atividades previstas. Segue o planejamento reorganizado:</p> <p>Reunião com as responsáveis: Encontro exclusivamente com as responsáveis com a finalidade de apresentação da pesquisadora e da pesquisa, bem como da natureza da mesma. Roda de conversa com as responsáveis, com utilização de um roteiro desenvolvido com a finalidade de compreender seus conhecimentos acerca da Educação Sexual, se e como abordam esse tema com os filhos.</p> <p>Primeiro encontro: Leitura compartilhada do livro “A culpa não é sua”, da autora Liliane Mesquita. O livro aborda um tema sensível, o abuso sexual, de uma forma delicada e poética, desde o texto até as ilustrações. Após debate sobre a leitura, foi realizada a roda de conversa, a fim de realizar o levantamento de dados com os alunos. Os alunos receberam a proposta de colocar livremente suas dúvidas a respeito de temas relacionados à Educação Sexual. Estas perguntas foram anônimas e depositadas numa urna lacrada, que ficou uma semana à disposição da turma. Obs: A urna não foi aberta com os alunos. As</p>

	<p>perguntas foram previamente lidas, agrupadas por assunto e colocadas numa linguagem apropriada para a faixa etária, de modo que não sejam usados termos chocantes ou chulos.</p> <p>Segundo encontro: As perguntas colocadas na urna no encontro anterior foram respondidas aos alunos. Durante as respostas, outras dúvidas surgiram, sendo todas respondidas. Ao término das respostas, fizemos uma lista de todos os assuntos abordados na aula, de modo que todos pudessem visualizar a extensão de assuntos que podem ser abordados na educação sexual.</p> <p>Terceiro encontro: Apresentação do jogo “Trilha da Proteção”: as perguntas trabalhadas nos encontros anteriores foram levadas para a aula em cartões individuais. As regras pré-estabelecidas foram apresentadas, sendo pedido que os alunos as revisassem, e, caso necessário, as modificassem, o que ocorreu em duas delas. Foi realizada a validação do PE, sendo considerados os seguintes critérios: Nível de diversão (Este jogo é divertido?) Qualidade das informações (você acha útil o que o aprendeu com o jogo?) Dificuldade (você demorou muito pra entender como se joga?) Tempo dispensado (você achou esse jogo demorado / cansativo / fácil / rápido demais / outras possibilidades de resposta). Foi realizada a validação do produto educacional.</p>
Avaliação do material produzido com os alunos.	Todo material produzido nos encontros será avaliado utilizando a metodologia Análise de Livre Interpretação.

Anexo 5 - Carta de anuência da instituição sediadora

CARTA DE ANUÊNCIA da INSTITUIÇÃO SEDIADORA

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o(s) setor(es) "Turma 503 - 5º Ano de Escolaridade" da E.M. Jardim Gramacho, para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: "A Importância Da Educação Sexual: Promovendo Autoproteção, Saúde E Relações Saudáveis", da pesquisadora ANA CLÁUDIA VILELA MENDES sob a responsabilidade da Professora BEATRIZ BRANDÃO DOS SANTOS do curso do Programa de Pós-Graduação do Ensino de Ciências e Saúde, da Universidade do Grande Rio, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024

Beatriz Brandão dos Santos
Nome, por extenso, do responsável pelo setor

Diretora
Cargo e/ou função que exerce na instituição

Beatriz Brandão dos Santos
Assinatura e Carimbo

041.552.557-82
CPF

jacksoncento@unigranrio.com.br
E-mail

Beatriz Brandão dos Santos Vilela
Reg. 02744-8 / PWD/C
Diretora

Anexo 6 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE (Alunos)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Eu, Ana Cláudia Vilela Mendes, convido você a participar do estudo “**ESTRATÉGIAS DE GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL: AUTOPROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO PROCESSO EDUCATIVO DAS TURMAS DO QUINTO ANO**”. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendo te ajudar a entender mais sobre Educação Sexual e saber quais são suas maiores dúvidas sobre assuntos como corpo, saúde, doenças, segurança, respeito ao próximo e o mais importante: se você percebe quando alguém quer te fazer mal e o que fazer em situações como esta. Gostaria muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir. Outros jovens participantes desta pesquisa tem de 9 anos de idade a 12 anos de idade. A pesquisa será feita na **E.M Jardim Gramacho**, onde os participantes ouvirão histórias, farão perguntas e terão informações simples e sérias sobre Educação Sexual. Os encontros acontecerão na sala de aula, onde não há risco de ninguém se machucar. Mas caso você sinta vergonha do assunto ou aconteça algo errado, você, seus pais ou responsáveis poderá(ão) me procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante, pois você poderá tirar todas as suas dúvidas com uma professora que estudou muito sobre o assunto e vai te dar respostas simples e verdadeiras. As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Se você permitir, pretendo filmar nossos encontros, mas não usarei sua imagem. É só para eu não me esquecer das nossas conversas e não escrever nada errado! Os resultados da pesquisa serão entregues na UNIGRANRIO – AFYA e publicado no site da universidade, mas sem identificar (dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações) dos participantes (alunos do 5º. Ano de escolaridade da EMJG).

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa “**ESTRATÉGIAS DE GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL: AUTOPROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO PROCESSO EDUCATIVO DAS TURMAS DO QUINTO ANO**”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

_____ de _____ de 20__.

Assinatura do menor

Assinatura do pesquisador responsável



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável: ANA CLÁUDIA VILELA MENDES	Comitê de Ética da Universidade do Grande Rio – Unigranrio Afya
☎: 21 998120937 E-mail: vilela.ana12@gmail.com	Av. Perimetral Prof. José de Souza Herdy, 1160 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias - RJ, 25071-202 ☎: 21 2672-7849 / 2672-7834 E-mail: ppgec@unigranrio.com.br

Anexo 7 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Responsáveis)



TCLE - MODELO DOS RESPONSÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“A Importância da Educação Sexual: Promovendo Saúde, Empoderamento e Relações Saudáveis”**. Você foi selecionado por ser responsável de um(a) aluno(a) do 5º Ano de Escolaridade, público alvo deste estudo, e **sua participação não é obrigatória**. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora **ANA CLÁUDIA VILELA MENDES** ou com a **Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO**.

Os objetivos deste estudo são: Desmistificar a função da educação sexual nas escolas através de encontros com os alunos e responsáveis do 5º Ano de Escolaridade; Identificar as maiores dúvidas dos educandos a respeito do tema “Educação Sexual”; Promover encontros regulares com os alunos do 5º Ano de Escolaridade para promoção de rodas de conversa e debates sobre o tema; Construção coletiva do jogo pedagógico “Comportamento em Foco” a partir das dúvidas observadas nos encontros com os educandos;

Sua participação nesta pesquisa consistirá em **assistir uma única reunião na qual serão esclarecidos os seguintes assuntos: Do que se trata a pesquisa; A importância da participação dos educandos do 5º ano de escolaridade; As atividades que serão desenvolvidas com os mesmos; A autorização (ou não) da participação dos alunos no processo de pesquisa.**

A pesquisa não envolve riscos físicos, entretanto existe a possibilidade dos participantes sentirem algum tipo de constrangimento devido à sensibilidade do tema. Para evitar que isso ocorra, será realizada esta reunião com os responsáveis, de modo a esclarecer toda e qualquer dúvida a respeito dos encaminhamentos que serão dados na realização das atividades.

O benefício relacionado com a sua participação é a garantia que, ao autorizar a participação de seu (sua) filho(a), as informações prestadas serão todas baseadas em estudos científicos. Cabe ressaltar que abordagem será adequada à idade e ao nível de desenvolvimento das crianças, com informações apropriadas e linguagem acessível.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, visto que os nomes e imagens dos responsáveis e alunos participantes não serão acrescentados à pesquisa. Caso se faça necessária alguma citação a falas ou momentos, os mesmos serão identificados apenas com a letra “R” (para responsáveis) ou “A” (para alunos), associado a algum numeral (por exemplo, R1 ou A3).

Cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com as pesquisadoras responsáveis Beatriz Brandão dos Santos e Ana Cláudia Vilela Mendes, nos e-mail beatriz.santos@unigranrio.edu.br e vilela.ana12@gmail.com.

Pesquisador responsável (assinatura do orientador)

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro de perguntas abertas para roda de conversa com responsáveis e alunos

<p>Roda de conversa com as responsáveis</p>	<ul style="list-style-type: none">• Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando falamos em Educação Sexual? (Obj: Buscar quais informações os responsáveis têm sobre o tema);• Quando você tinha a idade do(a) seu(sua) filho(a), onde buscava informações sobre esse tema? (Obj: Compreender como e onde conseguiram as informações que possuem atualmente e se acham que seus filhos deveriam seguir o mesmo caminho);• Você conversa com seu(sua) filho(a) sobre temas relacionados à Educação Sexual? (Obj: Compreender se há diálogo aberto dentro de casa);• Se sim, quais assuntos vocês mais conversam dentro desse tema? (Obj: Compreender se a família entende a diversidade de temas englobados pela Educação Sexual);• Você costuma conversar com seu(sua) filho(a) sobre questões relacionadas a abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você dá? (Obj: Identificar: se a família entende que este assunto faz parte da Ed. Sexual; Se faz distinção entre comportamento masculino e feminino e do papel de cada envolvido nos casos de abuso; Se sabem que abusos podem partir de pessoas muito próximas; Dos riscos em geral - violência, gravidez, doenças, morte);
---	---

<p>Roda de conversa com os alunos</p>	<ul style="list-style-type: none">● Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando falamos em Educação Sexual? (Obj: Buscar quais informações os alunos têm sobre o tema);● Você costuma buscar informações sobre esse tema? Se sim, onde? (Obj: Compreender se têm interesse pelo tema. Se sim, como e onde conseguem as informações e se estão satisfeitos com o que sabem);● Você conversa com sua família sobre temas relacionados à Educação Sexual? (Obj: Compreender se há diálogo aberto dentro de casa);● Se sim, quais assuntos vocês mais conversam dentro desse tema? (Obj: Compreender os assuntos mais abordados, maior preocupação da família);● Sua família já te explicou sobre abusos / tentativas de? Se sim, que tipo de orientações você recebeu? (Obj: Identificar: se a família fala desse assunto de modo claro; se o aluno entende a explicação dada pela família; se aprendem a fazer distinção entre comportamento masculino e feminino; se sabem que abusos podem partir de pessoas muito próximas; dos riscos em geral - violência, gravidez, doenças, morte).
---------------------------------------	--